



Lenon Araújo de Matos

**Permanência no Ensino Médio
Profissional: O caso do Instituto Federal
Fluminense *campus* Cabo Frio**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof^a. Cynthia Paes de Carvalho

Rio de Janeiro
Junho de 2018



Lenon Araújo de Matos

**Permanência no Ensino Médio
Profissional: O caso do Instituto Federal
Fluminense *campus* Cabo Frio**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Educação do Departamento de Educação do Centro de Teologia e Ciências Humanas da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof^a. Cynthia Paes de Carvalho

Orientadora
Departamento de Educação – PUC-Rio

Prof^a. Silvana Soares de Araújo Mesquita

Departamento de Educação – PUC-Rio

Prof. Luiz Carlos de Souza

UNIRIO

Prof^a Monah Winograd

Coordenadora Setorial do Centro
de Teologia e Ciências Humanas – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 28 de Junho de 2018

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

Lenon Araújo de Matos

Assistente Social do Instituto Federal Fluminense *campus* Cabo Frio desde 2010. Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense (2008) e Especialização em Psicopedagogia Clínico-Institucional (2014). Tem experiência na área de Serviço Social, com ênfase em Serviço Social da Educação. Atua nos temas de assistência estudantil, permanência escolar e políticas estudantis.

Ficha Catalográfica

Matos, Lenon Araújo de

Permanência no ensino médio profissional : o caso do Instituto Federal Fluminense *campus* Cabo Frio / Lenon Araújo de Matos ; orientadora: Cynthia Paes de Carvalho. – 2018.

183 f. : il. color. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Educação, 2018.

Inclui bibliografia

1. Educação – Teses. 2. Ensino médio profissional. 3. Ensino técnico integrado. 4. Permanência. 5. Evasão. 6. Assistência estudantil. I. Carvalho, Cynthia Paes de. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Educação. III. Título.

CDD: 370

Agradecimentos

Agradeço a Deus por ser a força de vida e esperança diárias.

Agradeço à minha família por todo o apoio, carinho, compreensão e incentivo nessa jornada.

Agradeço imensamente à minha orientadora, professora Cynthia Paes de Carvalho, pela generosidade em compartilhar seu conhecimento e me conduzir na construção desse trabalho. Suas orientações foram fundamentais e preciosas. Muito obrigado!

Agradeço à PUC-Rio pelo apoio institucional. E a todos os meus professores do curso de mestrado por compartilhar seus conhecimentos com competência e comprometimento, que tanto contribuíram na construção dessa dissertação.

Agradeço aos professores da banca examinadora pela atenção dispensada e pela disposição em contribuir com esse trabalho.

Agradeço aos amigos da vida, aos colegas da turma de mestrado 2016 e aos colegas do grupo de pesquisa GESQ (Gestão e Qualidade da Educação) da PUC-Rio pelo apoio e incentivo. Tem sido gratificante compartilhar meus passos com vocês. Agradeço em especial à professora Ana Cristina Prado de Oliveira, a Ana Luiza Honorato, ao André Regis e à Milena Guimarães pelas contribuições diretas na construção da pesquisa.

Agradeço aos funcionários do Departamento de Educação da PUC-Rio por suas contribuições e pela ajuda durante todo o período de realização do curso.

Agradeço a todos os alunos participantes da pesquisa, especialmente, aos que responderam o questionário e à entrevista. Agradeço também aos servidores do IFF Cabo Frio que atenderam as minhas solicitações e contribuíram para a realização da pesquisa.

Agradeço ao IFET Fluminense pelo apoio institucional por meio da concessão de Bolsa de Apoio à Formação Continuada e pela concessão de horário especial para servidor estudante, em especial, agradeço ao diretor geral do *campus* Cabo Frio, professor Victor Barbosa Saraiva, e à diretora de Políticas Estudantis, Rosimeri Rezende da Silva Barros.

Agradeço aos meus colegas de trabalho e amigos do IFF Cabo Frio, que me apoiaram e me incentivaram nos momentos mais difíceis em conciliar a jornada de estudos com a jornada de trabalho e, especialmente, aos integrantes do meu setor, que se dedicaram ainda mais ao trabalho para que eu pudesse realizar esse curso.

Agradeço às amigas Silvana Magalhães e Mariana Sandroni e família, pessoas especiais que encontrei nessa caminhada.

Resumo

Matos, Lenon Araújo de; Paes de Carvalho, Cynthia. **Permanência no Ensino Médio Profissional**: o caso do Instituto Federal Fluminense *campus* Cabo Frio. Rio de Janeiro, 2018. 183p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A dissertação tem por objetivo identificar os fatores que influenciam a permanência dos alunos do Ensino Técnico Integrado do Instituto Federal Fluminense *campus* Cabo Frio. Trata-se de um estudo de caso de cunho longitudinal sobre a trajetória dos alunos ingressantes em 2014 nos cursos de Hospedagem e de Petróleo e Gás, abrangendo os anos letivos de 2014, 2015 e 2016. Foram realizadas consultas aos registros institucionais, aplicação de questionários aos alunos e entrevistas semiestruturadas para compreender as trajetórias dos alunos e suas percepções sobre os fatores que influenciaram sua permanência e/ou evasão. O trabalho inclui um breve histórico sobre a trajetória do ensino médio profissional e a recente expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para então contextualizar e caracterizar a instituição e seu respectivo programa de Assistência Estudantil. Traça-se então um perfil sociodemográfico dos alunos e descreve-se suas trajetórias nos cursos técnicos integrados do IFF *campus* Cabo Frio. Discute-se em seguida os resultados observados em relação aos fatores de evasão e de permanência na instituição. O estudo aponta a retenção total ou parcial, os atrasos e interrupções do ano letivo devido às greves, a extensa carga horária dos cursos e a grande quantidade de tarefas como fatores que podem influenciar a evasão. Como fatores que influenciam a permanência destaca-se a qualidade da escola, das aulas e do ensino médio ofertado, as boas relações entre alunos, professores e funcionários, o incentivo à autonomia dos alunos e os benefícios de Assistência Estudantil.

Palavras-chave

Ensino Médio Profissional; Ensino Técnico Integrado; Permanência; Evasão; Assistência Estudantil.

Abstract

Matos, Lenon Araújo de; Paes de Carvalho, Cynthia (Advisor). **Permanence in secondary-vocational education:** the case of Instituto Federal Fluminense *campus* Cabo Frio. Rio de Janeiro, 2018. 183p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The dissertation aims to identify the factors that influence the permanence of the students of the Integrated Technical Education of the Fluminense Federal Institute *campus* Cabo Frio. This is a longitudinal case study about the trajectory of incoming students in 2014 in the courses of Accommodation and Oil and Gas, covering the academic years of 2014, 2015 and 2016. Institutional records were consulted, questionnaires were applied to the students and semi-structured interviews were used to understand the students' trajectories and their perceptions about the factors that influenced their permanence and / or dropout. The work includes a brief history about the trajectory of secondary vocational education and the recent expansion of the Federal Network of Vocational and Technological Education to contextualize and characterize the institution and its respective Student Assistance program. A sociodemographic profile of the students is then traced and their trajectories are described in the integrated technical courses of the IFF *campus* Cabo Frio. We then discuss the results observed in relation to the dropout and permanence factors in the institution. The study points the total or partial retention, the delays and interruptions of the school year due to staff's strikes, the extensive course load and the large number of tasks as factors that can influence dropout. Factors that influence permanence are the quality of the school, of classes and high school offered, the good relations between students, teachers and employees, the encouragement of student autonomy and the benefits of Student Assistance.

Keywords

Secondary-Vocational Education; Integrated Technical Education; Permanence; Dropout; Student Assistance.

Sumário

1. Introdução.....	16
2. O ensino profissionalizante no contexto do ensino médio brasileiro.....	23
2.1. Breve histórico sobre o ensino profissional no Brasil.....	24
2.2. A expansão da Rede Federal de EPT e a criação dos Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica: mais um capítulo dessa história.....	33
2.3. O ensino médio e a educação profissional na atualidade: acesso, permanência e qualidade.....	37
3. O contexto da Pesquisa.....	48
3.1. Apontamentos sobre evasão escolar.....	49
3.2. A pesquisa e seus caminhos.....	54
3.3. O IFET Fluminense e o <i>campus</i> Cabo Frio.....	59
3.3.1. O <i>campus</i> Cabo Frio.....	63
3.3.2. Ações de Assistência Estudantil.....	71
3.4. Os sujeitos da pesquisa: perfil dos alunos que ingressaram em 2014 nos cursos Técnicos Integrados do IFF Cabo Frio.....	77
3.4.1. Perfil Sociodemográfico dos participantes da pesquisa.....	78
3.4.2. Características dos respondentes ao questionário.....	86
3.4.3. Características dos participantes das Entrevistas.....	88
4. Trajetórias, motivações e expectativas dos alunos.....	91
4.1. Trajetórias dos alunos no IFF Cabo Frio.....	92
4.2. Os Cursos e seus Estudantes: trajetórias e motivações.	97
4.2.1. Os estudantes de Petróleo e Gás.....	98

4.2.2. Alunos de Petróleo e Gás: motivos de escolha do curso e expectativas de futuro.....	109
4.2.3. Os estudantes de Hospedagem.....	115
4.2.4. Alunos de Hospedagem: motivos de escolha do curso e expectativas de futuro.....	125
5. Fatores que influenciam a permanência no ensino técnico Integrado do IFET Fluminense campus Cabo Frio: a visão dos alunos.....	132
5.1. Os principais fatores de evasão nos cursos de Hospedagem e de Petróleo e Gás do IFF Cabo Frio.....	133
5.2. Os principais fatores de permanência nos cursos de Hospedagem e de Petróleo e Gás do IFF Cabo Frio, segundo os alunos.....	138
6. Considerações finais.....	156
7. Referências Bibliográficas.....	162
ANEXO I – Questionário para Alunos do 3º ano do Ensino Técnico Integrado do IFET Fluminense <i>campus</i> Cabo Frio.....	169
ANEXO II - Termo de Assentimento para Estudantes (Menores de 18 Anos).....	173
ANEXO III - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para Responsáveis.....	175
ANEXO IV - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para Estudantes (Maiores de 18 Anos).....	177
ANEXO V – Roteiros das Entrevistas.....	179
ANEXO VI - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para Estudantes Participantes da Entrevista (Maiores de 18 Anos).....	182

Lista de Ilustrações

Figura 1 – Articulação entre os níveis de ensino conforme a Reforma Capanema.....	28
Gráfico 1 – Evolução do Número de Matrícula no Ensino Médio – Brasil 1991-2016 (em milhões).....	38
Gráfico 2 - Evolução da Matrícula no Ensino Médio e na Educação Profissional - Brasil - 2011 - 2016.....	41
Gráfico 3: Taxa de insucesso (soma de reprovação e abandono) por séries do ensino fundamental e médio segundo rede de ensino - Brasil 2015.....	43
Figura 2 – Território de Abrangência do IFET Fluminense.....	62
Figura 3 – Organograma do IFF Cabo Frio.....	68

Lista de Quadros

Quadro 1: Matrículas no Ensino Médio por dependência administrativa - Brasil, Rio de Janeiro, Cabo Frio – 2016.....	39
Quadro 2: Matrículas no Ensino Profissional por dependência administrativa - Brasil, Rio de Janeiro, Cabo Frio, IFF Cabo Frio – 2016.....	40
Quadro 3: Matrículas no Ensino Técnico Integrado com o Ensino Médio por dependência administrativa - Brasil, Rio de Janeiro, Cabo Frio, IFF Cabo Frio – 2016.....	42
Quadro 4: Matrículas no Ensino Médio por dependência administrativa - Cabo Frio, Armação dos Búzios, São Pedro da Aldeia, Arraial do Cabo, Iguaba Grande e Araruama – 2016.....	64
Quadro 5: Matrículas no Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio por dependência administrativa - Cabo Frio, Armação dos Búzios, São Pedro da Aldeia, Arraial do Cabo, Iguaba Grande e Araruama – 2016.....	64
Quadro 6 - Oferta regular de cursos por nível e modalidade de ensino no IFF Cabo Frio 2017.....	65
Quadro 7 - Servidores do IFF Cabo Frio por categoria, vínculo e nível de escolaridade do cargo.....	67
Quadro 8 - Funcionários do IFF Cabo Frio em Regime de Contrato Terceirizado.....	67
Quadro 9 - Bolsas e Auxílios ofertados no IFF Cabo Frio nos anos letivos de 2014, 2015 e 2016 por modalidade de bolsa e descrição do benefício.....	76
Quadro 10 - Carga Horária dos Cursos por área do conhecimento (horas).....	79
Quadro 11 - Grau de Instrução dos Genitores.....	81

Quadro 12 - Município de residência dos alunos por número populacional e distância do IFF Cabo Frio.....	82
Quadro 13 – Distribuição das Vagas no Processo Seletivo de ingresso de alunos no ano letivo de 2014.....	83
Quadro 14 – Pontuação dos classificados no Processo Seletivo de 2014.....	85
Quadro 15 - Perfil sociodemográfico dos alunos entrevistados.....	89
Quadro 16 - Trajetória escolar dos alunos de Petróleo e Gás ingressantes em 2014 durante os anos letivos de 2014, 2015 e 2016.....	101
Quadro 17 - Desistência dos alunos de Petróleo e Gás ingressantes em 2014 durante os anos letivos de 2014, 2015 e 2016 por modalidade de desistência.....	104
Quadro 18 - Participação dos alunos de Petróleo e Gás ingressantes em 2014 nas ações de Assistência Estudantil durante os anos letivos de 2014, 2015 e 2016.....	105
Quadro 19 - Fluxo Escolar dos alunos de Petróleo e Gás ingressantes em 2014 contemplados pela Assistência Estudantil durante o ano letivo de 2015 (71 matriculados).....	106
Quadro 20 - Fluxo Escolar dos alunos de Petróleo e Gás ingressantes em 2014 contemplados pela Assistência Estudantil durante o ano letivo de 2016 (64 matriculados).....	107
Quadro 21 - Trajetória escolar dos alunos de Hospedagem ingressantes em 2014 durante os anos letivos de 2014, 2015 e 2016.....	117
Quadro 22 - Desistência dos alunos de Hospedagem ingressantes em 2014 durante os anos letivos de 2014, 2015 e 2016 por tipo de desistência.....	120
Quadro 23 - Participação dos alunos de Hospedagem ingressantes em 2014 nas ações de Assistência Estudantil durante os anos letivos de 2014, 2015 e 2016.....	122
Quadro 24 - Fluxo Acadêmico dos alunos de Hospedagem ingressantes em 2014 contemplados pela Assistência Estudantil	

durante o ano letivo de 2015 (64 matriculados).....	123
Quadro 25 - Fluxo Acadêmico dos alunos de Hospedagem ingressantes em 2014 contemplados pela Assistência Estudantil durante o ano letivo de 2015 (54 matriculados).....	124
Quadro 26 - Motivos de desistência agrupados por categoria.....	134
Quadro 27 - Aspectos referentes ao Ensino por grau de importância para a Permanência.....	140
Quadro 28 - Aspectos referentes às Relações no Ambiente Escolar por grau de importância para a Permanência.....	141
Quadro 29 - Aspectos referentes às Atividades Extracurriculares por grau de importância para a Permanência.....	144
Quadro 30 - Aspectos referentes aos Serviços e Auxílio Ofertados aos Alunos por grau de importância para a Permanência.....	146
Quadro 31 - Aspectos referentes à infraestrutura por grau de importância para a Permanência.....	148
Quadro 32 - Aspectos referentes à Gestão e aos Espaços de Participação dos Alunos por grau de importância para a Permanência.....	151
Quadro 33 - Aspectos referentes às questões Externas por grau de importância para a Permanência.....	152

Lista de Siglas

CFE – Conselho Federal de Educação.

CFET – Centro Federal de Educação Tecnológica.

CGEE - Centro de Gestão e Estudos Estratégicos.

CNI - Confederação Nacional da Indústria.

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

COMPERJ - Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro.

DAAT - Desenvolvimento Acadêmico e Apoio Tecnológico.

DCN - Diretrizes Curriculares Nacionais.

EAD – Educação à Distância.

EBTT - Ensino Básico, Técnico e Tecnológico.

EJA - Educação de Jovens e Adultos.

ENEE - Educação para Necessidades Educacionais Especiais.

ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio.

EPT - Educação Profissional e Tecnológica

FAPERJ - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro.

FIESP - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

FONAPRACE - Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

ICJ-CNPq - Iniciação Científica Júnior.

IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

IES - Instituições de Ensino Superior.

IFET - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia .

IFF – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense.

IFRJ – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro.

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

MEC – Ministério da Educação.

NAPNEE - Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais.

PAE-IFF - Programa de Assistência Estudantil do IFET Fluminense.

PBP - Programa Bolsa Permanência.

PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional.

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

PNAES - Programa Nacional de Assistência Estudantil.

PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego.

PROTEC - Programa de Expansão do Ensino Técnico.

RFEPT - Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.

TAE - Técnico Administrativo em Educação.

UNED - Unidade de Ensino Descentralizada.

UPEA - Unidade de Pesquisa e Extensão Agroambiental.

UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

1 Introdução

O ensino de nível médio brasileiro, historicamente, enfrenta muitos desafios, especialmente, no que se refere ao acesso, à permanência, à qualidade e à sua identidade (Krawczyk, 2011). Esses desafios vêm impedindo que essa etapa da educação corresponda ao desenvolvimento social e econômico dos jovens que nela se encontram ou que nela deveriam se encontrar. A trajetória desse nível de ensino evidencia as disputas político-ideológicas acerca das concepções e formatos atribuídos a ele ao longo do tempo e revela a separação estrutural entre o ensino propedêutico, historicamente voltado para as elites que seguiriam os estudos em nível superior ou que ocupariam os cargos intermediários da administração pública, e o ensino profissional, voltado para os integrantes das classes menos favorecidas que comporiam a força de trabalho no comércio, no campo e na indústria. Entre as décadas de 1930 e os anos 2000, as tentativas em associar a formação geral e a formação específica não foram bem-sucedidas, reforçando a dualidade estrutural da educação, em que o ensino profissional de nível médio é visto como uma formação de menor prestígio.

Desde a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996, o ensino médio compõe a etapa final da educação básica, e a sua progressiva obrigatoriedade demonstra a importância social e política que essa etapa do ensino possui no contexto da educação brasileira. Por outro lado, os desafios de acesso, permanência, qualidade e identidade persistem. Apesar do expressivo aumento no número de matrículas entre 1990 e 2004, saltando de 3,7 milhões para 9,1 milhões de matrículas, a partir do ano de 2005 verifica-se uma tendência decrescente no número de matrículas que, mesmo com períodos de estabilização, se estende até os dias atuais. O declínio das matrículas no ensino médio, as altas porcentagens de jovens que permanecem fora da escola e os altos índices de evasão e reprovação afastam a possibilidade da universalização ou democratização do ensino médio (Krawczyk, 2011). As taxas de reprovação e abandono ainda são expressivas, atingindo a 19% dos alunos da rede pública e 5,3% dos alunos da rede privada em 2015, sendo que no 1º ano do ensino médio

essas taxas chegam a 25,4%, ou seja, a cada quatro estudantes, ao menos um fica retido ou abandona a escola.

No que se refere à qualidade, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) – indicador da qualidade da educação, que reúne os conceitos de fluxo escolar e de desempenho – mostra que em 2005 o ensino médio alcançou o índice de 3,4 e, apesar de ter alcançado as metas intermediárias nos anos de 2007, 2009 e 2011, nos anos seguintes os índices permaneceram estagnados, atingindo 3,7 em 2015, quando a meta a ser atingida era de 4,3¹. Além desses Krawczyk (2011) ressalta que há ainda outros desafios a serem enfrentados para a melhoria dessa etapa da educação, como os que se referem aos conteúdos a serem ensinados, à formação e remuneração dos professores, às condições de infraestrutura e gestão escolar e aos investimentos públicos realizados. Nesse contexto, a educação profissional de nível médio se insere como uma alternativa de formação que, além de enfrentar os desafios no que tange ao acesso e à permanência, precisa fazer face ao fato de ser encarada como uma formação de menor prestígio social.

A partir de 2003 a educação profissional começa a ganhar novos contornos e há um expressivo investimento governamental na sua expansão. As políticas de educação profissional então implementadas visavam tanto atender as aspirações de setores produtivos numa perspectiva de um novo modelo de desenvolvimento, como também incorporar reivindicações de alguns movimentos sociais e sindicatos no que se refere à busca pela integração entre o ensino médio e o ensino profissional. Entre os esforços pela expansão do ensino profissional e a sua associação ao ensino médio, destacamos a edição do Decreto nº 5.154/2004, que possibilitou a oferta de educação profissional integrada ao ensino médio, e a Lei nº. 11.741/2008, que fez alterações na LDB e disciplinou as formas de educação profissional técnica de nível médio. Assim, a lei de criação dos IFET's (Lei nº 11.892/2008) em seu artigo 8º disciplinou a oferta de, no mínimo, 50% de suas vagas reservada aos cursos técnicos integrados ao ensino médio. Destaca-se ainda a criação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (RFEPT) como um marco na política de educação profissional.

¹ <http://portal.inep.gov.br/ideb>

Com a expansão do ensino profissional nos governos Lula (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016), a rede federal de EPT saltou de 140 unidades existentes em 2003 para 562 unidades em 2014 e conta, atualmente, com 643 unidades. Em relação às matrículas, o Censo escolar de 2016 aponta que havia aproximadamente 1,9 milhão de estudantes matriculados e, entre 2008 e 2016, houve um crescimento de 62,6% das matrículas na educação profissional, sendo a esfera pública a responsável pela oferta de 59% das vagas e a esfera privada por 41% delas.

Frigotto & Ciavatta (2011) e Frigotto et al. (2012) indicam que a proposta do ensino médio integrado e integral, que busca articular conhecimento, trabalho e cultura, ainda que não represente, exatamente, a concepção de educação politécnica e tecnológica, indica uma possibilidade de travessia para o declínio da dualidade existente no ensino médio. Nesse sentido, o ensino técnico integrado ao ensino médio pode representar um avanço ao empenhar esforços para reunir o ensino de ciências naturais, humanidades e educação profissional e tecnológica, e garantindo uma formação de qualidade, especialmente, no âmbito dos Institutos Federais.

No que se refere à oferta do curso técnico integrado com o ensino médio, o Censo escolar de 2016 registrou 531.771 matrículas nessa modalidade de curso, sendo a rede pública responsável pela oferta de 95% delas. Entretanto, os cursos técnicos integrados representam 28,6% da oferta de educação profissional e 6,5% de todo o ensino médio, evidenciando uma clara necessidade de ampliar os investimentos nessa etapa da educação, garantindo acesso e permanência dos jovens em uma escola de qualidade.

Apesar da inegável expansão registrada tanto na rede federal quanto nas redes estaduais, a educação profissional ainda representa uma parcela tímida em relação à oferta total de nível médio, chegando a 18,6% em 2016. Além disso, as taxas de evasão e retenção na educação profissional são tão alarmantes quanto as do ensino médio regular. Na rede federal de Educação Profissional e Tecnológica, que contava com pouco mais de 1,0 milhão de matrículas em 2017, a taxa de evasão foi de 22,4% e de retenção foi de 13% nos cursos técnicos de nível médio. Sendo assim, o enfrentamento das questões referentes ao acesso e à permanência dos alunos nesse nível de ensino torna-se crucial para o desenvolvimento da educação brasileira.

O tema da permanência dos alunos na educação profissional surgiu como uma preocupação a partir da minha inserção profissional como assistente social do IFET Fluminense *campus* Cabo Frio (IFF Cabo Frio) em 2010. Desde o meu ingresso na instituição, minha atuação esteve voltada para as políticas estudantis do Instituto, tendo participado da construção e implementação de algumas delas, como o Programa de Assistência Estudantil e suas atualizações. Sendo assim, ao longo dos anos de experiência e contato profissional cotidiano com os alunos, os estudos sociais realizados no âmbito da assistência estudantil, a observação da rotina da instituição e dos alunos e as preocupações com a sua permanência e êxito, vêm proporcionando uma série de reflexões e experimentações na busca para minimizar a evasão e melhorar os índices de êxito dos alunos.

Tendo em vista que a permanência do estudante tem se configurado como um desafio para a educação e, em especial, para as instituições de ensino de nível médio, e que esse tema ocupa especial importância em minha atuação profissional em uma instituição de educação profissional, indagar sobre o que influencia a permanência ou a evasão dos alunos tem sido uma questão crucial. Sem desconsiderar características individuais ou socioculturais dos alunos, mas compreendendo que as características da escola também podem influenciar a permanência ou a evasão do aluno e que esses aspectos podem sofrer intervenções por parte da gestão e da comunidade acadêmica – como indicam algumas pesquisas (Torres et al., 2013; Dore & Luscher, 2011a, b; e Soares et al., 2015) – estabelecemos como foco principal desta pesquisa a identificação dos fatores que influenciam a permanência dos alunos do Ensino Técnico Integrado do IFF Cabo Frio, principalmente, no que tange às características institucionais, como localização, infraestrutura, recursos disponíveis, prática dos docentes, relações interpessoais e ações de assistência estudantil. Buscamos verificar quais fatores institucionais podem provocar desistência e aqueles que contribuem para que o aluno permaneça matriculado e frequentando o curso.

Elegemos os cursos técnicos integrados em Hospedagem e em Petróleo e Gás do IFF Cabo Frio para a realização de um estudo de caso e formulamos as seguintes questões para nortear a pesquisa: Qual o perfil dos alunos que fazem o curso técnico integrado no IFF Cabo Frio? Quais motivos os levaram a escolher estudar nessa instituição e no curso em que estão matriculados? Quais expectativas possuem quanto ao futuro acadêmico e profissional? Essas

expectativas influenciam a sua permanência? Quais os fatores que influenciam a permanência ou a desistência dos alunos? Quais ações de assistência estudantil são desenvolvidas e em que medida elas influenciam a permanência dos alunos?

A pesquisa consiste em um estudo de caso de cunho longitudinal que compreende os anos de 2014, 2015 e 2016, em que acompanhamos a trajetória dos alunos que ingressaram no ano letivo de 2014, totalizando 148 matrículas. A partir dos dados contidos na ficha de matrícula dos estudantes conseguimos traçar um perfil sociodemográfico dos alunos pesquisados com informações tais como idade, sexo, curso, cidade de residência, cor ou raça, estado civil, renda familiar per capita, grau de instrução da mãe e do pai, estado civil dos genitores, escola (tipo e localização) em que concluiu e ano de conclusão do Ensino Fundamental. Realizamos também um levantamento no setor de Registro Acadêmico, na Diretoria de Políticas Estudantis e na Diretoria de Pesquisa e Extensão do IFF Cabo Frio e conseguimos informações sobre a forma de ingresso (Ampla Concorrência ou Cota), a situação acadêmica e a participação dos alunos em ações de assistência estudantil em cada ano letivo. Construímos, então, uma base de dados com as informações de cada aluno ingressante nos cursos técnicos integrados do IFF Cabo Frio em 2014.

Além disso, elaboramos e aplicamos um questionário ao final do ano letivo de 2016, composto por 12 questões, com o objetivo de obter informações referentes às motivações para a escolha da instituição e do curso, as expectativas acadêmicas e profissionais após a sua conclusão e as percepções sobre os fatores que influenciam a permanência no IFF Cabo Frio. As informações obtidas pelo questionário foram inseridas na mesma base de dados das informações obtidas junto à instituição de forma que as respostas de cada aluno correspondessem aos seus dados de matrícula e trajetória. Essas informações foram tratadas com um enfoque quantitativo.

A análise dos dados da matrícula dos alunos e dos questionários respondidos foi complementada por uma análise qualitativa, a partir da realização de oito entrevistas semiestruturadas com alunos dos dois cursos técnicos integrados, que se encontravam em uma das seguintes situações: alunos que concluíram o curso no tempo regulamentar; alunos que desistiram do curso em algum momento; e alunos que foram retidos pelo ao menos uma vez, mas que continuavam matriculados no curso.

Por fim, a análise dos dados e a sistematização da pesquisa foi orientada por uma revisão bibliográfica sobre o ensino médio, ensino técnico integrado, permanência e evasão escolar e assistência estudantil. Foram realizadas também consultas e análises de documentos e regulamentos institucionais, da legislação sobre o tema, documentos do governo federal e pesquisa em sites e portais oficiais do IFET Fluminense e do Ministério da Educação.

Sendo assim, essa dissertação é composta por cinco capítulos, incluindo a presente Introdução e a Considerações Finais. No Capítulo 2 traçamos um breve histórico sobre a trajetória do ensino médio e profissional a partir da década de 1930. Baseados nas análises de Cunha (2005) e Abreu (2010), essa trajetória inclui as reformas Francisco Campos e Capanema com as tentativas de organizar o sistema de ensino brasileiro e criar modalidade e níveis de ensino; a instituição da Lei nº 5.692/71, que consistiu na supressão do ensino de 2º grau propedêutico e instituiu o ensino profissionalizante de nível médio universal e compulsório. Com base nos estudos de Kuenzer (1989), Saviani (1989, 2003), Nunes (2002) e Frigotto et al. (2012) passamos pelos debates na década de 1980 no bojo da redemocratização brasileira que inseriu o conceito de politecnia como a alternativa para suprimir a dualidade estrutural da educação e adotar o trabalho como princípio educativo; a promulgação da LDB de 1996 e a instituição do ensino médio como etapa final da educação básica e, mais uma vez, a separação entre a formação geral e a profissional por meio do Decreto nº 2.208/97.

Em seguida, destacamos as ações dos governos dos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016) no que se refere à expansão da educação profissional, destacando a instituição da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e a criação dos IFET's em 2008 e o advento do PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego) em 2011. Nesse capítulo, traçamos também um breve panorama sobre o ensino médio e profissional na atualidade, ressaltando os aspectos do acesso, permanência e qualidade.

No Capítulo 3, retomamos nossas questões de pesquisa, fazemos alguns apontamentos sobre o tema da evasão escolar e apresentamos os caminhos metodológicos percorridos para responder as nossas questões. Em seguida, apresentamos o IFET Fluminense e o IFF Cabo Frio, instituição em que a pesquisa foi realizada, buscando oferecer uma chave de leitura para a

compreensão do contexto em que os alunos pesquisados encontravam-se e favorecer a compreensão de alguns dos resultados alcançados. Descrevemos também o Programa de Assistência Estudantil do IFET Fluminense, uma vez que representa a principal ação do Instituto voltada para a permanência e êxito dos alunos. O capítulo se encerra com a apresentação de um perfil do grupo de alunos pesquisado com informações sociodemográficas, dados sobre sua escolarização anterior, bem como sobre sua forma de ingresso no IFF Cabo Frio. Além do perfil geral dos alunos por curso, apresentamos o perfil daqueles que responderam ao questionário e dos alunos entrevistados.

No Capítulo 4 descrevemos a trajetória escolar dos alunos por curso no que se refere ao fluxo acadêmico e à participação em modalidades de assistência estudantil. Em seguida desenvolvemos uma discussão acerca dos principais fatores que motivaram os alunos a escolherem a instituição de ensino e o curso técnico integrado em Petróleo e Gás ou em Hospedagem, assim como, as suas expectativas para o futuro acadêmico/profissional com base nas informações coletadas por meio dos questionários e das entrevistas.

No Capítulo 5 apresentamos a percepção dos alunos pesquisados quanto aos principais fatores que influenciaram a sua permanência no IFF Cabo Frio e aqueles que favoreceram as chances de evasão a partir das respostas ao questionário e da análise das entrevistas, numa interlocução com as hipóteses explicativas indicadas pelos resultados de algumas pesquisas nacionais (Neri, 2009; Dore & Luscher, 2011; Torres et al., 2013; Soares et al., 2015; Gomes & Bastos, 2016) que apontam motivações, causas ou fatores associados ao abandono escolar. Por fim, apresentamos as nossas considerações finais como um esforço de sintetizar as principais conclusões a que pudemos chegar com esse estudo e as questões que apontam para a necessidade de novas pesquisas e aprofundamento do tema.

2

O ensino profissionalizante no contexto do ensino médio brasileiro

Como já assinalado, o ensino médio brasileiro compõe a etapa final da educação básica desde a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996. Em que pese o crescente reconhecimento de sua relevância política e social, essa etapa da educação vivencia, há vários anos, consideráveis desafios no que toca ao acesso, à permanência, à qualidade e mesmo quanto à sua identidade enquanto etapa final da educação básica obrigatória.

A história do ensino de nível médio evidencia as disputas políticas e ideológicas acerca das concepções e formatos adotados ao longo do tempo na conformação do sistema de ensino brasileiro. A separação entre o ensino geral ou propedêutico e o ensino profissional e as tentativas em associá-los até a década de 1990 mostraram-se desastrosas, assim como, a nítida segregação do público a que cada tipo de ensino estava direcionado. O ensino geral sempre foi voltado para as elites, como etapa preparatória para que seguissem os estudos em nível superior ou como formação para cargos intermediários da administração pública. O ensino profissional, desde sua configuração inicial se organizou para atender os integrantes das classes menos favorecidas, formando mão de obra para o comércio, o campo e a indústria (Cunha, 2005; Frigotto et al., 2012).

Em meados dos anos 2000, durante os governos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) a educação profissional começa a ganhar novos contornos e há um expressivo investimento na sua expansão. A criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET's) se torna um marco na política de EPT, especialmente, na busca pela integração entre o ensino médio e o ensino profissional, o que, devido aos objetivos desta dissertação, ganhará mais atenção nesse trabalho.

Nesse capítulo buscamos caracterizar o ensino médio profissional no Brasil por meio das configurações que assumiu em diferentes momentos políticos e econômicos do país, destacando a recente expansão da Rede Federal de EPT e os investimentos na educação profissional correlatos. Ainda que não se trate de uma exaustiva revisão de literatura, traçamos um panorama do ensino médio e da

educação profissional na atualidade brasileira e dos desafios que essa etapa de ensino ainda enfrenta. Dessa forma buscamos levantar as principais questões que envolvem o ensino de nível médio, trazendo as discussões realizadas por alguns estudiosos sobre o assunto, inspirados, principalmente, nas referências encontradas nas teses de doutorado de Souza (2016) e Mesquita (2016) e na dissertação de mestrado de Prado (2017). Nossa intenção é de lançar luz sobre a dualidade estrutural presente nas concepções de ensino médio regular e profissional e caracterizar a atual situação dessas modalidades de ensino, de maneira a desenhar o pano de fundo para a discussão sobre a permanência no ensino técnico integrado.

2.1

Breve histórico sobre o ensino profissional no Brasil

A persistente separação entre o ensino médio de formação geral e a educação profissional está relacionada a concepções ideológicas e disputas políticas desde que o ensino secundário começou a ser organizado no Brasil. Essa visão dual traz consequências para as políticas voltadas para cada modalidade de ensino e impacta a valorização de cada tipo de formação na sociedade e no mercado de trabalho. Acreditamos que essa perspectiva pode auxiliar a compreensão dos desafios que persistem nessas modalidades de ensino até os dias atuais e no entendimento das motivações que levam os alunos a escolherem determinados percursos formativos. Assim, nessa seção, traçamos um histórico sobre a conformação do ensino profissional brasileiro até a sua configuração mais recente.

A partir do início da década de 1930 evidencia-se uma crescente atenção da administração brasileira em relação às instalações dos estabelecimentos de ensino secundário, quando é criado o Ministério da Educação e Saúde Pública (Abreu, 2010). Com a criação desse Ministério, os órgãos do Ministério da Justiça e Negócios Interiores e do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, que atuavam no campo da educação, passaram a integrar o novo ministério, assim, o sistema federal de escolas de aprendizes e artífices, criado em 1909, pelo

presidente Nilo Peçanha, para o ensino profissional primário e gratuito, passou também para a administração do novo Ministério da Educação (Cunha, 2005).

Naquele momento o ensino secundário havia se constituído como uma modalidade de ensino voltado para os pequenos grupos da elite que seguiriam para o ensino superior e para formar os burocratas da administração pública. Na tentativa de conferir maior organização ao ensino, o ministro Francisco Campos baixou uma série de decretos-lei instituindo graus e modalidades de ensino.

Segundo Abreu (2010), o decreto nº 19.890 de 18 de abril de 1931 buscou atribuir maior organicidade ao ensino secundário, estabelecendo um currículo seriado, a obrigatoriedade da frequência aos estabelecimentos de ensino – em oposição à possibilidade de realizar exames parcelados para obtenção de diploma de nível secundário, como acontecia anteriormente – e a exigência de diploma de nível secundário para o ingresso no nível superior. Entretanto, para Cunha (2005), a reforma de 1931 não foi capaz de derrubar as barreiras que diferenciavam o ensino secundário das outras modalidades de ensino pós-primário, como os cursos profissionais para os quadros intermediários da indústria e do comércio e os cursos para o magistério primário.

O referido decreto, posteriormente conhecido como Reforma Francisco Campos, subdividiu o ensino secundário em dois ciclos, sendo um ciclo fundamental de 5 anos e outro ciclo complementar de dois anos. Essa reforma ainda determinou a implantação de currículo, programa, métodos e critérios de avaliação para o ensino público e para o privado, abrangendo todo o território nacional. Nas análises de Abreu (2010), essa reforma evidencia a preocupação em homogeneizar o ensino secundário e pressionar as escolas a adotarem padrões de administração racionalizados e burocratizados, baseados em pressupostos científicos sobre como uma escola deveria funcionar.

No que se refere á formação escolar da força de trabalho, Cunha (2005) aponta que nos seis primeiros anos da Era Vargas, a única medida significativa foi a reorganização do ensino comercial ocorrida no primeiro semestre de 1931, por meio do Decreto nº 20.158, que instituiu um sistema paralelo, composto por um grau pós-primário, um técnico e um superior. Para ingressar no curso técnico era necessária a conclusão do ensino preliminar de 3 anos ou do ensino secundário. Enquanto que, para ingressar no curso superior de bacharel - em Ciências Econômicas por exemplo -, era necessário ter cursado o curso técnico de atuário

ou de perito-contador no âmbito do ensino comercial. Ainda segundo o autor, o uso do termo *técnico* na legislação educacional para designar um nível intermediário na divisão do trabalho foi empregado pela primeira vez no período inicial da Era Vargas. Nesse período também se evidenciou a crescente importância do órgão responsável pelas escolas de aprendizes e artífices, transformando-se, em 1934, em Superintendência do Ensino Profissional, diretamente ligada ao ministro (op. Cit.).

Entre 1932 e 1935 houve uma tentativa de diminuir as distinções curriculares que separavam as escolas pós-primárias, propostas para os futuros operários, das escolas secundárias, destinadas aos futuros burocratas e profissionais liberais, compondo uma organização dual do sistema educacional. Conforme aponta Cunha (2005) essa tentativa tem início no pensamento e na ação de Anísio Teixeira, que criou as Escolas Técnicas Secundárias na capital (Rio de Janeiro), que ofertavam o ensino secundário e os cursos exclusivamente industriais ou comerciais com um ciclo comum de dois anos, facilitando a transferência de um curso para o outro devido à existência de partes comuns nos programas. No entanto, devido à perseguição política sofrida por Anísio Teixeira, essa experiência foi extinta com a sua demissão em 1935.

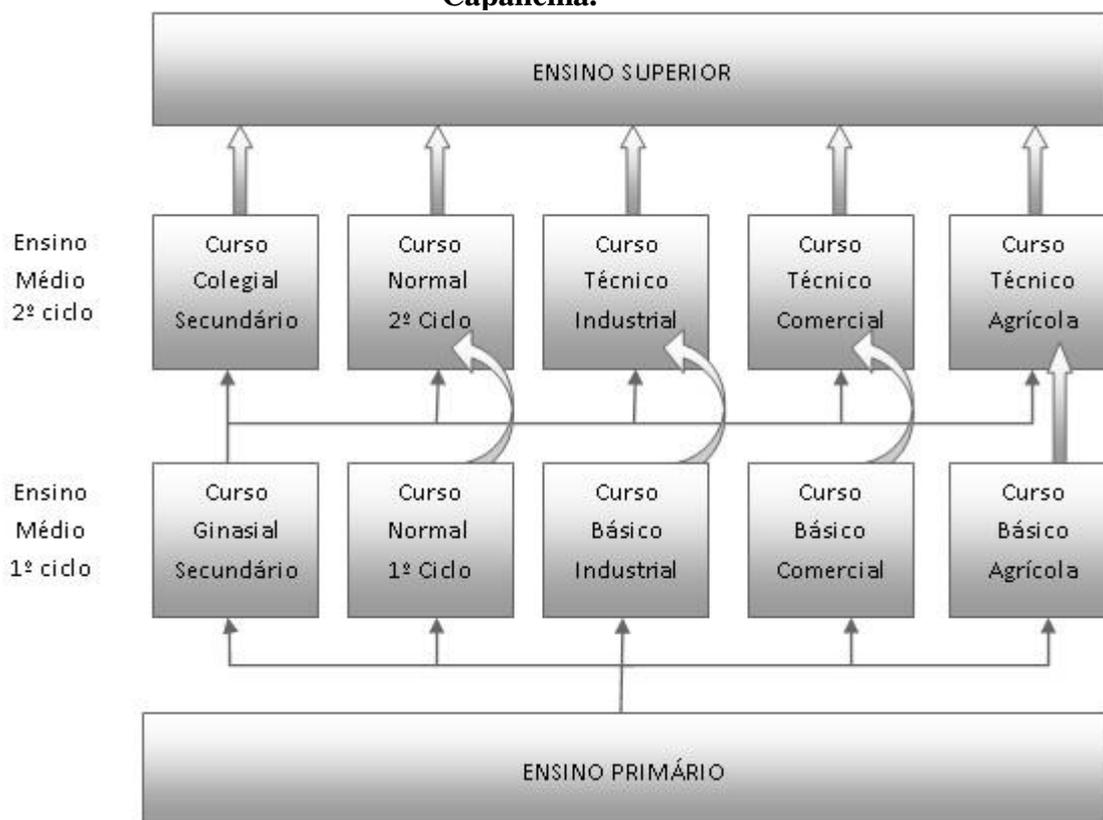
O agravamento da crise econômica e os indícios da eclosão de outra grande guerra na Europa com a participação dos Estados Unidos como fornecedor bélico, ganham força a partir de 1937, no âmbito do governo, as correntes que defendiam a industrialização brasileira orquestrada e subsidiada pelo Estado. Assim, a industrialização do país se torna a meta e o lema do Estado Novo e a Constituição de 1937 registra uma forte preocupação com a qualificação da força de trabalho (Cunha, 2005).

A intensificação da produção industrial exigiu a incorporação de maiores contingentes de trabalhadores qualificados. A Constituição de 1937 inaugura um novo papel para o Estado, as empresas e os sindicatos na formação profissional das chamadas classes menos favorecidas. Foi estipulada também a criação das Escolas de Aprendizes Industriais para jovens entre 14 e 18 anos, que seriam mantidas pelos sindicatos dos empregadores e pelos estabelecimentos industriais, além de Escolas Pré-vocacionais para filhos e irmãos dos operários sindicalizados concluintes do ensino primário entre 11 e 14 anos (Cunha, 2005). Nasce assim o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) em janeiro de 1942.

Em janeiro de 1942 foi instituída a lei orgânica do ensino profissional (Decreto nº 4.078/1942), que deslocou todo o ensino profissional para o grau médio, passando o ensino primário a ter um caráter exclusivamente geral. O ensino industrial foi organizado como um sistema e passou a integrar os cursos reconhecidos pelo Ministério da Educação. Essa e outras leis orgânicas do ensino ficaram conhecidas como a Reforma Capanema², a partir da qual após o ensino primário, a etapa seguinte era o Ensino Médio de 1º ciclo, que se dividia em: curso ginásial secundário, que permitia o acesso a todas as opções do Ensino Médio de 2º ciclo; curso normal de 1º ciclo, que dava acesso exclusivamente ao curso normal de 2º ciclo; cursos básicos Industrial, Comercial ou Agrícola, que permitiam acesso respectivamente aos cursos técnicos Industrial, Comercial ou Agrícola do Ensino Médio de 2º ciclo. Todos os cursos que compunham o Ensino Médio de 2º ciclo permitiam acesso ao Ensino Superior, embora com restrições que se referiam ao tipo de curso que havia sido cursado na etapa anterior, por exemplo, o aluno que cursara o curso técnico industrial só teria acesso a cursos superiores de áreas afins ao seu curso, mantinha-se desta forma a estrutura dual da organização do sistema educacional (Cunha, 2005). O autor ressalta a marca da desigualdade social associada a essa estrutura, com um tipo de escola para jovens das classes menos favorecidas (via de regra de pior qualidade) e outra para os filhos das camadas médias e das elites.

² Gustavo Capanema foi ministro da Educação de 1934 a 1945.

Figura 1 – Articulação entre os níveis de ensino conforme a Reforma Capanema.



Fonte: Cunha (2005, p. 39). Elaboração própria.

A partir de 1964, o governo militar procurou atender as reivindicações educacionais da classe média como uma forma de compensar o largo apoio que havia recebido dessa camada da população. Assim, o governo buscou ampliar as vagas nos cursos superiores das universidades públicas e permitiu a expansão das universidades privadas. A classe média encarava o acesso ao curso superior como uma forma de ascensão ou manutenção de sua condição social. Frente a crescente demanda de vagas no ensino superior, apesar da ampliação do acesso, nos anos finais da década de 1960, o governo militar estabeleceu um grupo de trabalho que estabeleceu dois princípios: a ampliação do ensino primário e médio, de forma a atender quase toda a população, e do ensino superior para quem quisesse e pudesse arcar com as despesas – favorecendo o crescimento da rede privada sobretudo neste nível de ensino.

Para Cunha (2005), o caráter de terminalidade do ensino de 2º Grau tornando-o compulsoriamente profissionalizante como definiu a nova LDB de 1971 (Lei nº 5.692/71) teria sido a solução encontrada para diminuir a demanda

de cursos superiores e simultaneamente reduzir a frustração dos jovens, que assim poderiam ingressar qualificados no mercado de trabalho sem precisar do diploma do ensino superior. Nesses moldes, o 2º ciclo do ensino médio, conforme estabelecido pela LDB de 1961, composto até então pelo ensino normal e os técnicos industrial, comercial e agrotécnico, foram transformados em um ramo único e todas as escolas de ensino médio passariam a ofertar cursos técnicos dos diversos segmentos existentes no mercado. Os cursos contariam com uma carga horária de educação geral e uma carga horária de conteúdo profissionalizante, que deveria ser privilegiada. Para o autor essa lei representa a mais ambiciosa medida de política educacional da história do Brasil.

Entretanto, esta reforma do ensino de 2º grau não considerou a realidade objetiva de carência de recursos humanos e materiais das escolas e, especialmente, das escolas públicas³. Tais condições resultaram na implantação improvisada de cursos profissionalizantes e de baixo custo, oferecendo uma profissionalização de nível médio precária e, paulatinamente, no fracasso da reforma. Conforme Cunha (2005), as pesquisas sobre essa reforma apontam algumas razões para o fracasso dessa medida, tais como: i) o ensino profissional ficou restrito, quase que exclusivamente, às escolas que já eram profissionalizantes antes da lei; ii) muitas escolas estaduais de ensino propedêutico continuaram existindo; iii) a motivação da maioria dos alunos que cursava o 2º grau continuou sendo o prosseguimento para os estudos superiores; iv) a oferta de habilitação profissional no 2º grau não diminuiu a demanda pelos cursos superiores; e v) grande parte dos egressos dos cursos técnicos profissionalizantes não ingressarem no mercado de trabalho como técnicos de nível médio.

Em 1975 – reagindo ao intenso debate e às crescentes críticas à reforma - o Conselho Federal de Educação (CFE) emitiu o Parecer nº 76/75 reinterpretando a lei nº 5.692/71 e defendendo que não era viável, nem desejável, que todas as escolas de 2º grau fossem transformadas em escolas técnicas. Ou seja, não era a escola que deveria ser profissionalizante, mas o ensino de 2º grau que o deveria ser. Assim, ao invés de uma educação profissionalizante específica, passou-se a defender uma educação profissionalizante básica, que prepararia o jovem para o

³ Uma boa parte das escolas de ensino médio era adaptada e não dispunha de instalações adequadas às disciplinas de educação geral, recreação dos alunos, bibliotecas e laboratórios para aulas práticas.

trabalho: a ideia de qualificação profissional era então substituída pela de preparação para o trabalho⁴ (Cunha, 2005).

A partir do movimento de redemocratização do país na década de 1980 com a participação dos movimentos sociais e de diversos setores da sociedade, muitas organizações científicas e sindicais, ao discutirem sobre os rumos da educação, introduziram no debate sobre o ensino médio a concepção de politecnicidade em contraposição às visões do tecnicismo, do adiestramento e da polivalência (Frigotto & Ciavatta, 2011). A politecnicidade, conceito de base socialista, foi introduzida nas discussões sobre o ensino de 2º grau com o objetivo de superar a dualidade estrutural do sistema de ensino, especialmente, no nível médio, que separava a formação geral da formação profissional. Ou seja, a politecnicidade é uma proposta que visa superar a dicotomia entre trabalho intelectual e trabalho instrumental ou produtivo (Kuenzer, 1989; Saviani, 1989, 2003).

Conforme Kuenzer (1989) e Saviani (1989, 2003), a dualidade estrutural entre o ensino propedêutico e o profissionalizante é uma concepção ideológica burguesa que visa propiciar à classe trabalhadora um conhecimento parcial e parcelado, de forma que o trabalhador seja capacitado a compreender as instruções e executar com eficiência determinadas tarefas exigidas pelo mercado de trabalho. Enquanto o conhecimento científico-intelectual fica reservado àqueles que irão conceber e controlar os processos de trabalho. Esses autores, entretanto, apontam que o próprio capitalismo, no mundo moderno, com o desenvolvimento tecnológico e a crescente sofisticação do processo produtivo, exige um novo tipo de profissional, que compreenda e conheça o trabalho operativo do ponto de vista intelectual e um trabalhador instrumental que tenha uma formação teórico-científica consistente, que lhe permita compreender os fundamentos científicos do funcionamento do sistema e, assim, possa manuseá-lo.

Essa contradição no interior do próprio capitalismo expõe a inadequação da dualidade estrutural da educação. A formação politécnica propõe a superação dessa dualidade adotando o trabalho como princípio educativo, tomando-o como atividade teórico-prática e síntese entre ciência, técnica e humanismo histórico.

⁴ Esse movimento de reinterpretação e mudança de sentido no que estabelecia a reforma de 1971 culminou na promulgação da lei nº 7.044 de 18 de outubro de 1982 que, apesar de ter mantido todos os pareceres emitidos pelo CFE com base na lei nº 5.692/71, representou o esvaziamento do ensino profissionalizante compulsório no 2º grau.

Nessa concepção, o trabalho como princípio educativo deve ser a expressão das relações sociais contemporâneas e representar a reunificação entre cultura e produção. A noção de politecnicidade diz respeito ao domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho produtivo moderno, de maneira que a formação garanta a compreensão dos princípios e fundamentos que estão na base dos diferentes processos de trabalho (Kuenzer, 1989).

Assim, a formação politécnica não seria a multiplicação das habilitações profissionais de forma a cobrir todas as atividades existentes na sociedade, mas para garantir a apropriação dos princípios teórico-metodológicos que permitam compreender e executar tarefas operacionais, dominar as linguagens necessárias para sua compreensão, e situar a si e ao seu trabalho em relação ao conjunto das relações sociais das quais participa. Conforme indica Saviani,

Politecnicidade diz respeito ao domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho produtivo moderno. Está relacionada aos fundamentos das diferentes modalidades de trabalho e tem como base determinados princípios, determinados fundamentos, que devem ser garantidos pela formação politécnica. Por quê? Supõe-se que, dominando esses fundamentos, esses princípios, o trabalhador está em condições de desenvolver as diferentes modalidades de trabalho, com a compreensão do seu caráter, da sua essência. Não se trata de um trabalhador adestrado para executar com perfeição determinada tarefa e que se encaixe no mercado de trabalho para desenvolver aquele tipo de habilidade. Diferentemente, trata-se de propiciar-lhe um desenvolvimento multilateral, um desenvolvimento que abarca todos os ângulos da prática produtiva na medida em que ele domina aqueles princípios que estão na base da organização da produção moderna (Saviani, 2003, p. 140).

Tendo em vista o panorama da educação no Brasil na década de 1980 (Oliveira & Araújo, 2005, entre outros), o patamar de desenvolvimento brasileiro e a vigência de uma sociedade perpassada pela divisão social e técnica do trabalho, os autores citados compreendiam as dificuldades de se implantar a formação politécnica de forma imediata e completa, mas acreditavam que se deveria avançar no sentido de construir condições para a sua concretização na formação de nível médio.

Em decorrência da promulgação da Constituição Federal em outubro de 1988 e tendo em vista as garantias relativas à educação, o deputado federal Otávio Elísio apresentou, em dezembro do mesmo ano, uma proposta de LDB que incorporava a concepção da politecnicidade para o ensino médio. Entretanto, durante o

longo processo de discussão, na Câmara Federal, da proposta original e do texto substitutivo, o Senado votou e aprovou o texto apresentado pelo senador Darcy Ribeiro e, em 20 de dezembro de 1996, foi promulgada a nova LDB por meio da Lei nº 9.394/1996 (Frigotto et al., 2012).

A partir da LDB de 1996 a educação básica passa a ser constituída pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. A nova LDB propõe profundas transformações na educação, trazendo como grande novidade a flexibilidade na educação básica. O ensino médio, por sua vez, passa a ser visto com duas funções basilares: a primeira, como etapa de aprofundamento e consolidação do aprendizado desenvolvido no ensino fundamental; e a segunda, como a etapa final da educação básica, reforçando a sua função formativa (Nunes, 2002).

Dessa forma, o ensino médio recebe, mais uma vez, uma conotação dualista, separando a formação geral da formação profissionalizante. Essa dualidade ganha corpo principalmente a partir da edição do Decreto nº 2.208/97, que estabelece que o ensino profissional técnico de nível médio só poderia ser acessado por estudantes que tivessem concluído ou estivessem cursando o ensino médio simultaneamente, o que impedia a oferta do ensino médio articulado com o técnico, como se previa na reforma de 1971 (Nunes, 2002). Segundo a autora, a separação entre o ensino médio e a educação profissional já vinha sendo elaborada antes mesmo da edição da LDB de 1996 e seguia os documentos alinhados com o Banco Mundial e os acordos assinados com organismos internacionais, que sinalizavam a separação entre o ensino profissionalizante e o ensino acadêmico tanto do ponto de vista conceitual quanto do ponto de vista operacional. Sendo assim, o ensino profissionalizante volta a ser visto como um ensino de segunda classe, direcionado para as classes menos favorecidas.

Durante toda a década de 1990 até meados dos anos 2000, não se apresenta nenhuma política pública para a educação profissional de nível médio, sobrevivendo apenas as escolas técnicas e agrotécnicas federais, os Cefet's e, na rede privada, o Sistema S (Senai, Sesc, Senat). A discussão sobre o ensino profissional atrelado à educação básica volta a tomar importância a partir do primeiro governo do presidente Lula em 2003, que toma medidas no sentido de permitir a realização do ensino médio integrado com o técnico e promove a

expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) como política do governo.

2.2

A expansão da Rede Federal de EPT e a criação dos Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica: mais um capítulo dessa história

O início do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2003, possibilitou novas discussões e debates acerca da educação profissional com o envolvimento dos sindicatos e movimentos sociais que passaram a orientar algumas ações do governo federal. Aos poucos algumas medidas foram sendo tomadas no sentido de expandir e dar novos contornos à política de educação profissional. Conforme apresenta Ramos (2015) em um dos artigos que compõe o Mapa da Educação Profissional e Tecnológica, publicado pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), a alteração na LDB por meio da Lei n. 11.741 no ano de 2008, disciplinou as formas de educação profissional técnica de nível médio, com destaque para a regulamentação da educação profissional integrada ao ensino médio, que havia sido impossibilitada pelo Decreto nº 2.208/97, sendo reconsiderada somente em 2004, pelo Decreto nº 5.154.

Ao final do primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003 – 2006), foi lançado um Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. No ano de 2002 a rede contava com 140 unidades, passando para 354 com o plano de expansão 2003-2010, chegando a 562 unidades em 2014 com a expansão 2011-2014 (Brasil, 2015) e, atualmente, conta com 643 unidades. Além da expansão da rede federal, a política de educação profissional visou atender também as redes estaduais de educação profissional e tecnológica, mediante o programa Brasil Profissionalizado, que previa assistência financeira a Estados e Municípios que aderissem ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação para desenvolver a articulação entre formação geral e educação profissional no contexto dos arranjos produtivos e das vocações locais e regionais.

Em 2008, o governo federal instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Lei 11.892/2008), que é composta pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET's), Universidade

Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET-RJ) e de Minas Gerais (CEFET-MG), Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais e Colégio Pedro II. Essa mesma lei cria trinta e oito IFET's a partir da transformação e integração das Escolas Técnicas Federais, Escolas Técnicas de Universidades Federais, Escolas Agrotécnicas Federais e CEFET's.

Conforme o artigo 7º da Lei nº. 11.892/2008, são objetivos dos IF's:

- I. Ministrando educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;
- II. Ministrando cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;
- III. Realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;
- IV. Desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;
- V. Estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional;
- VI. Ministrando em nível de educação superior: a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia; b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional; c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento; d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e e) cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para

promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia possuem como princípio de sua proposta político-pedagógica a oferta de educação básica, principalmente em cursos de Ensino Médio Integrado à educação profissional técnica, ensino técnico em geral, cursos superiores de tecnologia, licenciatura e bacharelado, programas de pós-graduação *lato* e *stricto sensu*, sem deixar de assegurar a formação inicial e continuada do trabalhador e dos futuros trabalhadores (Brasil, 2010).

Os Institutos Federais ofertam diversas modalidades de ensino, entretanto, tendem a priorizar a oferta de Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio, conforme previsto no artigo 8º da Lei nº 11.892/2008, o Instituto Federal deverá garantir, em cada exercício, o mínimo de 50% de vagas para a educação profissional técnica de nível médio na forma de cursos integrados e 20% para os cursos de licenciatura e programas especiais de formação pedagógica, visando à formação de professores para a educação básica, principalmente, nas áreas de ciências e matemática e para a educação profissional.

A criação e expansão dos Institutos Federais é apresentada pelo Ministério da Educação como uma das ações relacionadas ao conjunto de políticas de educação profissional e tecnológica que o Governo Federal passou a desenvolver em cooperação com Estados e Municípios para a ampliação da oferta de cursos técnicos, sobretudo na forma do Ensino Médio Integrado. O seu foco é lançado sobre a justiça social, a equidade, a competitividade econômica e a geração de novas tecnologias, buscando responder às demandas por formação profissional e pela difusão do conhecimento científico e tecnológico, ofertando suporte aos arranjos produtivos locais. Assim, o novo arranjo educacional proporcionado pelos IFET's pretende abrir novas perspectivas para o ensino médio, combinando o ensino de ciências naturais, humanidades e educação profissional e tecnológica (Brasil, 2010).

Em 2011 o governo federal lançou o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), por meio da Lei nº 12.513/2011, com a finalidade de ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira.

Conforme as informações do site oficial do Ministério da Educação (<http://portal.mec.gov.br/pronatec>), dentre seus objetivos, o Pronatec almejava a expansão das redes federal e estaduais de EPT, a ampliação da oferta de cursos a distância, a ampliação do acesso gratuito a cursos de Educação Profissional e Tecnológica em instituições públicas e privadas, a ampliação das oportunidades de capacitação para trabalhadores de forma articulada com as políticas de geração de trabalho, emprego e renda e a difusão de recursos pedagógicos para a EPT.

Para atingir esses objetivos, o programa buscou articular as ações de Educação Profissional e Tecnológica, como o Programa Brasil Profissionalizado, a Rede e-Tec Brasil, a Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e reforçar o Acordo de Gratuidade com os Serviços Nacionais de Aprendizagem, por meio da Bolsa-Formação, que ofertava cursos profissionalizantes de nível médio e de qualificação gratuitos em instituições privadas de ensino superior e de educação profissional e tecnológica. Esses cursos eram voltados prioritariamente para os estudantes do ensino médio da rede pública, inclusive da educação de jovens e adultos, os trabalhadores, os beneficiários dos programas federais de transferência de renda (como o Programa Bolsa Família - PBF), os trabalhadores que estavam recebendo o Seguro Desemprego e estudantes que haviam cursado o ensino médio completo em escola da rede pública.

Entre 2011 e 2014 foram ofertadas 8,1 milhões de matrículas no âmbito do Pronatec, sendo 5,8 milhões em cursos de Formação Inicial e Continuada, que possuem carga horária mínima de 160 horas, e 2,3 milhões de vagas em cursos técnicos com o mínimo de 800 horas (MEC, 2015). As metas do Pronatec previam a criação de mais 12 milhões de vagas entre 2014 e 2018, tendo sido este um dos principais motes da campanha presidencial da candidata à reeleição, Dilma Rousseff.

Em 22 de setembro de 2016 – 22 dias após o impeachment da presidente Dilma – o novo presidente editou uma Medida Provisória que estabelecia mudanças no ensino médio, que ficou conhecida como a Reforma do Ensino Médio. Essa medida provisória entrou em vigor imediatamente, foi depois aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo presidente da república como Lei nº 13.415/2017. Embora a Seção IV-A da LDB 9.394/96 que trata “Da Educação Profissional Técnica de Nível Médio” não tenha sofrido alteração pela

Lei da Reforma do Ensino Médio, essa reforma prevê uma flexibilização no conteúdo a ser ensinado e uma diversificação dos chamados itinerários formativos, dando peso à formação técnica. Diante desse novo cenário, não sabemos ainda como essas alterações impactarão no ensino técnico de nível médio, principalmente, na sua forma integrada como é oferecido pelo Instituto Federal de Educação Tecnológica de Cabo Frio, foco do presente estudo.

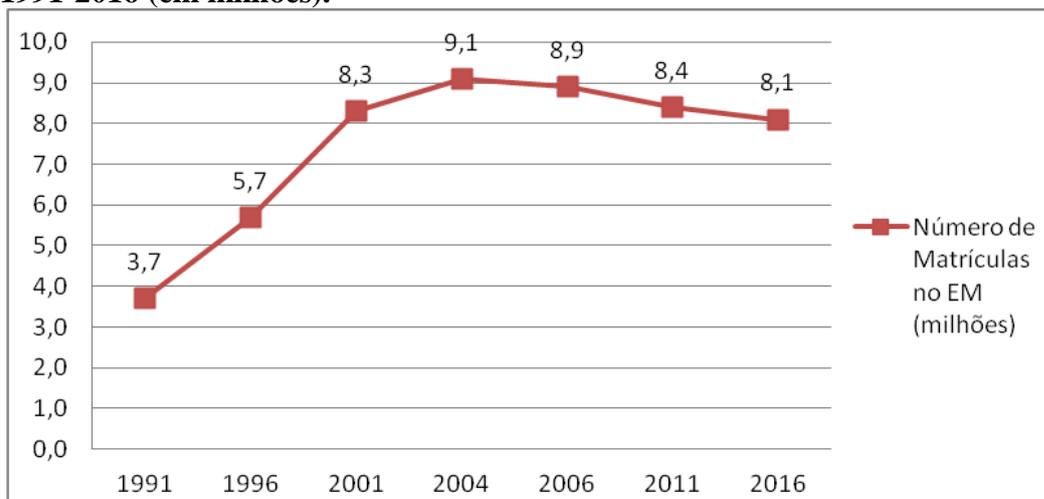
2.3

O ensino médio e a educação profissional na atualidade: acesso, permanência e qualidade

A inclusão do ensino médio na educação básica a partir da LDB de 1996 e a sua progressiva obrigatoriedade demonstra a importância social e política que essa etapa do ensino possui no contexto da educação brasileira. No entanto, Krawczyk (2011), afirma que este é também o nível de ensino que mais controvérsias enfrenta na sua execução devido aos persistentes problemas de acesso, permanência, qualidade e identidade.

No que tange ao acesso, conforme verificamos no Gráfico 1, entre os anos de 1990 e 2000 o número de matrículas no ensino médio teve um expressivo crescimento, saindo de 3,7 milhões de matrículas em 1991 para mais de 9,1 milhões em 2004. Costa (2013) aponta que esse crescimento no número de matrículas foi impulsionado, de certa forma, pelo progresso na universalização do ensino fundamental. A maior taxa de conclusão no ensino fundamental pressionou a maior entrada de alunos na etapa final da educação básica. No entanto, desde 2005, o número de matrículas no ensino médio vem diminuindo sensivelmente, registrando pequenas oscilações no período. Em 2016, o censo escolar registrou 8.131.988 matrículas no ensino médio.

Gráfico 1 – Evolução do Número de Matrícula no Ensino Médio – Brasil 1991-2016 (em milhões).



Fonte: Costa (2013), Souza (2016) e INEP/MEC. Elaboração própria.

A comparação do número de matrículas ao número de jovens entre 15 e 17 anos (idade considerada adequada para o nível médio) fora da escola realça a relevância da questão do acesso a esse nível de ensino. Os dados da PNAD 2016 (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua de 2016) apontam que a Taxa de Escolarização⁵ dentre os jovens dessa faixa etária ficou em 87,2%, o que representa 9,3 milhões de jovens, sendo que mais de 1,3 milhões estavam fora da escola. O número de jovens entre 15 e 17 anos no ensino médio é ainda menor, atingindo a 68% deles. Para reverter esse quadro, o Resumo Técnico do Censo Escolar 2013 (INEP, 2014) já apontava para a necessidade de melhorar o fluxo escolar no ensino fundamental e de implementar políticas que incentivem o jovem concluinte do ensino fundamental a progredir em seus estudos e, Costa (2013), por sua vez, aponta que atrair os jovens que estão fora da escola se torna um dos principais desafios à retomada do crescimento de matrículas no ensino médio.

Atualmente, a oferta do ensino médio se concentra principalmente nas redes públicas estaduais, responsáveis por 84,8% das matrículas. A rede privada é responsável por 12,5% das matrículas, a rede federal representa 1,8% da oferta e as redes municipais 0,9%. No Quadro 1 apresentado a seguir, verificamos o número de matrículas por dependência administrativa no Brasil, no estado do Rio de Janeiro e na cidade de Cabo Frio, onde se localiza a instituição estudada nesta pesquisa.

⁵ A Taxa de Escolarização é um indicador que expressa o percentual da população de uma faixa etária que frequenta a escola independentemente da etapa/modalidade de ensino.

Quadro 1: Matrículas no Ensino Médio por dependência administrativa - Brasil, Rio de Janeiro, Cabo Frio - 2016

Dependência Administrativa	Brasil		Rio de Janeiro		Cabo Frio	
	N	%	N	%	N	%
Federal	171.566	2,1%	18.861	3,2%	390	5,8%
Estadual	6.897.145	84,8%	442.812	74,8%	3.702	55,5%
Municipal	49.715	0,6%	5.504	0,9%	1.453	21,8%
Privada	1.014.614	12,5%	124.705	21,1%	1.129	16,9%
Total	8.133.040	100,0%	591.882	100,0%	6.674	100,0%

Fonte: MEC/INEP - Sinopse Estatística da Educação Básica 2016. Elaboração própria.

No Quadro 1 podemos observar que a oferta do ensino médio em Cabo Frio apresenta algumas peculiaridades em relação ao restante do país e ao estado do Rio de Janeiro. Proporcionalmente, a rede estadual na cidade é expressivamente menor que no âmbito nacional e mesmo em relação a outros municípios do estado, sendo substituída pela rede municipal, que oferta 21,8% das vagas, e pela rede privada, que representa 16,9% da oferta. A oferta do ensino médio pela rede federal em Cabo Frio, apesar de pequena, chega a ser, percentualmente, mais que o dobro do índice nacional e maior que a do estado do Rio de Janeiro. O ensino médio federal de Cabo Frio corresponde aos cursos técnicos integrados ofertados pelo IFF Cabo Frio, nosso caso de estudo.

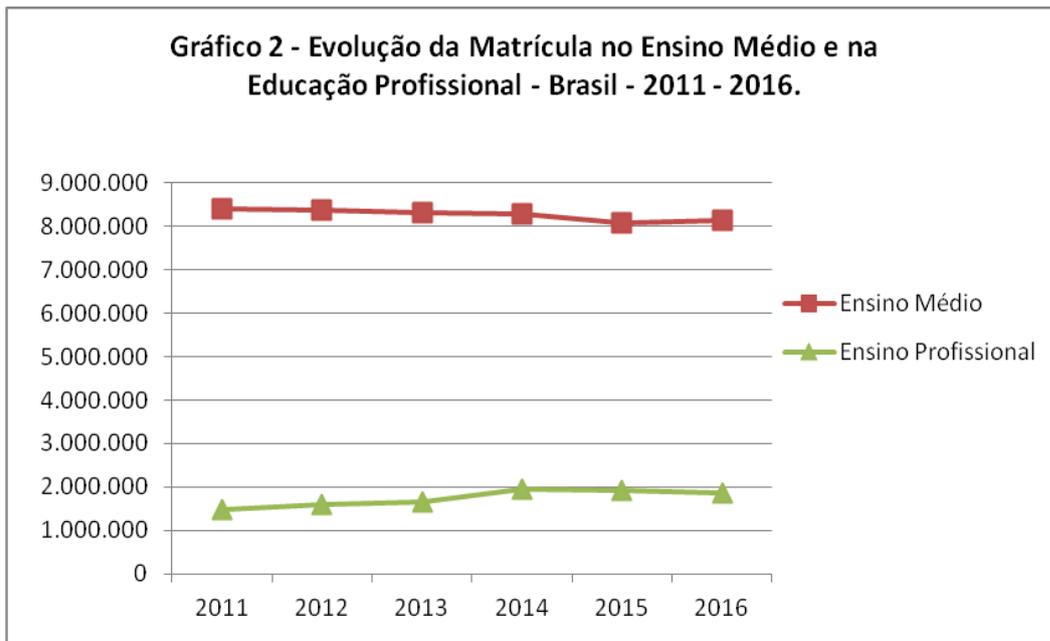
Em relação às matrículas na educação profissional de nível médio, o Censo Escolar de 2016 aponta que havia aproximadamente 1,8 milhão de estudantes matriculados nessa modalidade de ensino, contando com alunos dos cursos técnicos concomitantes e subsequentes, técnicos integrados ao ensino médio regular, curso normal/magistério, cursos integrados à EJA de níveis fundamental e médio, o Projovem Urbano e os cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) de nível fundamental, médio e concomitante. Podemos observar a distribuição de vagas no Ensino Profissional por dependência administrativa no Quadro 2.

Quadro 2: Matrículas no Ensino Profissional por dependência administrativa - Brasil, Rio de Janeiro, Cabo Frio, IFF Cabo Frio - 2016						
Dependência Administrativa	Brasil		Rio de Janeiro		Cabo Frio	
	N	%	N	%	N	%
Federal	343.986	18,5%	20.525	12,2%	994	44,8%
Estadual	683.000	36,8%	42.170	25,1%	407	18,4%
Municipal	70.730	3,7%	4.334	2,5%	150	6,8%
Privada	762.224	41,0%	101.299	60,2%	664	30,0%
Total	1.859.940	100,0%	168.328	100,0%	2.215	100,0%

Fonte: MEC/INEP - Sinopse Estatística da Educação Básica 2016. Elaboração própria.

Conforme verificamos no Quadro 2, a oferta de educação profissional em Cabo Frio também apresenta, proporcionalmente, diferenças expressivas em relação aos índices nacionais e aos do estado do Rio de Janeiro. Enquanto nos âmbitos nacional e estadual a rede privada é a maior responsável pela educação profissional de nível médio, em Cabo Frio a maior oferta ocorre na rede federal, o que atribuímos à presença do IFF Cabo Frio nessa cidade. Observamos que a rede municipal também oferta educação profissional numa proporção maior que as médias nacionais e do estado.

Vale ressaltar que a Meta 11 do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 estabelece “triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público”. Entre 2008 e 2016 houve um crescimento de 62,6% das matrículas na educação profissional, sendo a esfera pública a responsável pela oferta de 59% das vagas e a esfera privada por 41%. Verificamos também que a expansão da Rede Federal de EPT vem contribuindo com o aumento da oferta de vagas, mas constatamos a necessidade de mais investimentos a fim de se alcançar essa meta até o ano de 2024. No Gráfico 2, verificamos a evolução do número de matrículas no ensino médio e na educação profissional entre os anos de 2011 e 2016. É possível perceber que as matrículas no ensino médio regular diminuíram durante esse período com uma leve recuperação entre 2015 e 2016, enquanto as matrículas na educação profissional de nível médio fizeram o caminho inverso. Esse crescimento quantitativo no âmbito da educação profissional parece estar diretamente relacionado à queda das matrículas no ensino médio regular e, ainda assim, as matrículas no ensino médio profissional mantêm-se abaixo dos 20% como mostra o Gráfico 2 a seguir.



Fonte: MEC/INEP – Notas Estatísticas do Censo Escolar 2016. Elaboração própria.

A oferta do ensino médio integrado vem se expandindo nos últimos anos, cabendo destacar o período de 2013 a 2016 em que houve um aumento de 13,7% no número de vagas. O Censo escolar de 2016 registrou 429.010⁶ matrículas nessa modalidade de curso, sendo a rede pública responsável pela oferta de 95% delas. Nesse mesmo ano os cursos técnicos integrados representavam 28,6% da oferta de educação profissional e 6,5% da oferta de todo o ensino médio. O Quadro 3 apresenta o número de matrículas no ensino técnico integrado com o ensino médio no Brasil, no Rio de Janeiro, em Cabo Frio e no IFF Cabo Frio em 2016. Podemos observar que a representatividade dessa modalidade de ensino ainda é pequena no universo do ensino técnico e, ainda menor, no universo do ensino médio. Verificamos também que, assim como no ensino médio regular, em âmbito nacional a rede que mais oferta essa modalidade de ensino é a estadual, sendo que no estado do Rio de Janeiro a rede federal e a rede privada apresentam uma maior participação dessa oferta. Na cidade de Cabo Frio constatamos a ausência da rede estadual e da rede privada na oferta dessa modalidade de formação e a presença da rede federal – por meio do IFF Cabo Frio – e da rede municipal, ainda que de forma minoritária.

⁶ Número de matrículas nos cursos técnicos integrados ao ensino médio, excluindo-se as matrículas nos cursos Normal/Magistério e nos cursos Técnicos Integrados à EJA (Educação de Jovens e Adultos).

Quadro 3: Matrículas no Ensino Técnico Integrado com o Ensino Médio por dependência administrativa - Brasil, Rio de Janeiro, Cabo Frio, IFF Cabo Frio - 2016

Dependência Administrativa	Brasil		Rio de Janeiro		Cabo Frio		IFF Cabo Frio	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Federal	151.279	35,2%	11.892	39,7%	390	72,2%	390	100,0%
Estadual	246.516	57,5%	13.850	46,2%	0	0,0%
Municipal	10.053	2,3%	218	0,7%	150	27,8%
Privada	21.162	5,0%	4.003	13,4%	0	0,0%
Total	429.010	100,0%	29.963	100,0%	540	100,0%	...	100,0%

Fonte: MEC/INEP - Sinopse Estatística da Educação Básica 2016. Elaboração própria.

Apesar da expansão das matrículas no ensino médio a partir da década de 1990, Krawczyk (2011) ressalta que a tendência de declínio a partir de 2005, a alta porcentagem de jovens que permanecem fora da escola e os altos índices de evasão e reprovação afastam a possibilidade da universalização ou democratização do ensino médio. Além disso, a autora ressalta que há ainda outros desafios a serem enfrentados para a melhoria dessa etapa da educação, como os que se referem aos conteúdos a serem ensinados, à formação e remuneração dos professores, às condições de infraestrutura e gestão escolar e aos investimentos públicos realizados.

Nesse sentido, verificamos que a permanência e as taxas de conclusão no âmbito do ensino médio ainda representam outro grande desafio. Nos últimos anos, a taxa de aprovação no ensino médio tem melhorado, saindo de 74,9% em 2008 para 81,7% em 2015. No entanto, as taxas de reprovação e abandono ainda são expressivas, atingindo a 19% dos alunos da rede pública e 5,3% dos alunos da rede privada em 2015, conforme o Gráfico 3. Assim como as taxas de insucesso (soma das taxas de reprovação e de abandono) apresentam grande variação entre as redes de ensino, também apresentam variações entre as séries do ensino médio. No 1º ano, a média entre as duas redes de ensino foi de 25,4% dos alunos, ou seja, ao menos um em cada quatro alunos são retidos ou abandonam o curso nessa série. No 2º ano foi de 16,4% e no 3º ano foi de 10,5% em 2015, apresentando diferenças significativas entre as redes.

Gráfico 3: Taxa de insucesso (soma de reprovação e abandono) por séries do ensino fundamental e médio segundo rede de ensino - Brasil 2015



Fonte: MEC/INEP – Notas Estatísticas do Censo Escolar 2016.

Os dados referentes ao fluxo escolar da educação profissional de nível médio não são disponibilizados pelo INEP/MEC em forma de Resumo Técnico ou Notas Estatísticas, dificultando sua identificação em âmbito nacional e por dependência administrativa nos microdados disponibilizados. Entretanto, a partir de março de 2018 passamos a encontrar algumas informações sobre a rede federal de EPT por meio da Plataforma Nilo Peçanha⁷ (<https://www.plataformanilopecanha.org>) implantada nos institutos federais. Devido ao lançamento recente da referida plataforma, obtivemos apenas dados referentes ao ano de 2017. Nesse ano, os cursos técnicos de nível médio de toda a rede federal de EPT, que contava com 643 unidades de ensino e pouco mais de 1,0 milhão de matrículas, registraram uma taxa de evasão de 22,4% e de retenção de 13%. A taxa de evasão do IFET Fluminense foi de 26% e de retenção foi de 6,9%, enquanto no IFF Cabo Frio a taxa de evasão chegou a 31,3% e a de retenção foi de 5%. Como se pode observar, as taxas de evasão e de retenção nesse nível de ensino são muito altas, superando inclusive as taxas nacionais referentes ao ensino médio regular.

Em seus estudos, Dore & Luscher (2011), concluem que a evasão na escola média de formação geral ou profissionalizante tem relação direta com o grau de

⁷ A Plataforma Nilo Peçanha foi lançada pela SETEC/MEC no dia 15 de março de 2018 e é um ambiente virtual de coleta, validação e disseminação das estatísticas oficiais da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

democratização do acesso da população a esse nível de ensino. Para elas, a evasão é um fenômeno complexo e os estudos a esse respeito devem considerar as questões relativas ao indivíduo, à escola e ao sistema de ensino. Dessa maneira, as causas de evasão são difíceis de identificar, pois, geralmente, sofrem influências de um conjunto de fatores que se relacionam tanto com o estudante e sua família quanto com a escola e a comunidade em que vive.

Krawczyk (2011), por sua vez, aponta que os índices de evasão, que se mantém nos últimos anos, sofrem influência da crise econômica e do declínio da utilidade social dos diplomas, mas também têm causas que vão além, e decorre da falta de motivação dos estudantes, que estaria associada, em grande parte, à integração dos alunos com a escola e o seu vínculo com os professores. Costa (2013) indica que o desafio em relação à evasão está na busca pela universalização do ensino médio com qualidade social e que, para isso, é necessário superar o baixo investimento e desqualificação da educação, que se traduz na precariedade da infraestrutura, do material pedagógico, da formação e da valorização salarial docente.

Essas análises apontam para o desafio da qualidade da educação no ensino médio. Considerando o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica⁸ (IDEB) enquanto indicador de qualidade da educação brasileira, o ensino médio evoluiu pouco em termos de qualidade na série histórica. Em 2005 o índice foi de 3,4 e, dez anos depois, o índice chegou a 3,7, enquanto a média dos países desenvolvidos é de 6,0 (número que representa a meta estabelecida pelo Brasil a ser alcançada até 2028 para o Ensino Médio). Nos anos de 2007, 2009 e 2011, as taxas do IDEB do ensino médio alcançaram as metas intermediárias estabelecidas, no entanto, os anos seguintes permaneceram estagnadas, atingindo o índice de 3,7 em 2015, quando a meta a ser atingida era de 4,3. Tendo em vista que o IDEB considera os índices de fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações de larga escala e, considerando que o número de matrículas está estagnado com tendência de queda e que as taxas de insucesso (soma da reprovação e do

⁸ O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), criado em 2007, é um indicador da qualidade da educação que reúne os conceitos de fluxo escolar – obtido no Censo Escolar – e das médias de desempenho nas avaliações do INEP – o SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica) para o Ensino Médio e a Prova Brasil para o Ensino Fundamental (<http://portal.inep.gov.br/ideb>).

abandono) continuam altas no ensino médio, os resultados do IDEB tendem a se estagnar, não alcançando as metas estabelecidas.

Ainda em relação à qualidade do ensino médio, ao analisar a evolução do desempenho em Língua Portuguesa e em Matemática entre os anos de 1995 e 2015 com base nos resultados do SAEB, Souza (2016) chama a atenção para os baixos níveis de proficiência dos alunos que se encontram no final do 3º ano. O autor aponta que em 1995 a proficiência registrada em Língua Portuguesa era de 290 pontos e, apesar da tendência de melhoria registrada nos últimos anos, em 2015 a proficiência alcançou apenas 267 pontos, revelando que a média de proficiência dos alunos que saem do ensino médio corresponde somente ao nível básico de conhecimento nessa área. Em Matemática o cenário é ainda pior, sendo que em 1995 a média era de 282 pontos e em 2015 atingiu a 267 pontos em tendência de queda nos últimos anos, indicando uma média de proficiência abaixo no nível básico ao final do ensino médio em Matemática.

Por outro lado, a rede federal de EPT (os CEFET's, IFET's, Colégios de Aplicação das Universidades Federais e Colégio Pedro II) é reconhecida como uma rede de qualidade e prestígio. E, considerando os resultados avaliados no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes – Programme for International Student Assessment (Pisa) – de 2015, a média dos estudantes da rede federal em Ciências foi de 517 pontos enquanto a média nacional ficou em 401 pontos. Sendo assim, apesar de enfrentar altos índices de abandono e retenção, no que se refere à qualidade de ensino essa rede se encontra em melhor posição que as demais redes públicas e, em alguns casos, em melhor situação inclusive que a rede privada.

Conclui-se, assim, que o Ensino Médio possui desafios relevantes a serem vencidos para que se consolide como uma etapa da educação que sirva à formação cidadã dos jovens brasileiros e represente um ganho econômico e social real para o país. Além da diminuição recente no número de matrículas e das altas taxas de retenção e abandono, a persistente dualidade nas concepções de ensino médio representa um grande desafio de identidade para esta etapa da educação básica.

A disputa política e ideológica no campo educacional e social, historicamente, tem colocado em lugares opostos a formação geral e propedêutica e a formação específica e profissional. Frigotto & Ciavatta (2011) informam que, especialmente, a partir da década de 1940 quando a educação passa a ser

organizada por Leis Orgânicas, a classe detentora do capital reforça a dualidade do ensino, segmentando a educação por setores produtivos e profissionais. Assim, separam-se aqueles que devem ter acesso à formação secundária para seguir os estudos superiores daqueles que seguirão para a formação profissional para atender aos setores produtivos.

Para Krawczyk (2011), sob o julgo da sociedade do conhecimento, o debate sobre a identidade do ensino médio se reforça e a disputa entre formação geral e profissional se acentua, pois, ao mesmo tempo em que o ensino médio se torna insuficiente diante das novas exigências de conhecimentos e competências ainda é o único caminho para o acesso ao ensino superior. A autora aponta que há um consenso entre diversos especialistas de que o currículo do ensino médio não deve estar atrelado às demandas do mercado, mas deve ter o compromisso com uma formação que permita ao jovem a construção de um pensamento crítico para a compreensão das complexas relações sociais no mundo globalizado.

O ensino técnico integrado, por sua vez, pode representar um avanço nesse sentido ao empenhar esforços para reunir o ensino de ciências naturais, humanidades e educação profissional e tecnológica, buscando superar a dualidade imposta ao ensino médio e garantindo uma formação de qualidade, especialmente, no âmbito dos Institutos Federais. Entretanto, há uma clara necessidade de ampliar os investimentos nessa etapa da educação, garantindo acesso e permanência dos jovens em uma escola de qualidade.

Nesse sentido, Frigotto & Ciavatta (2011) indicam que a proposta do ensino médio integrado e integral, que vem se desenhando a partir de 2011 por meio das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para o Ensino Médio e para a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), que busca articular conhecimento, trabalho e cultura, ainda que não represente, exatamente, a concepção de educação politécnica e tecnológica, indica uma possibilidade de superação do declínio da dualidade existente no ensino médio.

Assim também Krawczyk (2011) indica que a proposta de ensino médio integrado busca romper com a dualidade histórica que separa o ensino propedêutico da formação profissional, mas alerta que a superação de paradigmas e a revisão dos conceitos, que colocam formação geral e específica em lados opostos, caracterizam-se como um complexo desafio no contexto do sistema de ensino brasileiro.

Como vimos, o número de matrículas no ensino médio vem caindo enquanto há uma grande parcela de jovens fora da escola. O ensino profissional de nível médio, por sua vez, vem apresentando um aumento no número de vagas, mas ainda representa uma parcela tímida no panorama geral do ensino médio. A expansão da rede federal de EPT tem contribuído com o aumento da oferta desse nível de ensino com reconhecida qualidade, entretanto, o acesso ainda restrito e os altos índices de evasão e retenção que apresenta configuram-se como obstáculos a serem superados. Alcançar a democratização do acesso ao ensino médio se impõe como um grande desafio que precisa ser encarado pela sociedade brasileira. Nesse sentido, assegurar a permanência dos jovens que ingressaram nesse nível de ensino se torna crucial para dar efetividade à etapa final da educação básica.

Quais aspectos escolares contribuem com a permanência dos alunos? Quais fatores influenciam a permanência ou a evasão deles? Questões como essas fazem todo o sentido quando consideramos que a permanência dos alunos tem sido um desafio no ensino profissional de nível médio mesmo na rede federal e em unidades escolares reconhecidas pela excelência quanto à qualidade e aos recursos disponíveis. Essas questões foram nosso ponto de partida e nortearam a presente pesquisa na busca por identificar os fatores de permanência no ensino técnico integrado do IFET Fluminense campus Cabo Frio (IFF Cabo Frio), como apresentaremos no próximo capítulo.

3 O contexto da Pesquisa

A motivação para a realização da pesquisa apresentada nesse trabalho surgiu a partir da minha experiência profissional no IFET Fluminense *campus* Cabo Frio. Graduado em Serviço Social, ingressei na instituição como Técnico Administrativo em Educação – habilitação em Serviço Social em 2010, e atuo, desde então, como assistente social do IFF Cabo Frio. Naquele momento, o *campus* tinha pouco mais de um ano de funcionamento, assim, tenho acompanhado seu desenvolvimento praticamente desde o início. A minha atuação sempre esteve voltada para as políticas estudantis do Instituto, tendo participado da construção e implementação de algumas delas, como o Programa de Assistência Estudantil e suas atualizações.

Sendo assim, ao longo dos anos de experiência, o contato profissional cotidiano com os alunos, os estudos sociais realizados no âmbito da assistência estudantil, a observação da rotina da instituição e dos alunos e as preocupações com a sua permanência e êxito, vêm causando uma série de reflexões e experimentações na busca para minimizar a evasão e melhorar os índices de êxito dos alunos. Essas reflexões não são somente minhas, mas de muitos colegas educadores e, especialmente, dos colegas assistentes sociais do IFET Fluminense, que tem dialogado, discutido e trocado experiências interna e externamente sobre as ações que favorecem a permanência dos alunos, especialmente, as ações de assistência estudantil sob nossa responsabilidade.

Nessa seção, apresentamos nossas questões de pesquisa, fazemos alguns apontamentos sobre o tema da evasão escolar e registramos os caminhos metodológicos percorridos para responder as nossas questões. Em seguida, apresentamos o IFET Fluminense e o IFF Cabo Frio, instituição em que a pesquisa foi realizada, buscando oferecer elementos para a compreensão do contexto em que os alunos pesquisados se encontravam, bem como de alguns dos resultados alcançados no estudo. Descrevemos também o Programa de Assistência Estudantil do IFET Fluminense, uma vez que representa a principal ação do Instituto voltada para a permanência e êxito dos alunos. E, por fim, apresentamos

as características sociodemográficas dos alunos pesquisados, dados sobre sua escolarização anterior, bem como sobre sua forma de ingresso no IFF Cabo Frio. Além do perfil geral dos alunos por curso, apresentamos o perfil daqueles que responderam ao questionário e dos alunos entrevistados.

3.1 Apontamentos sobre evasão escolar

A evasão ou abandono escolar configura-se como uma das questões centrais nos debates sobre educação pública e caracteriza-se como um grande desafio a ser enfrentado para que a escolarização da população de um país tenha efetividade. Os desafios da evasão estão em todos os níveis de ensino, entretanto, nesse trabalho, destacaremos essa questão no ensino médio e no ensino técnico integrado. Ao pesquisar os fatores que contribuem para a permanência ou evasão dos estudantes na educação profissional técnica de nível médio no Estado de Minas Gerais e no Brasil, Dore & Luscher (2011a, b) apontam que faltam estudos teóricos e empíricos sobre o tema nessa modalidade de ensino. Essas autoras indicam também que à esta questão ainda se soma a dificuldade de acesso dos jovens ao ensino técnico de nível médio devido aos altos índices de evasão e fracasso escolar no nível fundamental e médio.

No entanto, qualquer que seja o nível de ensino, identificar e contornar precocemente as causas da evasão para prevenir que ela ocorra não é tarefa simples, pois a evasão possui uma natureza multiforme e a decisão de sair da escola é apenas o ato final de um processo que se manifesta de muitas formas, que podem ser visíveis ou não (Gomes & Bastos, 2016). A literatura sobre evasão ou abandono escolar aponta diversas causas ou fatores que podem estar associados à evasão escolar, que podemos dividir em dois grandes grupos: as causas e fatores de caráter individual do aluno e as que estão relacionadas à política educacional e à escola. Cada grupo se desdobra em inúmeras questões que podem estar associadas ao abandono escolar. Para os objetivos desse trabalho, abordamos os resultados de pesquisas nacionais que apontam motivações, causas ou fatores associados ao abandono e que podem auxiliar na identificação dos fatores de permanência ou evasão apontados pelos estudantes da presente pesquisa.

Na perspectiva do indivíduo, o background familiar (nível educacional dos pais, renda familiar e estrutura da família) é, reconhecidamente, o mais importante fator isolado para o sucesso ou para o fracasso do estudante, em algum ponto do seu percurso escolar (Dore & Luscher 2011b). Nesse âmbito, a situação socioeconômica, o nível cultural da família, a necessidade de trabalhar, o envolvimento com a escola, as expectativas de futuro, as situações especiais, como os casos de gravidez precoce, entre outros, estão associadas às maiores ou menores chances de evasão escolar.

No mesmo sentido, Torres et al. (2013), afirmam que estudos nacionais e internacionais de recorte quantitativo atribuem a decisão de abandonar os estudos a um perfil de aluno considerado desfavorável. Conforme os autores, os resultados⁹ do estudo coincidem com a literatura sobre abandono escolar, confirmando que a distorção idade/série causada por sucessivos fracassos ou abandono escolar, a reprovação e o seu acúmulo, a maternidade precoce, a baixa escolaridade dos pais e a baixa renda das famílias mostram-se associadas de forma significativa ao fenômeno do abandono escolar. A pesquisa executada em 2012, tendo como foco de estudo os jovens oriundos das áreas de menor renda familiar per capita das regiões metropolitanas de São Paulo e Recife e que conseguiram ingressar no Ensino Médio, utilizou técnicas qualitativas e quantitativas para explorar diversas dimensões acerca desse grupo, tais como suas especificidades socioeconômicas e culturais, suas experiências no mundo do trabalho e suas percepções e vivências acerca da escola.

A pesquisa de Soares et al. (2015), que buscou apontar quais os principais fatores que influenciam o abandono escolar no ensino médio público em Minas Gerais, conseguiu traçar um perfil geral dos jovens mais vulneráveis ao abandono do ensino médio. A pesquisa utilizou métodos quantitativos que permitiram identificar a correlação entre fatores intra e extraescolares com o abandono precoce e verificar a taxa do não abandono na trajetória do ensino médio naquele estado. Assim, no mesmo sentido de outros estudos, os alunos que apresentam maiores chances de abandonar a escola são “os de menores condições econômicas, os do sexo masculino, os que apresentam histórico prévio de reprovação, abandono e baixo desempenho acadêmico, os que apresentam

⁹ Trata-se dos resultados parciais do estudo realizado pelos autores no âmbito do projeto de pesquisa “O que pensa a juventude sobre a escola?”.

desinteresse e falta de motivação e participação nas atividades escolares, e os que apresentam situações especiais, como a gravidez precoce” (Soares et al., 2015, p.770).

Em relação às características sócio-familiares que aumentam as chances de permanência na escola, os estudos de Soares et al. (2015) e Neri (2009) apontam a maior escolaridade dos pais e as melhores condições socioeconômicas da família como fatores que contribuem para que o aluno permaneça na escola. Por outro lado, a restrição de renda e a necessidade precoce de ingressar no mercado de trabalho, entre os alunos mais pobres, aumentam as chances do aluno evadir a escola. Assim, ao estudar as percepções e motivações dos alunos acerca dos fatores subjetivos e objetivos em relação à atratividade da escola, Neri (2009) indica a necessidade de aumentar a oferta de crédito educacional, concessão de bolsas de estudo e transferência de renda condicionada como forma de amenizar a evasão motivada pela necessidade de obter renda. Nesse sentido, o autor acredita que a ampliação da idade limite para a elegibilidade do Programa Bolsa Família contribuiu para a redução das possibilidades de abandono escolar entre os alunos das camadas menos favorecidas.

Por outro lado, Gomes & Bastos (2016), ao investigar as causas de evasão nos cursos técnicos do CEFET-RJ, perceberam que o perfil de alunos que evadiram dos cursos investigados não era de alunos oriundos das classes mais baixas. Para eles, a evasão escolar nesses casos estava relacionada aos interesses educacionais dos alunos ao ingressar na instituição, que buscavam, na verdade, o acesso ao ensino superior e não a formação técnica.

Em vista disso, Dore & Luscher (2011a) indicam que a identificação com o curso e as reais possibilidades de inserção no mercado de trabalho são motivações importantes na decisão do abandono ou permanência no curso profissionalizante. Assim, para compreender os fatores que vêm favorecendo o abandono e/ou dificultando a permanência de estudantes nas escolas técnicas tornam-se fundamentais os estudos das áreas de formação e/ou dos eixos tecnológicos na oferta de cursos técnicos. Quando as áreas ofertadas não proporcionam expectativas reais de inserção no mercado de trabalho, as chances de abandono do curso aumentam.

No que se refere à escola, os fatores associados à evasão ou permanência do estudante distribuem-se entre os recursos escolares, as características estruturais

da escola e os processos e as práticas escolares e pedagógicas. Desses eixos, desdobram-se outros fatores, que associados às questões individuais do aluno e do sistema de ensino, compõem um quadro complexo que influencia a evasão ou a permanência do estudante. Desse modo, os fatores intraescolares que interferem na evasão e permanência do estudante devem ser considerados na implementação e avaliação das políticas públicas, em especial para o ensino técnico, seja no âmbito federal, estadual ou municipal (Dore & Luscher, 2011a).

Torres et al. (2013) apontam que a literatura nacional e internacional praticamente não considera fatores internos à escola ou à experiência escolar dos alunos quando trata dos fatores associados ao abandono. Para eles, há escassez de dados disponíveis sobre esses aspectos, que se tornam relevantes, uma vez que são fatores passíveis de intervenção direta por parte dos gestores escolares. Em seus estudos, os autores concluem que o abandono escolar tem relação com um conjunto complexo que compreende a experiência existencial dos jovens e o contexto da escola que frequentam, tornando-se crucial avançar na compreensão de quais iniciativas no âmbito da escola podem reduzir as taxas de abandono escolar.

A pesquisa de Soares et al. (2015) aponta que fatores intrínsecos à escola, como a diferença de linguagem entre os diversos atores escolares, as atitudes adotadas pelos professores, as características que a direção escolar assume e o programa pedagógico da escola, estão associados às causas de abandono escolar. A pesquisa mostra também que os jovens desejam uma escola diferente daquela que estão vivenciando e manifestam interesse por uma escola com atividades extracurriculares, aulas práticas, uso de apostilas, contextualização do conteúdo escolar ao seu cotidiano e que ofereça preparação para o mercado de trabalho, indicando que a insatisfação com a escola atual está associada ao abandono escolar. Por outro lado, a pesquisa aponta que ter escolhido a escola por afinidade ou pela qualidade do ensino está associada a menores taxas de abandono escolar.

Outro aspecto associado ao abandono ou a permanência escolar, destacado por alguns estudos, se refere ao envolvimento dos jovens com a escola e às suas expectativas sobre ela. Dore & Luscher (2011b) apontam que os valores, comportamentos e as atitudes individuais dos alunos promovem maior ou menor engajamento na vida escolar, aumentando ou diminuindo as chances de evasão. Esse engajamento pode ser tanto no aspecto acadêmico ou de aprendizagem quanto

no aspecto social ou de convivência com os colegas, com os professores e com os demais membros da comunidade escolar. Em relação à escola como espaço de socialização, Torres et al. (2013) mostram que os jovens reconhecem esse aspecto da escola e que, apesar de não se caracterizar como fator importante na permanência do aluno, essa socialização influencia diretamente na frequência escolar.

Por sua vez, para Torres et al. (2013), a percepção dos jovens quanto ao sentido e à serventia que os conteúdos do ensino médio têm para o seu projeto de vida interfere na motivação para continuar os estudos ou não. Esses autores encontraram jovens que achavam os conteúdos ensinados desnecessários e estavam desmotivados a continuar os estudos. Por outro lado, muitos desses alunos continuavam na escola por uma visão utilitária do diploma de nível médio, acreditando que obter o diploma poderia propiciar melhor renda que a dos seus familiares ou ainda dar acesso ao ensino superior. Nesse sentido, os jovens que possuem expectativas de completar a formação média fazendo curso técnico ou que pretendem continuar os estudos em nível superior demonstram menores chances de abandonar os estudos (Torres et al., 2013). Confirmando isso, os estudos de Neri (2009) mostram que os jovens de famílias que não vislumbram o retorno financeiro e social com a conclusão de etapas mais avançadas de educação têm mais chances de abandonar os estudos e que a falta de interesse dos jovens em frequentar a escola está mais associada à falta de visão de retorno em longo prazo do que a necessidade de geração de renda em curto prazo.

Compreendemos, assim, que o abandono ou a evasão escolar é atravessado por diversas causas e fatores, que associados aumentam ou diminuem as chances de o aluno deixar a escola. Vimos que esses fatores estão relacionados aos aspectos individuais dos alunos, como as características socioeconômicas e culturais da família, o envolvimento do jovem com a escola e as suas expectativas sobre ela, e aos aspectos internos à escola, como os seus processos e organização pedagógica, as características estruturais e os recursos escolares disponibilizados aos alunos. Percebemos também que os estudos sobre esse tema no ensino médio e na educação técnica ainda são escassos, especialmente, no que se refere às características institucionais.

Nossa proposta de pesquisa visa identificar os fatores de permanência no ensino técnico integrado do IFET Fluminense *campus* Cabo Frio, principalmente, no que se refere às características institucionais. Tendo em vista a literatura da

área, acreditamos ser fundamental descrever as características dos alunos dos cursos investigados e a sua trajetória acadêmica, identificar quais motivações os levaram a escolher a instituição de ensino e o curso em que estão matriculados, averiguar quais as expectativas os alunos possuem em face de seu futuro acadêmico e profissional e quais recursos de assistência estudantil a instituição oferece, buscando identificar as possíveis relações entre esses aspectos e a permanência ou a evasão dos alunos. Por fim, tentaremos identificar quais os principais fatores escolares que, na visão dos alunos, favorecem a sua permanência no IFF Cabo Frio.

3.2

A pesquisa e seus caminhos

Tendo em vista que a permanência do estudante tem se configurado como um desafio para a educação e, em especial, para as instituições de ensino de nível médio, e que esse tema ocupa especial importância em minha atuação profissional em uma instituição de educação profissional, indagar sobre o que influencia a permanência ou a evasão dos alunos torna-se uma pergunta crucial para o enfrentamento dessa problemática. Sem desconsiderar características individuais ou socioculturais dos alunos, mas compreendendo que as características da escola podem influenciar para a permanência ou para a evasão do aluno e que esses aspectos podem sofrer intervenções por parte da gestão e da comunidade acadêmica – como indicam algumas pesquisas (Torres et al., 2013; Dore & Luscher, 2011a, b; e Soares et al., 2015) – estabelecemos como foco principal desta pesquisa a identificação dos fatores que influenciam a permanência dos alunos do Ensino Técnico Integrado do IFET Fluminense *campus* Cabo Frio, principalmente, no que tange às características institucionais, como localização, infraestrutura, recursos disponíveis, prática dos docentes, relações interpessoais e ações de assistência estudantil. Buscamos, então, verificar quais fatores institucionais podem provocar desistência e aqueles que contribuem para que o aluno permaneça matriculado e frequentando o curso.

A pesquisa se debruça sobre o ensino técnico integrado ao ensino médio oferecido pelo IFF Cabo Frio. Esta modalidade de educação profissional que está

atrelada à educação básica de nível médio se mostra relevante por receber grande parte da atenção da política de educação profissional da Rede Federal de EPT que regulamentou a oferta de, no mínimo, 50% das vagas de cada IFET para este tipo de curso. Contraditoriamente, verificamos que o ensino técnico integrado do IFF Cabo Frio ainda não atingiu essa proporção de vagas estabelecida pela Lei nº 11.892/2008 e, apesar da rede federal gozar de grande prestígio no cenário da educação brasileira, ainda registra altos índices de evasão nos cursos dessa modalidade. Além disso, encontramos poucas pesquisas que buscam compreender os fatores de evasão e de permanência nos cursos técnicos integrados da rede federal ou sobre o que esperam os alunos que ingressam nessa rede e nesses cursos. Entendemos, portanto, que se faz necessário pesquisar sobre esse tema a fim de contribuir com o desenvolvimento dessa política e, principalmente, do ensino médio como um todo. Acreditamos que estudos de caso como o de Prado (2017) e o que apresentamos nesse trabalho podem contribuir para aprofundar questões relevantes para a política de educação profissional de nível médio.

Assim, formulamos as seguintes questões para nortear essa pesquisa: Qual o perfil dos alunos que fazem o curso técnico integrado no IFF Cabo Frio? Quais motivos os levaram a escolher estudar nessa instituição e no curso em que estão matriculados? Quais expectativas possuem quanto ao futuro acadêmico e profissional? Essas expectativas influenciam a sua permanência? Quais os fatores que influenciam a permanência ou a desistência dos alunos? Quais ações de assistência estudantil são desenvolvidas e em que medida elas influenciam a permanência dos alunos?

Para buscar respostas a essas indagações realizamos um estudo de caso no IFF Cabo Frio e os seus cursos técnicos integrados (Petróleo e Gás e Hospedagem) e definimos como sujeitos de pesquisa os alunos que ingressaram em 2014 para realizar um estudo longitudinal. Esse tipo de estudo nos permite conhecer a trajetória dos alunos na instituição e no curso durante os anos de 2014, 2015 e 2016 e coletar suas percepções sobre a escola e a sua trajetória após três anos na instituição.

Esperamos assim identificar os fatores que influenciam a permanência dos alunos a partir da perspectiva daqueles que vivenciaram a instituição por três anos, considerando na análise o perfil do estudante, a sua origem escolar, a forma de acesso ao curso e a sua trajetória acadêmica e de participação em ações de

assistência estudantil. Dessa forma pretendemos compreender como as características institucionais são percebidas pelos diferentes alunos. Consideramos também em que medida os motivos que influenciaram a escolha pela instituição e pelo curso e as expectativas futuras do aluno representam fatores relevantes para a sua permanência no IFF Cabo Frio até o final do ensino médio.

O estudo longitudinal foi realizado com os alunos ingressantes em 2014 nos cursos Técnicos Integrados em Petróleo e Gás e Hospedagem do IFF Cabo Frio, totalizando 148 matrículas. Esse estudo acompanhou a trajetória desses alunos nos anos letivos de 2014, 2015 e 2016. Para isso, construímos uma base de dados com as informações fornecidas pela Instituição a partir das fichas de matrícula dos alunos tais como idade, sexo, curso, cidade de residência, cor ou raça, estado civil, renda familiar per capita, grau de instrução da mãe e do pai, estado civil dos genitores, escola (tipo e localização) em que concluiu e ano de conclusão do Ensino Fundamental.

Em seguida, realizamos um levantamento junto à Coordenação de Registro Acadêmico para identificar a forma de ingresso de cada aluno em cada curso, ou seja, se o aluno ingressou por meio de Cota ou pela Ampla Concorrência, e a sua situação de matrícula e acadêmica nos anos de 2014, 2015 e 2016. Além disso, conseguimos identificar também aqueles alunos que concluíram o ensino médio pelo ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) e desistiram de concluir o curso técnico. Realizamos outro levantamento junto à Diretoria de Política Estudantil e à Diretoria de Pesquisa e Extensão da instituição para identificar a participação dos alunos pesquisados em ações de assistência estudantil em 2014, 2015 e 2016. Essas informações foram inseridas na nossa base de dados.

Com essas informações pudemos conhecer o perfil dos 148 alunos ingressantes em 2014, sua trajetória escolar no ensino fundamental, a forma de ingresso no IFF Cabo Frio e sua trajetória acadêmica e de acesso à assistência estudantil na instituição, identificando os alunos que desistiram e os que permaneceram, assim como, os que foram aprovados e os que foram retidos em alguma série.

Para obter informações referentes às motivações para a escolha da instituição e do curso, as expectativas acadêmicas e profissionais após a sua conclusão e as percepções sobre os fatores que influenciam na sua permanência no IFF Cabo Frio, elaboramos e aplicamos um questionário composto por 12

questões, sendo 10 questões em Escala Likert¹⁰, uma questão de múltipla escolha e uma questão aberta (ver o questionário aplicado no Anexo I).

As duas questões iniciais do questionário abordavam os motivos que mais contribuíram para a escolha de estudar no IFF Cabo Frio e no curso em que estavam matriculados. Para as afirmações apresentadas, os respondentes deveriam marcar um X em uma das expressões *Contribuiu Muito*, *Contribuiu Razoavelmente*, *Contribuiu Pouco* ou *Não Contribuiu*, de acordo com o que mais se adequasse ao seu caso. Ao final de cada uma dessas questões o aluno poderia indicar outros motivos e descrevê-los.

As questões III e IV buscaram identificar se os alunos respondentes já haviam pensado em desistir do curso antes de concluí-lo e, em caso positivo, que descrevessem quais motivos os levaram a considerar essa possibilidade. Por meio dessas questões, buscamos identificar fatores de desistência e, tendo o aluno permanecido, o que o levou a ficar.

As questões de V a XI abordaram os aspectos que dificultam ou contribuem para a permanência dos alunos no curso até a sua conclusão e solicitava que os alunos apontassem a importância de cada aspecto listado (ensino, relações interpessoais, atividades ofertadas fora da sala de aula, serviços e auxílios ofertados aos alunos, infraestrutura e equipamentos disponíveis, gestão e aos espaços de participação do aluno e questões externas). Para cada afirmação apresentada, os respondentes deveriam marcar um X em uma das expressões *Muita*, *Razoável*, *Pouca* ou *Nenhuma*, de acordo com o que considerasse mais adequado ao seu caso.

Por fim, a última questão referiu-se às expectativas acadêmicas e profissionais dos alunos após a conclusão do curso no IFF Cabo Frio. Foram apresentadas algumas afirmações com uma escala de concordância (*Concordo Totalmente*, *Concordo*, *Discordo* e *Discordo Totalmente*). Ao final, o aluno poderia marcar a opção *Outros* e registrar mais livremente o que esperava para o seu futuro.

Os questionários foram aplicados entre os meses de janeiro e maio de 2017, que coincidiram com o final do ano letivo de 2016, ou seja, ao final do terceiro ano de estudos dos alunos que ingressaram em 2014. No momento de aplicação do questionário havia 103 alunos de 2014 oficialmente matriculados, mas

¹⁰ A Escala Likert é usada em questionários e permite ao respondente demonstrar seu nível de concordância com uma afirmação apresentada.

acreditamos que alguns deles tinham abandonado o curso no decorrer do ano letivo de 2016 ou obtiveram certificado do ensino médio pelo ENEM e não frequentavam mais o IFF Cabo Frio naquele momento. Dentre os que estavam frequentando, obtivemos 86 respostas, o que representa 83,5% desse universo. A aplicação ocorreu por meio de questionários impressos e entregues aos alunos na instituição de ensino, na maioria das vezes, na sala de aula. Devido à minha inserção profissional e a aprovação da direção do IFF Cabo Frio para a realização da pesquisa na instituição, foi possível aplicar os questionários nas salas de aula e com o apoio dos professores. Os alunos, em sua maioria, receberam muito bem a proposta de participar da pesquisa respondendo ao questionário, o que podemos atribuir à relação estabelecida junto a eles nos três anos em que estavam na instituição. Os alunos que não responderam o questionário na sala de aula foram convidados a respondê-lo virtualmente por meio da plataforma *SurveyMonkey*¹¹, sendo que obtivemos a resposta de sete alunos por esse meio. Para facilitar a sistematização dos dados, inserimos todas as respostas na referida plataforma digital.

As informações obtidas pelo questionário foram inseridas na mesma base de dados das informações obtidas junto à instituição de forma que as respostas de cada aluno correspondessem aos seus dados de matrícula e trajetória. Essa base de dados foi tratada no programa de análises estatísticas SPSS¹², permitindo cruzamentos de informações e a comparação entre as respostas obtidas por grupos de respondentes, como por exemplo, por curso, por sexo, por forma de ingresso, por tipo de resposta, entre outros.

A análise dos dados da matrícula dos alunos e dos questionários respondidos foi complementada por uma análise qualitativa, a partir da realização de oito entrevistas semiestruturadas com alunos dos dois cursos técnicos integrados do IFF Cabo Frio, que ingressaram em 2014 e que ao final do ano letivo de 2016 se encontravam em uma das seguintes situações: alunos que concluíram o curso no tempo regulamentar; alunos que desistiram do curso em algum momento; e alunos que foram retidos pelo ao menos uma vez, mas que continuavam matriculados no curso.

¹¹ SurveyMonkey é uma plataforma digital, que permite a criação, envio e coleta de dados por meio de questionários online.

¹² SPSS é um programa de computador que permite o tratamento de dados de forma estatística.

As entrevistas buscaram abordar aspectos relacionados ao que o curso e a instituição representam ou representaram para os alunos, as expectativas atendidas e não atendidas, as experiências positivas e negativas que tiveram durante sua trajetória, os motivos que os levaram a se manter no curso ou que os levaram a desistir, as possíveis contribuições que o curso proporcionou e as suas expectativas futuras. A realização das entrevistas teve por objetivo identificar possíveis fatores que não tenham sido captados pelo questionário e lançar mais luz sobre questões que podem influenciar na permanência ou na evasão dos alunos.

As entrevistas ocorreram entre os meses de novembro e dezembro de 2017. Foram três entrevistas com alunos que concluíram o curso no ano letivo de 2016, três com alunos que foram retidos em algum momento do curso e ainda estavam matriculados no IFF Cabo Frio, e duas com alunos que desistiram do curso (evasão ou cancelamento de matrícula antes da conclusão).

Por fim, a análise dos dados e a sistematização da pesquisa apresentada aqui foi orientada por uma revisão bibliográfica sobre o ensino médio, ensino técnico integrado, permanência e evasão escolar e assistência estudantil. Complementarmente foi realizada a consulta a documentos e regulamentos institucionais, legislação sobre o tema, documentos do governo federal e pesquisa em sites e portais oficiais do IFET Fluminense e do Ministério da Educação.

3.3 **O IFET Fluminense e o *campus* Cabo Frio**

O objetivo da presente pesquisa de identificar fatores de permanência e evasão escolar no que concerne às características institucionais exige um esforço na caracterização da referida instituição, proporcionando o conhecimento sobre a mesma e sobre o contexto em que os alunos pesquisados se encontram para possibilitar a compreensão da visão dos alunos e o estabelecimento de relações entre as respostas deles e o contexto. Nesse sentido, buscamos fazer um breve resgate histórico da instituição, tendo em vista os momentos vivenciados e as transformações pelas quais as instituições de ensino profissional passaram ao longo dos anos, e apresentamos o seu atual cenário.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense – IFET Fluminense (IFFluminense), instituído pela Lei nº 11.892/2008 é oriundo do Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) Campos. Sua trajetória centenária tem origem em 1909, no governo do presidente Nilo Peçanha, que instituiu a Escola de Aprendizes e Artífices da cidade de Campos dos Goytacazes/RJ. De acordo com o histórico institucional encontrado no Plano de Desenvolvimento Institucional 2010-2014 (PDI 2010-2014), no decorrer da sua história, o IFET Fluminense passou por diversas transformações, que possibilitaram a sua manutenção e expansão.

No bojo da Reforma Capanema e impulsionada pela crescente industrialização do país, as Escolas de Aprendizes e Artífices foram transformadas em Escolas Técnicas Industriais, sendo equiparadas às escolas de ensino médio e ensino secundário, permitindo o prosseguimento dos estudos em formação profissional de nível secundário, contudo, ainda não permitiam acesso ao nível superior. Em 1945 a escola passa a ser chamada de Escola Técnica Federal de Campos com a sua vocação voltada para formação de mão de obra para o incremento e consolidação da indústria.

Durante os governos militares (1964 – 1984), houve investimento em reformas e construções de novos prédios das Escolas Técnicas Federais, assim como, transformações nas habilitações que passariam a ser ofertadas aos jovens, principalmente com a promulgação da Lei nº 5.692/1971, que tornou compulsório o ensino técnico profissional no nível de 2º grau. Em 1973 a instituição implantou o curso Técnico em Química, voltado para a indústria açucareira, que era uma das bases econômicas da região. Em 1974, a Petrobras anuncia a descoberta de campos de petróleo no litoral do norte fluminense, o que mudou os rumos de toda a região e impactou diretamente nos rumos da instituição.

Em 1993, por meio do Programa de Expansão do Ensino Técnico (PROTEC), foi criada a primeira Unidade de Ensino Descentralizada em Macaé/RJ (UNED-Macaé), impulsionada pelo desenvolvimento da indústria do petróleo na cidade, recebendo, inclusive, verba da Petrobras para a construção do prédio. A partir da promulgação da LDB de 1996 e as mudanças implementadas na educação profissional, a Escola Técnica Federal de Campos é transformada em CEFET Campos, o que lhe conferiu mais autonomia e a possibilidade de diversificar ainda mais os níveis de formação ofertados.

A partir de 2004, em parceria com as prefeituras das cidades de Arraial do Cabo, Quissamã, São João da Barra e Rio das Ostras a instituição começou a implantação de Núcleos Avançados. Em 2006 teve início a construção da UNED-Guarus, em uma região pobre da cidade de Campos e, no mesmo ano, é criada a Unidade de Pesquisa e Extensão Agroambiental (UPEA) às margens do Rio Paraíba do Sul também em Campos dos Goytacazes. O Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, implantado pelo governo federal em 2006, possibilitou a implementação de mais duas unidades de ensino: uma na mesorregião das Baixadas Litorâneas, com sede na cidade de Cabo Frio, e outra na mesorregião Noroeste, na cidade de Itaperuna.

Conforme a Prestação de Contas do CEFET Campos referente ao Exercício 2008 (CEFET Campos, 2009), naquele ano, a instituição contava com 13.725 alunos matriculados nos diversos cursos regulares de nível básico, técnico e superior. Seu quadro docente era formado por 525 professores e 222 técnicos administrativos em educação. Nesse momento, devido ao desenvolvimento do plano de expansão da rede federal, a instituição já registrava aumento no número de unidades, número de cursos e alunos matriculados.

Quando o CEFET Campos se transformou em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, em 2008, a instituição se deparou com novos desafios referentes a nova estrutura organizacional, pluricurricular e *multicampi*, especializada na oferta de formação profissional e tecnológica nos diversos níveis e modalidades de formação, quais sejam: ensino médio, ensino técnico de nível médio nas formas integrada, concomitante e subsequente, cursos superiores de tecnologia, licenciaturas, bacharelados, pós-graduação *Lato Sensu* e *Stricto Sensu*, além de cursos de Formação Inicial e Continuada. As bases teóricas para essa nova forma de intervenção na realidade local e regional foi sistematizada no documento intitulado “Carta de Cabo Frio” construído com a participação de representantes de todas as unidades integrantes do IFET Fluminense naquele momento.

Atualmente, conforme a Resolução n.º 12/2015, que institui o Estatuto do IFET Fluminense, a instituição é composta pela reitoria, nove *campi*, três *Campus* Avançados, pelo Centro de Referência em Tecnologia, Informação e Comunicação na Educação e pelo Centro de Referência – *campus* Rio Paraíba do Sul/UPEA – Unidade de Pesquisa e Extensão Agro-Ambiental. Conforme a Figura 2, o Mapa mostra o desenho de abrangência territorial da instituição que

Sendo assim, verificamos que entre os anos de 2008 e 2016, o IFET Fluminense registrou um crescimento de 42,9% no número de docentes, 68,8% em servidores técnico-administrativos em Educação e 24% no número de alunos. Acreditamos que o maior crescimento no número de servidores técnico-administrativos e docentes em relação ao de alunos explica-se por ter havido, nesse período, a implantação de novos *campi*. Para dar início às atividades de uma nova unidade de ensino faz-se necessário um quantitativo de servidores capaz de atender aos cursos quando estiverem em sua plenitude de funcionamento, dessa forma, até que a capacidade de atendimento se complete a razão entre o número de servidores e o de alunos ficará desproporcional.

Do conjunto de unidades que formam o IFET Fluminense, apresentaremos na próxima seção o *campus* Cabo Frio (IFF Cabo Frio), destacado como objeto da presente pesquisa.

3.3.1 **O *campus* Cabo Frio**

O IFET Fluminense *campus* Cabo Frio (IFF Cabo Frio), foi inaugurado em março de 2009 e é fruto da expansão da Rede Federal de EPT iniciada em 2006. Está localizado na Região dos Lagos do estado do Rio de Janeiro e atende a alunos provenientes, principalmente, das cidades de Cabo Frio, Armação dos Búzios, São Pedro da Aldeia, Arraial do Cabo, Iguaba Grande e Araruama. Conforme o Quadro 4, as seis cidades juntas contavam com 17.501 alunos matriculados no ensino médio regular em 2016, sendo a rede estadual a responsável por 67,5% das matrículas em toda a região e a maior responsável pela oferta em cinco dos seis municípios da região, sendo que em Armação dos Búzios a rede municipal é a maior ofertante desse nível de ensino. A rede municipal está presente também nas cidades de Arraial do Cabo, Cabo Frio e Araruama e é responsável por 15,9% da oferta na região. A rede privada é responsável por 16,7% estando presente em todas as cidades da região, com destaque para a cidade de Araruama, onde essa rede é mais expressiva. A Rede Federal, presente nos municípios de Cabo Frio (IFF Cabo Frio) e de Arraial do Cabo (IFET Rio de Janeiro *campus* Arraial do Cabo – IFRJ Arraial do Cabo) não ofertou nenhuma vaga de ensino médio regular.

Quadro 4: Matrículas no Ensino Médio por dependência administrativa - Cabo Frio, Armação dos Búzios, São Pedro da Aldeia, Arraial do Cabo, Iguaba Grande e Araruama - 2016									
Municípios	Estadual		Municipal		Privada		Total		
	N	%	N	%	N	%	N	%	
Cabo Frio	3.702	58,9	1.453	23,1	1.129	18,0	6.284	100,0	
Armação dos Búzios	748	42,0	881	49,0	121	7,0	1.750	100,0	
São Pedro da Aldeia	2.561	84,6	0	0,0	445	14,8	3.006	100,0	
Arraial do Cabo	468	48,3	370	38,9	113	11,9	951	100,0	
Iguaba Grande	1.069	85,0	0	0,0	179	14,3	1.248	100,0	
Araruama	3.260	76,5	71	1,7	931	21,8	4.262	100,0	
Total	11.808	67,5	2.775	15,9	2.918	16,7	17.501	100,0	

Fonte: Fonte: MEC/INEP - Sinopse Estatística da Educação Básica 2016. Elaboração própria.

Verificamos que nessa região, a oferta de cursos técnicos integrados ao ensino médio é escassa e os seis municípios citados somaram 715 alunos matriculados em 2016, o que representa 4% das vagas em cursos de nível médio. Como observamos no Quadro 5, somente os municípios de Cabo Frio e de Arraial do Cabo contaram com esse tipo de oferta, sendo 79% ofertado pela Rede Federal de EPT por meio do IFF Cabo Frio e do IFRJ Arraial do Cabo e 21% ofertado pela rede municipal de Cabo Frio. Sendo assim, a Rede Federal e, especialmente, o IFF Cabo Frio concentra uma demanda expressiva por suas vagas nesse nível de ensino, ocasionando a procura maior do que a oferta, observando-se, conseqüentemente, uma maior concorrência entre os alunos para o ingresso, uma vez que o acesso à instituição ocorre por meio de prova de seleção.

Quadro 5: Matrículas no Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio por dependência administrativa - Cabo Frio, Armação dos Búzios, São Pedro da Aldeia, Arraial do Cabo, Iguaba Grande e Araruama - 2016										
Municípios	Federal		Estadual		Municipal		Privada		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Cabo Frio	390	72,2	0	0,0	150	27,8	0	0,0	540	100,0
Armação dos Búzios	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
São Pedro da Aldeia	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Arraial do Cabo	175	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	175	100,0
Iguaba Grande	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Araruama	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Total	565	79,0	0	0,0	150	21,0	0	0,0	715	100,0

Fonte: Fonte: MEC/INEP - Sinopse Estatística da Educação Básica 2016. Elaboração própria.

Atualmente, o IFF Cabo Frio oferta cursos técnicos de nível médio na forma do Técnico Integrado ao Ensino Médio, destinado aos concluintes do Ensino Fundamental; Técnico Concomitante, destinado àqueles que concluíram ou que estejam cursando, ao menos, o 2º ano do Ensino Médio; e Técnico Subsequente, destinado aos estudantes que tenham concluído o Ensino Médio. No nível superior, há oferta em cursos de Licenciatura e Superior de Tecnologia, destinados aos estudantes que tenham concluído o Ensino Médio. Há ainda a oferta de Pós-Graduação *Lato Sensu*, conforme observamos no Quadro 6. Além dos cursos ofertados de forma regular, o *campus* oferece cursos de Extensão e de Qualificação Profissional - FIC (Formação Inicial e Continuada), ações e projetos de pesquisa, extensão e inovação, abrirá a primeira turma do curso superior de Tecnologia em Gastronomia em 2018 e tem previsão de implantar o curso de Engenharia Mecânica em 2019.

Quadro 6 - Oferta regular de cursos por nível e modalidade de ensino no IFF Cabo Frio 2017			
Nível	Modalidade	Curso	Matrículas
Técnico	Técnico Integrado	Hospedagem	527
		Petróleo e Gás	
	Técnico Concomitante	Eletromecânica	536
		Química	
		Eventos	
		Cozinha	
Técnico Subsequente	Segurança do Trabalho	220	
Superior	Tecnologia	Hotelaria	256
	Licenciatura	Química	
		Física	
		Biologia	
Pós-Graduação	<i>Lato Sensu</i>	Educação Ambiental	17
		Ensino de Ciências da Natureza	
Total Matrículas 2017:			1556

Fonte: Plataforma IFF em Números (<http://iffemnumeros.iff.edu.br>, acesso em: 20/03/2018).
Elaboração própria.

Conforme os dados disponibilizados pela plataforma IFF em Números (<http://iffemnumeros.iff.edu.br>), que podemos verificar no Quadro 6, em 2017 o IFF Cabo Frio contava com 1556 alunos matriculados nos cursos regulares, sendo 536 alunos nos cursos Técnicos Concomitantes, 527 alunos nos cursos Técnicos

Integrados ao Ensino Médio, 256 nos cursos superiores, 17 alunos nos cursos de pós-graduação *lato sensu* e 220 no curso Técnico Subsequente na modalidade EAD (Ensino à Distância). Do total de alunos então matriculados, 51% são do sexo feminino e 49% do sexo masculino.

Tendo em vista que a lei de criação dos os IFET's (Lei nº 11.892/2008) garante a oferta de 50% das vagas para os cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio, o que aponta para a sua relevância na política de educação profissional, verificamos que, de acordo com os dados de 2017, o IFF Cabo Frio ainda não se enquadra nessa regra, pois a sua oferta de curso técnico integrado representa 34% do total de vagas e 39,4% das vagas de cursos presenciais.

Em relação aos funcionários, a instituição conta com professores e técnicos administrativos em educação, que são servidores públicos efetivos, que ingressaram por meio de concurso público. Há poucos professores substitutos e temporários que são contratados por tempo determinado, quando necessário. Os cursos na modalidade EAD contam com professores e tutores bolsistas, que atuam pontualmente nos cursos ofertados a distância, por contrato específico e concurso diferenciado. Os serviços de copa, limpeza, manutenção, segurança patrimonial e motoristas são efetuados por funcionários de uma empresa terceirizada.

O corpo docente é composto por 72 professores da carreira de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) de áreas técnicas e propedêuticas e todos possuem formação em nível superior, sendo que 95,8% compõe o quadro de servidores efetivos e 4,2% são professores substitutos ou temporários com contratação por tempo determinado. O corpo Técnico Administrativo em Educação (TAE) é composto por 52 profissionais que possuem formação de nível fundamental (11,6%), médio ou técnico (53,8%) ou superior (34,6%), sendo que 94,2% são servidores do quadro efetivo da instituição e 5,8% estão em regime de colaboração técnica ou outro tipo de regime. Nesse grupo estão os técnicos em laboratório, os profissionais que trabalham no apoio pedagógico e psicossocial, como pedagogo, assistente social, psicólogo, técnicos em assuntos educacionais e técnicos em enfermagem; os profissionais ligados ao funcionamento e administração institucional, como administrador, contador, técnico em contabilidade, jornalista, designer gráfico; e os profissionais assistentes ou auxiliares em administração, que dão suporte administrativo nos diversos setores. O Quadro 7 apresentado a seguir sintetiza estas informações.

Quadro 7 - Servidores do IFF Cabo Frio por categoria, vínculo e nível de escolaridade do cargo.					
		DOCENTES	%	TAE	%
REGIME DE TRABALHO	EFETIVO	69	95,8	49	94,2
	SUBSTITUTO/TEMPORÁRIO	3	4,2	...	0
	COLABORAÇÃO TÉCNICA ENTRE INSTITUIÇÕES/ OUTRO REGIME	...	0	3	5,8
	TOTAL	72	100	52	100
CARGO	NÍVEL FUNDAMENTAL	...	0	6	11,6
	NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO	...	0	28	53,8
	SUPERIOR	72	100	18	34,6
	TOTAL	72	100	52	100

Fonte: SUAP – Sistema Unificado de Administração Pública (<https://suap.iff.edu.br/>, acessado em 02/05/2018). Elaboração própria.

Além dos servidores efetivos, o campus conta com 46 funcionários terceirizados, composto conforme registra o Quadro 8. Segundo a Direção de Infraestrutura do IFF Cabo Frio, considerando a quantidade de alunos, servidores e visitantes que circulam e utilizam as dependências do campus, assim como, a extensão do seu espaço físico, a demanda por funcionários de apoio e manutenção é equivalente ao dobro do atual, no entanto, as restrições orçamentárias impedem a expansão do número de contratados.

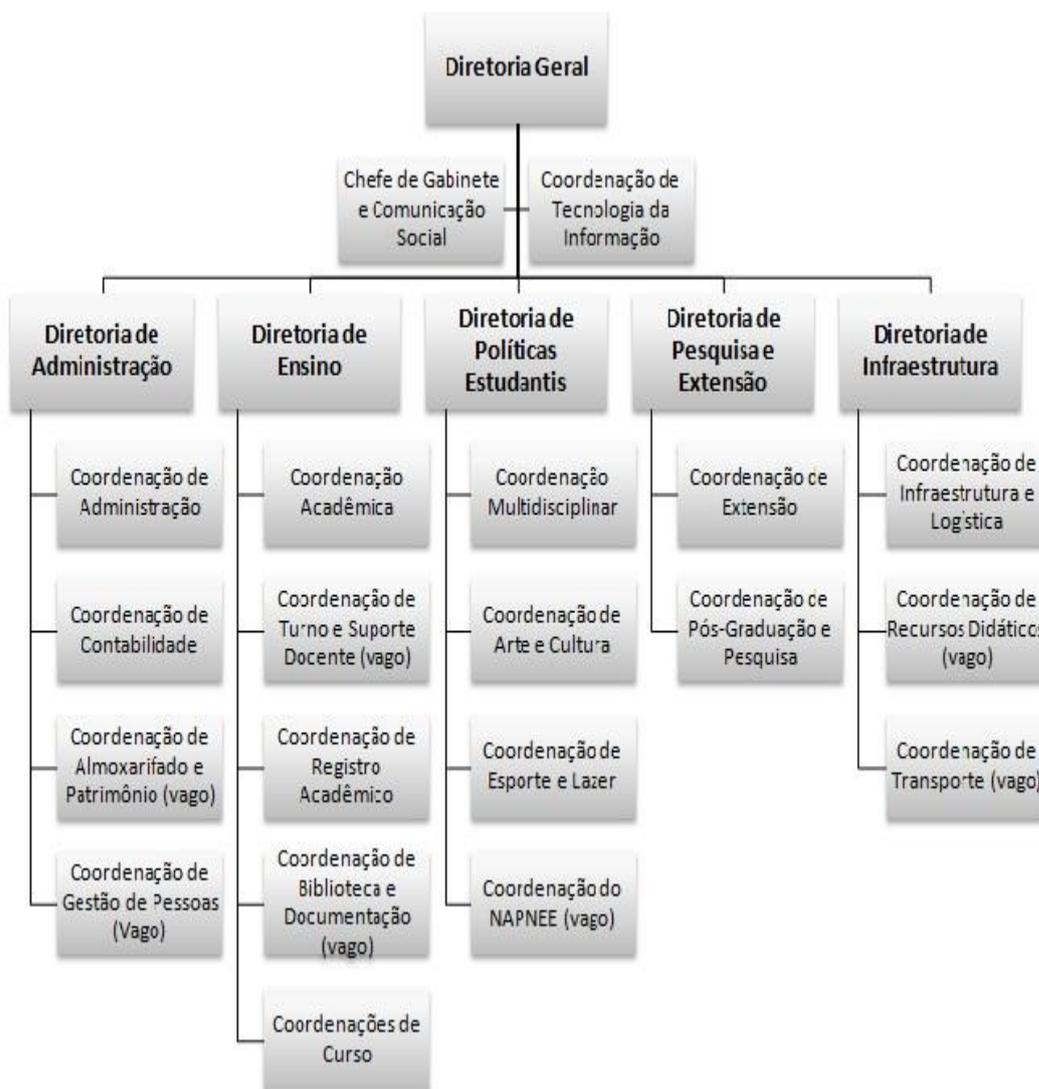
Quadro 8 - Funcionários do IFF Cabo Frio em Regime de Contrato Terceirizado.	
CARGO/FUNÇÃO	Nº FUNCIONÁRIOS
Auxiliar de Serviços Gerais	14
Vigilante Patrimonial	10
Manutenção Predial	8
Recepcionista	7
Copeiro	4
Supervisor	1
Motorista	2
Total	46

Fonte: Direção de Infraestrutura do IFF Cabo Frio. Elaboração própria.

A gestão do IFF Cabo Frio, conforme verificamos na sua estrutura organizacional (Figura 3), é composta por um Diretor Geral, um Diretor de Administração, um Diretor de Ensino, um Diretor de Políticas Estudantis, um Diretor de Pesquisa e Extensão e um Diretor de Infraestrutura. Além dos diretores, o organograma mostra a existência de um chefe de gabinete e 18 coordenações de setores administrativos, das quais sete não estavam ocupadas no momento da

nossa consulta, em março de 2018. Além disso, cada curso possui um coordenador, totalizando 10 coordenadores de curso. O exercício das funções de direção, coordenação e coordenação de cursos são funções gratificadas.

Figura 3 – Organograma do IFF Cabo Frio



Fonte: Portal Eletrônico do IFF Cabo Frio (<http://portal1.iff.edu.br/nossos-campi/cabo-frio/apresentacao/estrutura-organizacional>, acesso em: 18/03/2018). Elaboração própria.

As informações sobre a infraestrutura do IFF Cabo Frio foram obtidas junto à Direção de Infraestrutura, à Coordenação de Tecnologia da Informação e ao funcionário da Biblioteca do *campus*. O IFF Cabo Frio possui uma área total de 70.000 m² localizados na Estrada Cabo-Frio-Búzios, s/nº, no bairro Baía Formosa em Cabo Frio e possui 10.396,74 m² de área construída, distribuídos em 45 salas de aula, 23 laboratórios, 28 salas de setores administrativos, um auditório

com capacidade para 100 pessoas, uma sala de videoconferência, uma biblioteca, uma sala dos professores e uma sala de convivência dos servidores, 31 banheiros separados para o público feminino e masculino, um Telecentro com 20 computadores e internet banda larga disponíveis para acesso da comunidade interna e externa, um restaurante/refeitório estudantil com capacidade para 200 pessoas, uma quadra poliesportiva coberta, um campo de futebol, uma academia com duas estações de musculação, uma “casa das artes”, uma sala para o Grêmio Estudantil, uma sala para o Diretório Acadêmico e um quiosque. Além disso, há um prédio em construção que abrigará um auditório com capacidade para 300 pessoas, 22 salas de aula e duas salas de apoio administrativo.

Todas as salas são climatizadas com ar condicionado, as salas de aula contam com uma lousa e uma Smart-TV. Os laboratórios distribuem-se em Laboratório de Informática I e II com 66 computadores, Inglês, Espanhol, Elétrica, Automação, Instrumentação Científica, Hidráulica e Pneumática, Elementos de Máquinas, Usinagem, Solda, Metrologia, Maquinas Térmicas, Ensaio de Materiais, Física A e B, Apoio a Pesquisa, Biologia A e B, Química C e D, Restaurante Didático, Cozinha Pedagógica, Cozinha Fria, Sala e Bar, e Análise Sensorial. A biblioteca tem capacidade para atender a 46 pessoas sentadas, divididas em espaço para estudo em grupo, sala de estudo individual, sala de leitura e mesa para consulta, disponibiliza a rede wifi de internet banda larga, possui 2.005 títulos de livros das diversas áreas do conhecimento referentes aos cursos ofertados no *campus* com 6.083 exemplares.

O restaurante estudantil é composto por copa e cozinha, onde são preparados os lanches para distribuição aos alunos, e o refeitório possui ar condicionado, mesas, cadeiras, bancadas, um bebedouro e duas estufas para aquecimento de comida. Além disso, nesse espaço funciona uma cantina que comercializa lanches, bebidas e refeições. A instituição conta com aparelhos para retroprojeção e caixas de som amplificado, que são disponibilizados mediante agendamento. No total, são 156 computadores destinados ao uso dos alunos, distribuídos nos laboratórios, telecentro e destinados à pesquisa, e 121 computadores destinados ao uso dos servidores. A rede de internet banda larga conta com um link que disponibiliza 30 MB e outro link com 10MB e estão distribuídos de forma a atender a parte administrativa com acesso à internet e funcionamento dos sistemas internos e o público em geral, inclusive por rede *wifi*.

O setor de reprografia possui duas máquinas que atendem a todos os docentes e técnicos administrativos garantindo até 50 cópias por mês para cada aluno. Além disso, a instituição possui um micro-ônibus com 25 lugares e uma van com 15 lugares para uso de servidores e estudantes em atividades relacionadas à instituição. O IFF Cabo Frio ainda possui uma extensa área gramada e arborizada para circulação e descanso, dois conjuntos de tênis de mesa e alguns conjuntos de jogo de xadrez disponíveis para os alunos.

O abastecimento de água é feito pela concessionária que atua na região e a água utilizada é tratada e distribuída aos usuários por meio de 11 bebedouros com filtros. Por outro lado, a rede de esgoto do município não abrange à localidade em que se encontra o *campus*, então, o seu sistema sanitário é composto por fossa séptica, filtro e sumidouro. Em relação à acessibilidade, apesar de contar com algumas rampas de acesso, o campus ainda não dispõe de todos os equipamentos e instalações que permitam a acessibilidade a pessoas com limitações de locomoção.

Conclui-se que o IFF Cabo Frio dispõe de uma infraestrutura complexa e elaborada e, apesar de ter algumas necessidades, podemos considerar que sua infraestrutura, seus recursos materiais e seu corpo de funcionários são de alta qualidade, contando com espaço físico, equipamentos e recursos raramente disponíveis nas demais redes de educação pública. Além disso, observamos também que sua atuação ocorre em diversas áreas, níveis e modalidades de ensino, trazendo um público diversificado e heterogêneo, que possui necessidades e demandas diversificadas, exigindo da instituição um amplo repertório de serviços e recursos voltados para o aluno, que objetivem a sua permanência e êxito no curso. Nesse sentido, o Programa de Assistência Estudantil do IFET Fluminense visa dar esse atendimento, por isso, abordaremos o tema na próxima seção.

3.3.2 Ações de Assistência Estudantil

As ações de assistência estudantil têm sido registradas no âmbito das Instituições de Ensino Superior (IES) pelo ao menos desde a década de 1930. Conforme Ramalho (2013) e Guedelho (2017), a assistência estudantil, entendida como as ações de assistência voltadas para o corpo discente, surge oficialmente no Brasil na Reforma Francisco Campos, quando o ensino superior passa a ser organizado pelo Estatuto das Universidades Brasileiras, e na Constituição Federal de 1934, onde se estabelece a gratuidade do ensino nas escolas públicas e a garantia de material escolar aos alunos pobres. A assistência estudantil, então, se institui no âmbito do ensino superior num momento de extrema elitização da educação, em que a grande parte da população não tinha acesso à escola básica e, muito menos, à educação superior.

Desde então, a assistência estudantil aparece em diversos marcos regulatórios nacionais referentes à educação. Entretanto, apenas na década de 2000 se registram avanços em relação ao reconhecimento legal da assistência estudantil como direito social, quando o assunto é inserido como pauta do Plano Nacional de Educação de 2001. A articulação do Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE¹³) tem se mostrado fundamental nesse debate desde a sua criação em 1987. Além disso, as ações de expansão do ensino superior durante os anos 2000 e os esforços empreendidos para melhorar o acesso e garantir o ingresso de alunos das classes populares até então excluídos das universidades, evidenciam a necessidade de implantar medidas que contribuam para a permanência desses alunos na universidade e reduzam as altas taxas de evasão (Ramalho, 2013; Magalhães & Menezes, 2014; Guedelho, 2017).

Tendo como pano de fundo a necessidade de ações efetivas para a ampliação do acesso e melhoria na permanência no ensino superior, em 2010 o Governo Federal regulamentou o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) por meio do Decreto nº 7.234/2010, incluindo os Institutos Federais

¹³ O FONAPRACE foi criado oficialmente em 1987 e sua função é de assessorar a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) nas questões estudantis.

(IFET's) que passavam por um processo semelhante aos das universidades no que se refere à expansão de cursos e matrículas, admitindo um maior número de alunos com perfil para as ações de assistência estudantil. A instituição do PNAES conferiu à assistência estudantil um caráter de direito social e a inseriu na dotação orçamentária no âmbito do Ministério da Educação, o que propiciou um relevante crescimento no financiamento dessas ações. No ano de 2011, ano seguinte à edição do PNAES, o IFET Fluminense teve um orçamento de R\$: 5.734.974,96 para as ações de Assistência Estudantil e, em 2016, o orçamento disponível para essas ações foi de R\$: 10.587.572,00, ou seja, um crescimento de 84,6% em seis anos (IFLUMINENSE, 2017).

O PNAES estabelece atendimento prioritário aos alunos oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio e suas ações devem buscar “viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras” Em seu artigo 2º, o PNAES estabelece os seguintes objetivos: i) democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; ii) minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; iii) reduzir as taxas de retenção e evasão; e iv) contribuir para a promoção da inclusão social pela educação. O Programa prevê que as IES e os IFET's devem desenvolver ações nas áreas de moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico, e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (Brasil, 2010).

No IFET Fluminense a assistência estudantil também era desenvolvida por meio de projetos e ações voltados para os alunos em situação socioeconômica menos favorecida e por meio de bolsas para a pesquisa, extensão, arte e cultura e de esporte. A partir do novo marco regulatório de 2010 e das discussões em âmbito nacional acerca da assistência estudantil, iniciou-se a construção de um novo desenho para a assistência estudantil na instituição, definindo modalidades de bolsas e auxílios de caráter assistencial e acadêmico, novos valores de benefícios e requisitos de participação.

O atual Programa de Assistência Estudantil do IFET Fluminense (PAE-IFF) foi aprovado em 2016 por meio da Resolução nº 039 do seu Conselho Superior. Esse programa é fruto de discussões ocorridas entre 2012 e 2015 com base na regulamentação anterior e nas novas demandas dos alunos, e traz um entendimento mais amplo sobre o papel da assistência estudantil na garantia da permanência e do êxito dos alunos.

Nesse sentido, o PAE-IFF visa “contribuir para a democratização do acesso, da permanência e da conclusão do curso dos estudantes do Instituto Federal Fluminense” e busca: a) promover o rendimento acadêmico dos estudantes inseridos no programa por meio de ações complementares de acompanhamento social, psicológico, acadêmico e de saúde; b) possibilitar que os estudantes em idade escolar se dediquem integralmente aos estudos, evitando que eles tenham de se dividir entre a formação acadêmica e o mundo do trabalho; c) garantir um rendimento financeiro para que os estudantes com insuficiência financeira possam custear os gastos regulares com transporte, moradia, alimentação e demais necessidades para sua manutenção e conclusão do curso; d) reduzir as taxas de retenção e evasão dos estudantes; e) promover a articulação com as demais políticas sociais setoriais para um atendimento mais efetivo das necessidades dos estudantes (IFFLUMINENSE, 2016).

Com vistas a alcançar esses objetivos, o PAE-IFF prevê bolsas e auxílios com critérios socioeconômicos e bolsas e auxílios de desenvolvimento artístico, esportivo, técnico-científico, de pesquisa e de extensão. As bolsas com critérios socioeconômicos, denominadas nesse trabalho como bolsas e auxílios sociais, estão divididas entre duas bolsas e três auxílios, quais sejam: a Bolsa Permanência IFF, a Bolsa Educação para Necessidades Educacionais Especiais (ENEE), o Auxílio Transporte, o Auxílio Moradia e o Auxílio Alimentação, destinados, prioritariamente, aos alunos oriundos da rede pública de educação básica ou com renda per capita de até um salário mínimo e meio. As bolsas e auxílios de desenvolvimento artístico, esportivo, técnico-científico, de pesquisa e de extensão, denominadas aqui como bolsas de caráter acadêmico-formativo, são: Bolsa Monitoria, Bolsa de Iniciação Científica, Bolsa de Extensão, Bolsa de Arte e Cultura, Bolsa Atleta, Bolsa de Desenvolvimento Acadêmico e Apoio Tecnológico (DAAT), Bolsa PROEJA (Programa Nacional de Integração da

Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos) e Auxílios para participação em eventos e visitas técnicas.

A Bolsa Permanência IFF surgiu após a extinção da Bolsa de Iniciação Profissional, que utilizava o critério socioeconômico, mas exigia do aluno uma contrapartida obrigatória de 15 horas semanais de atividades em setores administrativos da instituição. Com a aprovação do atual PAE-IFF, essa bolsa foi transformada em Bolsa Permanência IFF, que extinguiu a contrapartida de atividades do aluno e passou a priorizar a frequência escolar e o desenvolvimento acadêmico. Essa bolsa consiste em um “subsídio financeiro mensal fornecido aos estudantes regularmente matriculados em cursos presenciais de nível médio e superior” e pode ser acumulada com os auxílios sociais e com as bolsas e auxílios acadêmico-formativos, exceto as bolsas DAAT, ENEE e Programa Bolsa Permanência do MEC (PBP)¹⁴.

A Bolsa Educação para Necessidades Educacionais Especiais (ENEE) é destinada aos estudantes atendidos pelo Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NAPNEE), que se encontrem no perfil socioeconômico estabelecido pelo PNAES, e objetiva a aquisição de tecnologias assistivas de forma a contribuir com a permanência desses estudantes. Também consiste em um subsídio financeiro mensal e, conforme mencionado anteriormente, não pode ser acumulada com a Bolsa Permanência IFF.

O Auxílio Transporte é um subsídio financeiro destinado aos alunos que não possuem gratuidade no transporte e tenham dificuldades de deslocamento no percurso residência – instituição de ensino – residência. O Auxílio Moradia pode ser ofertado por meio de subsídio financeiro ou habitação em moradia estudantil e é destinado a estudantes que residem em localidades distantes da unidade de ensino ou de difícil acesso. E o Auxílio Alimentação compreende a concessão de refeição na cantina do *campus* ou repasse em dinheiro quando o *campus* não possuir refeitório para garantir o serviço. Todos os auxílios podem ser acumulados entre si e com as demais bolsas sociais ou com as de caráter acadêmico-formativo.

¹⁴ O Programa de Bolsa Permanência (PBP), criado por meio da Portaria do MEC nº 389 de 9 de maio de 2013, é uma ação do Governo Federal de concessão de auxílio financeiro a estudantes matriculados em cursos com carga horária média de 5 horas diárias em instituições federais de ensino superior e que estejam em situação de vulnerabilidade socioeconômica. A bolsa também é destinada para estudantes indígenas e quilombolas independente do curso em que estejam matriculados. O recurso é pago diretamente ao estudante de graduação por meio de um cartão de benefício e, atualmente, está no valor de R\$ 900,00 mensais para estudantes indígenas e quilombolas e R\$ 400,00 mensais para os demais estudantes.

A concessão de bolsas e auxílios sociais é realizada por meio de editais, que podem ser anuais ou semestrais, divulgados por cada *campus* conforme seu calendário acadêmico e recursos financeiros. Os alunos interessados têm de fazer a inscrição e participar do processo de seleção, que consiste na realização de um estudo socioeconômico pelo profissional assistente social.

As bolsas de caráter acadêmico-formativo destinam-se à participação dos alunos com recebimento de subsídio financeiro em projetos de Monitoria, Pesquisa, Extensão, Arte e Cultura, de modalidades esportivas, de apoio ao desenvolvimento tecnológico, podendo ser financiadas pelo IFET Fluminense ou por órgãos externos, como FAPERJ (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro) e CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) no caso de bolsas de pesquisa. A Bolsa PROEJA é destinada aos estudantes com matrícula e frequência regulares nos Cursos Técnicos do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). O Auxílio para participação em eventos e visitas técnicas consiste na concessão de auxílio financeiro com o objetivo de incentivar a presença de discentes nessas atividades, podendo subsidiar gastos devidamente comprovados com inscrição, deslocamento, hospedagem e alimentação. Essas bolsas e auxílios podem ser acumuladas com as bolsas e auxílios sociais, com exceção da bolsa DAAT, que não se acumula com a Bolsa Permanência IFF.

A concessão de bolsas e auxílios de caráter acadêmico-formativo é realizada por meio de editais divulgados pela reitoria do IFET Fluminense ou pelo *campus* e está vinculada a projetos previamente aprovados pela instituição, conforme cada modalidade. Os alunos interessados devem se inscrever e participar da seleção, que impõe critérios de desempenho acadêmico, conhecimentos prévios e/ou habilidades na área escolhida na maior parte dos casos, com exceção da Bolsa PROEJA, destinada aos alunos desse programa, e do Auxílio para participação em eventos e visitas técnicas, destinado a todos os alunos que compõe a proposta apresentada às direções de ensino e geral do *campus*.

O IFF Cabo Frio implementa as bolsas e auxílios de assistência estudantil previstas no PAE-IFF com algumas especificidades, que estão em acordo com a realidade orçamentária do *campus*, o perfil dos alunos e suas demandas, conforme verificamos no Quadro 9, que descreve as bolsas e auxílios ofertados no IFF Cabo

Frio nos anos letivos de 2014, 2015 e 2016 e os respectivos tipos de benefícios, que foram disponibilizadas a todos os alunos dos cursos regulares, e mostra que, nesses anos, não foram ofertadas as Bolsas PROEJA e a Bolsa ENEE por não haver público alvo dos referidos benefícios.

Quadro 9 - Bolsas e Auxílios ofertados no IFF Cabo Frio nos anos letivos de 2014, 2015 e 2016 por modalidade de bolsa e descrição do benefício.					
Modalidade	Bolsas e Auxílios	Descrição do Benefício	Bolsas Ofertadas		
			2014	2015	2016
Bolsas e Auxílios sociais	Bolsa Permanência IFF	R\$: 350,00 por mês	32	32	32
	Auxílio Alimentação	Refeição na Cantina	82	82	90
	Auxílio Transporte	50% do valor mensal gasto	9	9	5
	Auxílio Moradia	R\$: 225,00 por mês	8	8	7
	Total			131	131
Bolsas e Auxílios Acadêmico-Formativo	Bolsa de Pesquisa (Iniciação Científica Júnior - CNPq)	R\$: 100,00 por mês	*	10	7
	Bolsa Pesquisa - Jovens Talentos - FAPERJ	R\$: 200,00 por mês	*	17	15
	Bolsa de Extensão	R\$: 250,00 por mês (12h semanais) / R\$: 400 por mês (20h semanais)	6	28	28
	Bolsa DAAT	R\$: 250,00 por mês (12h semanais) / R\$: 400 por mês (20h semanais)	15	20	23
	Bolsa Arte e Cultura	R\$: 225,00 por mês (12h semanais)	1	0	5
	Bolsa Atleta	R\$: 225,00 por mês (12h semanais)	4	5	5
	Bolsa Monitoria	R\$: 250,00 por mês (12h semanais) / R\$: 400 por mês (20h semanais)	8	7	8
Total			34	87	91

* Não tivemos acesso à informação referente à oferta dessa modalidade de bolsa no ano de 2014.

Fonte: Documentos disponibilizados pela Direção de Políticas Estudantis e Direção de Pesquisa e Extensão do IFF Cabo Frio. Elaboração própria.

Tendo em vista a minha inserção profissional na instituição, tive participação direta na administração e concessão de bolsas e auxílios sociais e algumas de caráter acadêmico-formativo. Além de atuar como assistente social desempenhei a função de Diretor de Assuntos Estudantis do IFF Cabo Frio entre abril de 2014 e fevereiro de 2016, estando responsável pelo setor que desenvolve todos os serviços de assistência aos alunos com exceção dos que se referem à

pesquisa e extensão. É importante destacar que o número total de benefícios não corresponde ao número de alunos atendidos, pois algumas bolsas e auxílios podem ser acumulados e o mesmo aluno pode receber mais de um benefício. Observamos também uma pequena oferta de auxílio transporte, pois a maioria dos alunos, nos anos letivos de referência, possuía gratuidade do transporte, embora houvesse alguns casos em que o aluno pagava a passagem em apenas um trecho do percurso residência - instituição de ensino - residência. Além das bolsas e auxílios descritos, o lanche ofertado aos alunos durante os intervalos também integra as ações de assistência estudantil, sendo o único serviço de assistência ao aluno de caráter universal.

Observamos que tanto no que se refere ao público a que são destinadas as bolsas e auxílios quanto ao número de benefícios ofertados, o programa de assistência estudantil se configura como uma ação focalizada e de abrangência restrita. Sendo assim, apesar de reconhecermos sua relevância para os alunos beneficiados, sobretudo entre os de menor renda familiar, compreendemos que a assistência estudantil ainda necessita se expandir e atingir a um maior número de alunos. Os alunos beneficiados devem ser acompanhados pela equipe sociopedagógica para que permaneçam matriculados e tenham êxito no curso, esse pode ser mais um fator que poderia contribuir para aumentar as taxas de permanência e de desempenho escolar dos mesmos, reforçando a relevância da ampliação do programa.

3.4

Os sujeitos da pesquisa: perfil dos alunos que ingressaram em 2014 nos cursos Técnicos Integrados do IFF Cabo Frio

O universo abrangido por esta pesquisa é composto por 148 alunos que ingressaram no ano letivo de 2014 no curso Técnico em Hospedagem e no curso Técnico em Petróleo e Gás integrados ao Ensino Médio, ofertados pelo IFF Cabo Frio.

Tendo como base de informação os dados registrados na ficha de matrícula dos alunos, que foi preenchida pelos mesmos e/ou por seus responsáveis no momento de seu ingresso na instituição, foi possível traçar um perfil desse grupo com informações sociodemográficas, dados sobre sua escolarização anterior, bem

como sobre sua forma de ingresso no IFF Cabo Frio. Como vimos anteriormente na revisão de literatura sobre o tema, o perfil dos alunos pode estar relacionado às causas de evasão e abandono escolar. Apesar da nossa pesquisa não ter como objetivo central a identificação dos fatores de evasão associados às características individuais dos alunos, acreditamos que traçar um perfil do grupo de estudantes pesquisado pode apoiar a análise dos dados colhidos por meio do questionário aplicado e das entrevistas realizadas, indicando possíveis relações entre essas características e os resultados obtidos.

3.4.1

Perfil Sociodemográfico dos participantes da pesquisa

Os 148 alunos que compõem o grupo pesquisado estão divididos, igualmente, entre os dois cursos técnicos integrados ofertados pelo IFF Cabo Frio, uma vez que a oferta de vagas para ambos os cursos é igual, ingressaram, em 2014, 74 alunos em cada curso, formando duas turmas em Hospedagem e duas turmas em Petróleo e Gás. Pode-se dizer que a enturmação dos alunos é aleatória, uma vez que é realizada a partir das colocações pares e ímpares na classificação por curso, sendo uma turma formada pelas classificações pares e a outra pelas ímpares. O horário dos cursos técnicos integrados é praticamente integral, pois as aulas são distribuídas entre 8h e 18h05 de segunda a sexta-feira, entretanto, em alguns semestres as aulas de determinadas turmas são concentradas mais pela manhã e de outras turmas mais concentradas à tarde. Após a enturmação, os alunos podem solicitar troca de turma desde que comprovem algum tipo de incompatibilidade de horário em razão de local de residência (dificuldade de acesso), atividades de estágio ou trabalho como jovem aprendiz, tratamento de saúde, etc. Tais situações são analisadas pela Direção de Ensino, que pode conceder a troca de turma ou não.

No ano letivo de 2014, ingressaram 78 (52,7%) alunos do sexo masculino e 70 (47,3%) do sexo feminino. Ao se comparar o ingresso de rapazes e moças por curso, constatamos que a questão do gênero estabelece algum contraste entre os cursos técnicos ofertados: enquanto em Hospedagem 28 alunos (37,8%) são do sexo masculino e 46 (62,2%) do sexo feminino, em Petróleo e Gás 50 alunos

(67,6%) são rapazes e 24 (32,4%) são moças. Conforme observamos no Quadro 10 a seguir, o curso de Hospedagem concentra maior carga horária em disciplinas na área de humanas e as disciplinas técnicas estão relacionadas, principalmente, à área de hospitalidade e lazer. O curso de Petróleo e Gás, por sua vez, concentra maior carga horária nas áreas de exatas e ciências e as disciplinas técnicas se relacionam com as áreas de química e física.

Quadro 10 - Carga Horária dos Cursos por área do conhecimento (horas)		
	Petróleo e Gás	Hospedagem
Humanas (Linguagens, História, Geografia, Sociologia, Filosofia e Artes)	1200	1600
Exatas e Ciências (Matemática, Física, Química e Biologia)	1033	900
Área Técnica	966	633

Fonte: IFFLUMINENSE (2013 a, b). Elaboração própria.

Em relação às escolhas profissionais, Olinto (2011) aponta que há uma diferença de gênero nas escolhas profissionais entre meninas e meninos que se constrói desde a infância por meio dos estereótipos socialmente construídos e a divisão de tarefas domésticas. A autora mostra que, embora os testes de proficiência venham mostrando que o desempenho em ciência entre meninas e meninos é semelhante, a segregação de gênero tanto nas escolhas profissionais quanto na valorização das profissões persistem em nossa sociedade.

Conforme Olinto (2011) as meninas, ainda na adolescência e baseadas no autoconceito, apontam o desejo de seguir profissões voltadas para os serviços e os cuidados, enquanto entre os rapazes a escolha da maioria são as profissões ligadas às áreas das ciências exatas e da natureza. Nesse sentido, Shimada & Melo-Silva (2013) verificaram que, entre as mulheres, a escolha profissional tende para profissões ligadas ao senso social e a carreiras que indicam contato interpessoal e disponibilidade e interesse em ajudar o outro, enquanto os rapazes tendem a escolher carreiras tradicionalmente rotuladas pelo raciocínio, organização e cálculo. Percebemos que no caso investigado em nossa pesquisa, essa segregação se revela na escolha da maioria das meninas pelo curso de Hospedagem e a escolha dos meninos pelo curso de Petróleo e Gás.

No que se refere à cor ou raça¹⁵, a maioria dos alunos se declarou branca (54%), seguidos por 34,5% que se declarou parda e 8,8% que se declarou negra. Apenas dois alunos informaram pertencer a outras etnias, sendo que um se declarou indígena e o outro de cor ou raça amarela. Na comparação entre os cursos, observamos que no curso de Petróleo e Gás há mais alunos que se declaram brancos (56,8%) e menos alunos que se declaram negros (5,4%), em relação a Hospedagem em que 12,2% se declaram negros e onde se encontram os dois alunos de outras etnias.

A renda familiar per capita declarada pela maioria dos alunos (33%) é de até 0,5 salário mínimo, seguido por 28,4% em que a renda per capita fica entre 0,5 e 1,0 salário mínimo e 9,5% que possuem renda entre 1,0 e 1,5 salários mínimos. No panorama geral, 71% das famílias vivem com até 1,5 salários mínimos mensal por membro da família e apenas 13% declara contar com mais de 1,5 salários mínimos por mês de renda per capita e apenas três alunos possuem mais de 2,5 salários mínimos de renda per capita. Aproximadamente 16% dos alunos não informaram esse dado na ficha de matrícula. Essa informação é preenchida tendo como referência a renda familiar em salários mínimos e não é exigida nenhuma comprovação da informação. O aluno também informa o número de pessoas que compõe seu núcleo familiar e são estas as informações usadas para o cálculo da renda per capita.

A renda familiar per capita de até 1,5 salários mínimos vem sendo utilizada pelo governo como referência para a política de acesso em instituições federais de ensino por meio de cotas (Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012) e como grupo prioritário de atendimento pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil (Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010). Sendo assim, observamos que dentro do grupo pesquisado há uma boa parcela de alunos com o perfil para o ingresso pela política de cotas e para inclusão nas modalidades de caráter social da assistência estudantil. No entanto, para efetivar estes acessos os alunos precisam comprovar a renda por meio de documentos.

Em relação às famílias dos alunos, verificamos que, na maior parte dos casos, os pais vivem juntos (49,4%), sendo 45,3% casados e 4,1% em união estável. Os pais separados ou divorciados correspondem a 23% e os que se

¹⁵ Os alunos se autodeclararam conforme as opções (amarela, branca, indígena, negra, parda ou outras) presentes na ficha de matrícula, assim, nesse trabalho utilizaremos essa classificação.

declaram solteiros representam 14,9% da amostra, totalizando 37,9% de casos de famílias com a presença de apenas um dos genitores. Acreditamos que nos casos dos pais que se declararam solteiros, separados ou divorciados, essa informação se refere à sua relação com o outro genitor do aluno, pois em muitos desses casos o responsável declarante recompôs a família e vive com outros companheiros, estabelecendo outra configuração familiar com a presença de novos membros.

Levantamos também o grau de instrução dos genitores, conforme apresentamos abaixo no Quadro 11:

Quadro 11 - Grau de Instrução dos Genitores				
Maior escolaridade alcançada	Mães	%	Pais	%
Ensino Fundamental Incompleto	21	14,7	26	19,4
Ensino Fundamental Completo	7	4,9	13	9,7
Ensino Médio Incompleto	12	8,4	18	13,4
Ensino Médio Completo	54	37,8	37	27,6
Ensino Superior Incompleto	18	12,6	12	9,0
Ensino Superior Completo	19	13,3	18	13,4
Pós-Graduação Incompleto	1	,7	3	2,2
Pós-Graduação Completa	11	7,7	7	5,2
Total	143	100,0	134	100,0

Fonte: Elaboração própria.

Observamos que tanto entre mães quanto entre os pais a maioria possui o ensino médio completo. Entre as mães, além dos 37,8% que possui o ensino médio soma-se mais 12,6% que ingressou no ensino superior, mas não o concluiu, totalizando 50,4% com nível médio de formação. Outras 21,7% das mães possuem, no mínimo, o ensino superior completo. Entre os pais, além dos 27,6% que possui o ensino médio, há ainda 9% com curso superior incompleto, somando 36,6% com formação de nível médio. Entre eles, há também 20,8% com, no mínimo, formação superior. Entre as mães 28% possui grau de instrução abaixo do nível médio e esse é o caso de 42,5% entre os pais. Tendo em vista que há mais mães com formação de nível médio e superior que os pais, e menor número de mães com formação abaixo do nível médio do que eles, consideramos que o grau de instrução das mães é maior que o dos pais dos alunos. Constatamos também que foram registradas mais respostas sobre as mães do que sobre os pais, entretanto, esse fato não parece ter impactado os resultados alcançados.

Quadro 12 - Município de residência dos alunos por número populacional e distância do IFF Cabo Frio.				
Município	População (Censo 2010)	Distância Rodoviária entre Município e o campus (KM)	Nº alunos turmas 2014	%
Cabo Frio	186.227	11,5	86	58,1
Armação dos Búzios	27.560	12,9	33	22,3
São Pedro da Aldeia	87.875	17,7	19	12,8
Arraial do Cabo	27.715	23,6	2	1,4
Iguaba Grande	22.851	29,2	4	2,7
Rio das Ostras	105.676	43,7	1	0,7
Araruama	112.008	45	2	1,4

Fonte: IBGE – Censo 2010 / Distância consultada no aplicativo Google Maps. Elaboração própria.

Conforme observamos no Quadro 12, a maioria dos alunos reside na cidade de Cabo Frio (58%), seguidos daqueles que residem em Armação dos Búzios (22,3%) e em São Pedro da Aldeia (12,8%), mas também há alunos residentes em Iguaba Grande, Arraial do Cabo, Araruama e Rio das Ostras. Aparentemente, a proximidade entre a residência do aluno e a instituição de ensino colaborou para a demanda de alunos para o IFF Cabo Frio em 2014. O campus fica na divisa entre os municípios de Cabo Frio e Armação dos Búzios e localizado às margens da estrada que liga as duas cidades, a uma distância de mais de 11 km da região central dos referidos municípios.

O deslocamento dos alunos até a instituição de ensino ocorre principalmente por meio de transporte público intermunicipal e a maior parte das linhas de ônibus que possibilita o acesso ao IFF Cabo Frio faz o itinerário Cabo Frio - Búzios, passando por alguns bairros dessas cidades até passar pela instituição. Observamos que a dificuldade de deslocamento entre a residência do aluno e a instituição de ensino é relevante no cotidiano dos alunos, pois aqueles que não residem nos bairros abrangidos pelo itinerário referido acima e aqueles que residem em outros municípios são obrigados a utilizar, pelo ao menos, quatro ônibus no percurso residência - IFF Cabo Frio - residência, ocasionando demasiado gasto de tempo e desgaste físico dos alunos para ir e voltar da escola diariamente. Por essa razão, incluímos a questão da localização da instituição nas análises dos fatores de evasão e permanência que apresentaremos no próximo capítulo desse trabalho.

O ingresso no IFF Cabo Frio ocorre por meio de processo seletivo composto por uma prova¹⁶ objetiva contendo 40 questões das diversas áreas do conhecimento do ensino fundamental. Conforme a Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas instituições federais de ensino superior e técnico, o IFET Fluminense implementa um sistema de reserva de vagas (Cotas) para alunos oriundos da rede pública de educação básica. Ou seja, 50% das vagas dos cursos técnicos integrados são destinadas aos alunos que estudaram todo o ensino fundamental em escolas públicas, sendo que 25% delas são destinadas aos alunos que pertençam a famílias cuja renda familiar per capita seja de até um salário mínimo e meio. Além disso, parte das vagas é destinada a autodeclarados pretos, pardos e indígenas. No Quadro 13, a seguir, verificamos como ocorreu a distribuição das vagas no Processo Seletivo de 2014, ressaltando que foram ofertadas 140 vagas, no entanto, após as reclassificações foram chamados 148 alunos, ou seja, 5% a mais em cada curso, como uma forma de compensar as possíveis desistências no primeiro ano.

Quadro 13 – Distribuição das Vagas no Processo Seletivo de ingresso de alunos no ano letivo de 2014.						
Curso	Vagas de Ampla Concorrência	Todo o ensino fundamental em escola pública				Total de vagas
		Todo o ensino fundamental em escola pública e renda familiar <i>per capita</i> MENOR ou igual a 1,5 salário mínimo¹⁷		Todo o ensino fundamental em escola pública e renda familiar <i>per capita</i> SUPERIOR a 1,5 salário mínimo		
		Preto, pardo e indígena	Outras etnias	Preto, pardo e indígena	Outras etnias	
		COTA 1	COTA 2	COTA 3	COTA 4	
Hospedagem	35	10	8	9	8	70
Petróleo e Gás	35	10	8	9	8	70
TOTAL GERAL	70	20	16	18	16	140

Fonte: Edital IFET Fluminense n.º 125, de 11 de setembro de 2013. Elaboração própria.

¹⁶ O processo seletivo para ingresso nos cursos técnicos integrados do IFF Cabo Frio é composto por uma prova objetiva, aplicada em fase única.

¹⁷ Um salário mínimo e meio ou R\$1.017,00.

Como mostra o Quadro 13, o processo seletivo para ingresso em 2014, o edital do processo de seleção para ingresso no IFFET Fluminense estipulava quatro tipos de reserva de vagas, sendo elas:

- Cota 1 – destinada a estudantes que tenham cursado integralmente o ensino fundamental em escolas públicas, oriundos de famílias com renda per capita de até um salário mínimo e meio e que se autodeclaram pretos, pardos ou indígenas;
- Cota 2 - destinada a estudantes que tenham cursado integralmente o ensino fundamental em escolas públicas e sejam oriundos de famílias com renda per capita de até um salário mínimo e meio;
- Cota 3 - destinada a estudantes que tenham cursado integralmente o ensino fundamental em escolas públicas e que se autodeclaram pretos, pardos ou indígenas; e
- Cota 4 - destinada a estudantes que tenham cursado integralmente o ensino fundamental em escolas públicas.

Os outros 50% das vagas foram destinados à Ampla Concorrência, no entanto, os candidatos inscritos em qualquer Cota e que obtivessem nota suficiente, seriam classificados pela Ampla Concorrência, ou seja, esses candidatos concorreram tanto pela Ampla Concorrência quanto pela reserva de vagas. Verificamos então que, entre os alunos pesquisados:

- 73 ingressaram pela Ampla Concorrência,
- 27 alunos ingressaram pela Cota 1,
- 13 pela Cota 2,
- 18 pela Cota 3 e
- 15 pela Cota 4.

Há ainda, nesse grupo, dois alunos que ingressaram por meio de transferência e foram contabilizados na Ampla Concorrência, no entanto, por meio do processo seletivo obtivemos 50% de ingresso pela Ampla Concorrência e 50% pela Reserva de Vagas.

As Cotas 2 e 4 admitiram menos alunos que as vagas ofertadas, o que pode ser explicado pelas regras de remanejamento de vagas entre as Cotas previstas no edital em caso de não preenchimento de vagas. Dentre as Cotas, aquelas

destinadas aos alunos que se autodeclararam pretos, pardos e indígenas foram as que mais admitiram alunos em 2014, representando um total de 30,4% das vagas, sendo que o curso de Hospedagem admitiu mais alunos pela Cota 1 (21,6%) que o curso de Petróleo e Gás (14,9%).

Quadro 14 – Pontuação dos classificados no Processo Seletivo de 2014.		
Modalidade de ingresso	Pontuação Mínima Obtida	Pontuação Máxima Obtida
Ampla Concorrência	20	35
Cota 1	12	21
Cota 2	13	23
Cota 3	15	23
Cota 4	14	23

Fonte: Elaboração própria.

Independente se o candidato ingressou pela Ampla Concorrência ou pela Reserva de Vagas, para ser aprovado foi preciso alcançar no mínimo 12 pontos, o que corresponde a 30% de acertos na prova. Os alunos classificados no processo seletivo de 2014 obtiveram entre 12 e 35 pontos na prova. Conforme o Quadro 14, para ingressar pela Cota 1 a pontuação ficou entre 12 e 21 pontos, na Cota 2, entre 13 e 23 pontos, na Cota 3, entre 15 e 23 pontos, e na Cota 4, entre 14 e 23 pontos. Os alunos que ingressaram pela Ampla Concorrência obtiveram, no mínimo, 20 pontos. Observamos, assim, que para ingressar pela Ampla Concorrência foi preciso obter maior pontuação na prova do que para ingressar pelas Cotas. Para ingressar no curso de Petróleo e Gás foi necessário obter no mínimo 16 pontos, enquanto em Hospedagem o último classificado obteve 12 pontos na prova.

A maior parte dos alunos (64,2%) é oriunda de escolas da rede pública de ensino, sendo que no curso de Hospedagem a presença desses alunos é mais expressiva, contando com 71,6% enquanto em Petróleo e Gás são 56,8% dos alunos. Ao analisar o número de inscritos no processo seletivo, observamos que a concorrência para o curso de Petróleo e Gás é maior, registrando 13,6 candidatos por vaga, enquanto em Hospedagem a concorrência foi de 4,74 candidatos por vaga. A maior concorrência no curso de Petróleo e Gás pode explicar o menor número de admissão de alunos de escolas públicas neste curso e a necessidade de obter maior pontuação na prova para o ingresso.

Aproximadamente 80% dos alunos concluíram o ensino fundamental no ano de 2013 e ingressaram no IFF Cabo Frio em 2014. Entretanto, do total de alunos que ingressou em 2014, 23 alunos haviam concluído em 2012 e um aluno em 2011. Devido ao contato profissional que temos com os alunos, observamos que, em muitos casos, os alunos que não fizeram ou não foram aprovados no processo seletivo para ingresso no primeiro ano iniciam o ensino médio em uma escola regular e, no ano seguinte, ao ser classificado para o IFF Cabo Frio se submeteram a voltar ao 1º ano para ingressar no curso técnico integrado. Como o curso é integrado desde o início, não é possível o ingresso de alunos em períodos mais avançados do curso. Nesses casos, consideramos que a distorção idade-série não está relacionada a reprovações ou períodos fora da escola na vida escolar progressa do aluno. Assim, acreditamos que esses 24 alunos já estavam cursando o ensino médio quando foram aprovados para o IFF Cabo Frio e voltaram para o 1º ano a fim de cursar o técnico integrado.

No que se refere à idade de ingresso no IFF Cabo Frio, 56% tinham 15 anos ao iniciar o curso, 28,4% tinham 14 anos e 10,8% tinham 16 anos ao ingressarem. Portanto, considerando que aproximadamente 16% dos alunos já haviam ingressado no ensino médio anteriormente e fizeram a opção de voltar ao 1º ano ao ingressar no IFF Cabo Frio, consideramos que a distorção idade-série não está relacionada a defasagens escolares anteriores. No caso do IFF Cabo Frio, portanto, uma das hipóteses apontadas na literatura sobre o abandono ou evasão escolar no ensino médio, a distorção idade-série e fracasso escolar anteriores ao ingresso (Torres et al., 2013; Soares et. al, 2015), não parece aplicável, uma vez que não havia alunos com atraso escolar entre os ingressantes do IFF Cabo Frio em 2014.

3.4.2

Características dos respondentes ao Questionário

Nosso universo de pesquisa é composto por 148 alunos ingressantes no ano letivo de 2014. Conforme informamos anteriormente, o questionário foi aplicado entre janeiro e maio de 2017 junto aos alunos ingressantes naquele ano e que

estavam matriculados e frequentando o IFF Cabo Frio em 2017¹⁸. Entre os anos de 2014 e início de 2017, ocorreram 44 desistências por meio de evasão, trancamento ou cancelamento de matrícula, como abordaremos adiante, e houve uma conclusão de curso, pois um dos alunos que ingressou por transferência foi matriculado no 2º ano e concluiu o 3º ano em 2015. Sendo assim, no período de aplicação do questionário, havia 103 alunos oficialmente matriculados, dentre os quais obtivemos 86 respostas ao questionário, representando 83,5% desse universo.

A maior parte das respostas (57% dos questionários) foi obtida dos alunos do curso de Petróleo e Gás, inclusive porque estes compunham a maioria dos ingressantes em 2014 que continuavam matriculados em 2017. No momento da aplicação do questionário, o curso de Petróleo e Gás contava com 59 alunos dos 74 ingressantes em 2014 ainda matriculados, enquanto em Hospedagem contava apenas com 44 dos 74 alunos ingressantes em 2014.

A proporção de rapazes e moças que responderam ao questionário foi exatamente igual, sendo que a maior parte dos rapazes pertencia ao curso de Petróleo e Gás e a maior parte das moças era de Hospedagem, o que corresponde em larga medida a seu pertencimento em cada curso como já assinalado. As características dos respondentes em relação à cor ou raça se assemelham às características apresentadas pelo grupo composto pelos 148 alunos, sendo a maioria branca (54,7%), seguido de pardos (36%) e negros (7%).

A renda familiar dos respondentes também se assemelha ao perfil geral, sendo que 67,5% possuem até 1,5 salários mínimos de renda per capita. Os genitores da maioria dos alunos vivem juntos, sendo 42% casados e 3,5% vivendo em união estável, 22% separados ou divorciados e 17,4% solteiros. As mães possuem maior grau de instrução que os pais: 46,5% delas concluíram o ensino médio e 21% possui o ensino superior completo. No caso dos pais, 31,4% possuem o ensino médio completo e 20% possui o superior completo.

A maioria das famílias reside em Cabo Frio (58%), seguido daqueles que residem em Armação dos Búzios (22%) e em São Pedro da Aldeia (11,6%). Os outros, 8,4%, residem em Iguaba Grande, Arraial do Cabo e Araruama.

¹⁸ O ano letivo de 2016 teve início em 30/05/2016 e se encerrou no dia 11/05/2017 devido aos atrasos provocado por greves de servidores, portanto, o período de aplicação dos questionários ocorreu durante o final do ano letivo de 2016.

No que se refere à forma de ingresso no IFF Cabo Frio, 53,5% dos respondentes ingressaram em 2014 pela Ampla Concorrência e 46,5% ingressaram por meio da Reserva de Vagas para estudantes oriundos da rede pública de ensino. Cabe ressaltar, no entanto, que mesmo entre os que não ingressaram pela Reserva de Vagas, a maioria (58%) desses alunos é oriunda da escola pública e somente 39,5% é proveniente da rede privada de ensino.

Observamos, portanto, que os alunos que permaneceram até o ano letivo de 2016 e que responderam ao questionário da nossa pesquisa possuem características semelhantes ao perfil do grupo inicial, apresentando algumas diferenças que dizem respeito, principalmente, ao curso em que estavam matriculados e a rede escolar de origem. Como vimos, a maior parte dos respondentes é do curso de Petróleo e Gás e, apesar da maioria ainda ser proveniente da rede pública, verificamos que há maior concentração daqueles que ingressaram pela Ampla Concorrência.

3.4.3 Características dos participantes das Entrevistas

Além dos dados obtidos na ficha de matrícula dos alunos ingressantes em 2014 e dos 86 questionários respondidos, realizamos oito entrevistas semiestruturadas entre novembro e dezembro de 2017: três entrevistas com alunos que concluíram o curso no ano letivo de 2016, três com alunos que foram retidos em algum momento do curso e ainda estão matriculados no IFF Cabo Frio e duas com alunos que desistiram do curso por meio de evasão ou cancelamento de matrícula. As entrevistas buscaram lançar luz sobre as respostas obtidas no questionário e possibilitar assim uma compreensão mais profunda das questões que influenciam a permanência ou a evasão dos alunos, sendo utilizadas para ilustrar o que encontramos a partir dos resultados obtidos nos questionários, na análise dos documentos e na minha observação como funcionário da instituição.

Na seleção dos alunos para as entrevistas buscamos garantir que houvesse alunos dos dois cursos em cada situação, no entanto, não conseguimos garantir uma participação igualitária, pois dependíamos da concordância dos alunos em participar. Sendo assim, realizamos as entrevistas com cinco alunos de Hospedagem e três de Petróleo e Gás. Dentre os alunos que concluíram o curso

em 2016 foram dois entrevistados de Hospedagem e um de Petróleo e Gás, assim como no caso dos alunos retidos e que ainda se encontravam matriculados. No caso dos alunos que desistiram do curso obtivemos a participação de um aluno de cada curso. No total, foram cinco alunos do sexo masculino e três do sexo feminino.

Para preservar a identidade dos alunos entrevistados definimos nomes fictícios para cada um deles, permitindo também que façamos a caracterização do grupo de maneira individualizada. Dessa forma, apresentamos no Quadro 15 as características dos entrevistados.

Quadro 15 - Perfil sociodemográfico dos alunos entrevistados.								
Características	Priscila	Isabel	Luís	Bianca	Daniel	Miguel	Paulo	Pedro
Situação do aluno em 2016	Concluiu em 2016	Concluiu em 2016	Concluiu em 2016	Retida em 2014 e 2016	Retido em 2014 e 2015	Retido em 2015	Desistiu em 2015	Desistiu em 2015
Curso	H	H	P&G	H	H	P&G	H	P&G
Forma de Ingresso	AC/transfêrência	Cota 4	Cota 2	Cota 1	Cota 3	Cota 2	AC	AC
Sexo	Fem.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Masc.	Masc.	Masc.
Raça ou cor	Parda	Branca	Branca	Indígena	Parda	Branca	Parda	Branca
Cidade de Residência	São Pedro d'Aldeia	Cabo Frio	Cabo Frio	Cabo Frio	Búzios	Cabo Frio	Cabo Frio	Cabo Frio
Renda per capita	Até 0,5 sm	Até 0,5 sm	Não resp.	Até 0,5 sm	Até 0,5 sm	Até 0,5 sm	Entre 0,5 e 1,0 sm	Entre 1,5 e 2,0 sm
Grau de Instrução da Mãe	E. Médio Compl.	E. Superior Inc.	E. Fundam. Inc.	E. Médio Compl.	E. Médio Compl.	E. Fundam. Inc.	E. Fundam. Compl.	Pós-Grad. Compl.
Grau de Instrução do Pai	E. Superior Inc.	E. Médio Compl.	E. Superior Compl.	E. Médio Compl.	E. Médio Compl.	E. Fundam. Inc.	E. Fundam. Compl.	Pós-Grad. Compl.
Estado Civil dos Pais	Casados	Casados	Divorciados	Não resp.	Separados	Separados	Casados	Casados
Escola de Origem	Pública	Pública	Pública	Pública	Pública	Pública	Pública	Privada
Idade ao ingressar no IFF	17 anos	15 anos	15 anos	15 anos	14 anos	14 anos	18 anos	15 anos
Idade no momento da entrevista	21 anos	19 anos	19 anos	18 anos	18 anos	18 anos	21 anos	19 anos

Fonte: Elaboração própria.

Quanto ao perfil dos entrevistados, verificamos no Quadro 15 que esse grupo tem uma composição que guarda grande semelhança com o universo

investigado, pois apresenta uma boa parte das características encontradas dentre os 148 ingressantes em 2014. No que se refere à cor ou raça, cidade de residência, renda familiar, grau de instrução e estado civil dos genitores, escola de origem e idade de ingresso no IFF Cabo Frio, os dados desses alunos seguem as mesmas tendências dos dados do grupo geral. Quanto ao curso, ao sexo e à forma de ingresso, observamos algumas peculiaridades, pois há mais alunos de Hospedagem, mais alunos do sexo masculino e mais alunos que ingressaram pelas Cotas.

Observamos também que entre os alunos desistentes, encontram-se os dois alunos que declararam maior renda entre o grupo dos alunos entrevistados e um deles é oriundo da escola privada, características essas que, conforme a literatura sobre evasão escolar vista até aqui, seriam favoráveis à permanência dos alunos na escola.

Tendo em vista que nos capítulos 2 e 3 realizamos a caracterização do nosso problema de pesquisa, da política pública em questão, do contexto institucional, assim como, as principais características sociodemográficas dos alunos pesquisados, passaremos a apresentar no próximo capítulo a análise dos resultados alcançados. No capítulo IV, portanto, apresentamos a trajetória dos alunos no IFF Cabo Frio, suas motivações para a escolha da instituição de ensino e do curso e suas expectativas futuras, buscando estabelecer relações entre esses dados e a desistência ou a permanência dos alunos no curso em interlocução com a bibliografia levantada sobre o tema.

4

Trajétórias, motivações e expectativas dos alunos

A descrição do contexto institucional em que realizamos a pesquisa revela uma escola que conta com uma infraestrutura de alta qualidade, dispõe de um corpo docente e técnico administrativo diversificado e qualificado e disponibiliza recursos e serviços de atendimento ao aluno, como as bolsas e auxílios de assistência estudantil. Esses recursos estruturais, humanos e de serviços, geralmente, não estão disponíveis na maior parte da rede pública de educação, como por exemplo, nas redes estaduais responsáveis pela oferta de ensino médio.

No que se refere às características dos alunos pesquisados, verificamos que, apesar de uma parcela deles possuir renda familiar baixa e fazer jus a bolsas e auxílios de assistência estudantil, boa parte possui condições sócio-familiares que, como apontam as pesquisas de Torres et al. (2009), Soares et al. (2015) e Neri (2009), podem favorecer seu desempenho e permanência escolar, tais como, a inexistência de distorção idade/série pelo acúmulo de fracassos ou abandono escolar anterior, a maioria dos genitores com escolaridade de nível médio, tendo aproximadamente 20% deles com nível superior e uma parcela significativa de famílias com a presença do pai e da mãe.

Nesse capítulo descrevemos a trajetória acadêmica dos alunos pesquisados e sua inserção em ações de assistência estudantil durante os anos investigados, identificando os alunos desistentes e quais fatores da sua trajetória podem ter favorecido a sua saída. Esse estudo foi possível por meio da consulta aos registros acadêmicos e administrativos da instituição. Em seguida, apresentamos também os principais motivos apontados pelos alunos para escolherem o IFF Cabo Frio e o curso técnico integrado em Petróleo e Gás ou em Hospedagem, bem como suas expectativas para o futuro acadêmico/profissional com base nas informações coletadas por meio dos questionários e das entrevistas. Com base nesses três conjuntos de informações (trajetórias escolares na instituição, respostas dos questionários e entrevistas) buscamos – sempre em interlocução com a literatura levantada sobre o tema - discutir em que medida as motivações e expectativas de futuro podem influenciar a permanência dos alunos.

4.1

Trajetórias dos alunos no IFF Cabo Frio

A análise das trajetórias dos alunos dos cursos técnicos integrados no IFF Cabo Frio será feita por meio da sua situação acadêmica nos anos letivos de 2014, 2015 e 2016 (resultados acadêmicos alcançados em cada ano) e de seu envolvimento ou participação em projetos ou modalidades de bolsas e auxílios de Assistência Estudantil durante o período. Isso foi possível a partir da consulta aos registros acadêmicos anuais, fornecidos pela Coordenação de Registro Acadêmico, e pelas informações sobre o recebimento de bolsas e auxílios de Assistência Estudantil, fornecidas pela Diretoria de Políticas Estudantis e pela Diretoria de Pesquisa e de Extensão do IFF Cabo Frio.

No que se refere à situação acadêmica, conforme estabelecido na Regulamentação Didático-Pedagógica, ao final de cada período letivo - que nos cursos técnicos integrados do IFF Cabo Frio corresponde a um ano - os alunos serão considerados aprovados se obtiverem “um percentual mínimo de 75% (setenta e cinco por cento) de frequência da carga horária total trabalhada na série e um aproveitamento mínimo de 60% (sessenta por cento) dos saberes previstos em cada componente curricular”. Além disso, “para ser aprovado, o aluno tem que, obrigatoriamente, obter um resultado igual ou superior a 4,0 (quatro) no 4º bimestre em cada componente curricular” (IFFLUMINENSE, 2016b, p.23). Para que o aluno alcance a aprovação são previstas avaliações bimestrais, recuperações ao final de cada semestre e uma Verificação Suplementar ao final do ano letivo.

Ao aluno que for reprovado em até dois componentes curriculares, é permitida a Progressão Parcial (Dependência), ou seja, o aluno prossegue para a série seguinte, mas precisa cursar novamente os componentes curriculares em que foi reprovado. Os alunos que forem reprovados em mais de dois componentes curriculares ficam retidos e devem cursar a mesma série integralmente no próximo período letivo. Dessa maneira, a situação acadêmica de cada aluno em cada período letivo pode ser “Aprovado”, “Aprovado com Dependência” ou “Reprovado”.

Em relação à situação de matrícula, o aluno pode constar com as seguintes situações: Matriculado, Matrícula Trancada, Matrícula Cancelada ou Evadido. Para manter-se matriculado, após o início do curso, o aluno não deve faltar aos

primeiros 10 dias de aula e, ao final de cada período letivo, realizar a renovação de matrícula dentro do prazo estabelecido. O trancamento de matrícula é permitido a partir da segunda série e se caracteriza pela interrupção temporária do curso mantendo o vínculo do aluno com a instituição, ou seja, o aluno pode se afastar por até dois anos, consecutivos ou alternados, e reabrir a matrícula, conforme o calendário letivo. Já o cancelamento da matrícula pode ocorrer por meio de requerimento protocolado pelo aluno ou seu responsável a qualquer momento do curso, e neste caso o aluno perde a sua vaga. Os alunos são considerados “Evadidos” quando não renovam a matrícula em alguma série e não solicitam o trancamento de matrícula dentro do prazo estipulado, ou quando não reabrem a matrícula após o prazo máximo (dois anos) permitido para o trancamento. Além disso, os alunos que não atingem 10% (dez por cento) da frequência global ao final de cada série também são considerados evadidos. A situação de matrícula Concluída caracteriza os alunos que se formaram no curso.

Então, quanto à situação acadêmica, os alunos da nossa pesquisa podem ter sido aprovados, aprovados com dependência ou reprovados, além de alguns casos diferenciados que serão tratados oportunamente. Quanto à situação de matrícula, os alunos podem ter trancado ou cancelado a matrícula ou terem sido considerados evadidos. Como não houve nenhum registro de alunos que ingressaram em 2014 com matrícula trancada e que a tenham reaberto até 2016/17, consideramos desistentes do curso todos os alunos que trancaram ou cancelaram a matrícula ou se evadiram. Devido a minha inserção profissional no IFF Cabo Frio, foi possível constatar que, em todos os casos de desistência do curso, os alunos continuaram os estudos no ensino médio em outra escola ou por meio da Educação de Jovens e Adultos (EJA) ou ainda conseguiram a certificação do ensino médio pelo ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio).

No que se refere à participação em projetos e recebimento de bolsas e auxílios de Assistência Estudantil, conforme descrevemos anteriormente, os alunos dos cursos técnicos integrados têm a possibilidade de serem beneficiados com bolsas e auxílios sociais e de caráter acadêmico-formativo. Acreditamos que a oferta dessas bolsas e auxílios nos anos letivos de 2014, 2015 e 2016 pode colaborar para compreendermos as trajetórias dos alunos da nossa pesquisa.

As modalidades de bolsas e auxílios de caráter social, concedidas por meio de estudo socioeconômico, distribuem-se em Auxílio Alimentação, Auxílio

Transporte, Auxílio Moradia e Bolsa Permanência IFF (até 2015 essa bolsa era denominada Bolsa de Iniciação Profissional e previa a contrapartida do aluno em atividades administrativas nos setores do IFF Cabo Frio, mas ao se instituir como Bolsa Permanência IFF extinguiu-se a contrapartida de atividades por parte dos alunos). Geralmente, os editais que estabelecem os procedimentos de concessão de bolsas e auxílios são divulgados no início do ano letivo e, no caso das bolsas sociais, por envolverem estudos socioeconômicos, cada processo leva, no mínimo, 60 dias.

O ano letivo de 2014 iniciou-se tardiamente, em 07 de abril, devido aos atrasos provocados por greves de servidores ocorridas em 2011 e 2012, e foi interrompido por mais uma greve de servidores, o que atrasou a abertura de edital de concessão de bolsas e auxílios sociais nesse ano. O referido edital foi divulgado em novembro de 2014 e o seu resultado saiu em janeiro de 2015, no final do ano letivo de 2014. Uma parte dos alunos contemplados nesse edital começou a receber o benefício ainda no ano letivo de 2014 e continuou recebendo durante o ano letivo de 2015, no entanto, para efeito de pagamento de bolsas e auxílios estamos considerando o ano civil, ou seja, entre janeiro e dezembro de cada ano. Devido aos atrasos provocados pelas greves - em 2015 houve outra greve de servidores - e por falta de ampliação de recursos para as bolsas sociais, optou-se por manter o resultado do edital de 2014 durante todo o ano letivo de 2015, sendo reaberto outro edital apenas ao final desse ano letivo que ocorreu em março de 2016. Dessa maneira, durante os anos letivos de 2014, 2015 e 2016, os alunos pesquisados tiveram apenas duas oportunidades de concorrerem e serem beneficiados com uma dessas modalidades de bolsas.

O edital de 2014 concedeu 32 Bolsas Permanência IFF, 82 Auxílios Alimentação, nove Auxílios Transporte e oito Auxílios Moradia ao conjunto dos alunos matriculados no IFF Cabo Frio (incluindo os alunos pesquisados). Como já explicado no Capítulo III, as bolsas e auxílios sociais podem ser acumuladas entre si, e a maior parte dos alunos que recebem Bolsa Permanência IFF também recebem o Auxílio Alimentação, disso resulta que o número de alunos beneficiados é menor que o número de bolsas concedidas. No caso dos alunos pesquisados, durante o ano de 2015, 18 alunos foram contemplados com bolsas sociais, dos quais sete receberam apenas uma bolsa social, 10 receberam duas ou

mais bolsas sociais e um recebeu uma bolsa social e uma bolsa acadêmico-formativa.

Em 2016 foram abertos dois editais de bolsas e auxílios sociais, sendo o primeiro no mês de março, destinado aos alunos de todos os cursos regulares que se encontravam matriculados, e o outro no mês de julho, destinado aos ingressantes. Os dois editais alimentaram a mesma lista de alunos, assim, todos os candidatos que não foram contemplados na primeira classificação de cada edital ficaram na mesma lista de espera, aguardando novas chamadas. Então, nesse ano, foram concedidas 32 Bolsas Permanência IFF, 90 Auxílios Alimentação, cinco Auxílios Transporte e sete Auxílios Moradia. Os contemplados pelos editais de 2016 foram beneficiados até a realização de novo edital em 2017. Nessa nova oportunidade, 43 alunos que compõe nossa pesquisa foram contemplados, sendo que 23 receberam uma bolsa ou auxílio social, 14 foram beneficiados com duas ou mais bolsas e auxílios e seis receberam uma bolsa social e uma acadêmico-formativa. Portanto, embora a oferta de bolsas e auxílios não tenha aumentado significativamente, mais alunos das turmas de 2014 foram beneficiados.

Dentre as bolsas de caráter acadêmico-formativo, descritas anteriormente na Seção 3.3.2, os alunos da nossa pesquisa participaram da Bolsa de Desenvolvimento Acadêmico e Apoio Tecnológico (DAAT), Bolsa de Iniciação Científica Júnior do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), Bolsa Jovens Talentos para a Ciência da FAPERJ (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro), Bolsa de Extensão, Bolsa Monitoria e Bolsa de Arte e Cultura. Dentre todos os tipos de bolsas a que os alunos pesquisados poderiam concorrer, apenas na Bolsa Atleta não houve nenhum aluno desse grupo contemplado. O processo de concessão dessas bolsas também é regido por editais próprios lançados pela reitoria do IFET Fluminense ou pela direção geral do IFF Cabo Frio. As bolsas são vinculadas a algum projeto específico nas áreas de pesquisa, extensão, desenvolvimento tecnológico ou arte e cultura, aprovados anteriormente pelos órgãos institucionais responsáveis.

No ano de 2014, nenhum dos alunos da nossa pesquisa participou de bolsas de caráter acadêmico-formativo, pois os editais da maioria dessas bolsas foram lançados em data anterior ao ingresso desses alunos, impedindo-os de concorrerem a elas. Mesmo no caso do edital de extensão na área de arte e cultura, do edital de bolsa DAAT e do edital da bolsa Atleta, lançados no mês de

setembro, eles tampouco foram contemplados. Temos algumas hipóteses que podem explicar a ausência de contemplados dentre os alunos ingressantes, quais sejam: i) falta de conhecimento dos alunos em relação à existência de bolsas e o processo de concessão; ii) processo de adaptação ao curso técnico e o receio de não dar conta de mais uma atividade, uma vez que essas bolsas exigem 12 horas ou 20 horas de dedicação semanal; iii) a preferência dos coordenadores dos projetos por alunos de séries mais avançadas, tendo-se observado mesmo casos de veto a participação de alunos matriculados no 1º ano; e iv) muitos projetos renovam a bolsa de alunos selecionados em editais anteriores, não abrindo vagas para alunos novos.

Em 2015 esse cenário começa a se alterar com 23 alunos da turma de 2014 contemplados com bolsas de caráter acadêmico-formativo, sendo cinco alunos bolsistas de extensão, 12 bolsistas FAPERJ, cinco bolsistas de Iniciação Científica Júnior (ICJ-CNPq) e um bolsista DAAT. Um desses alunos foi contemplado também com uma bolsa ou auxílio social.

No ano letivo de 2016 foram 28 alunos contemplados com bolsas de caráter acadêmico-formativo, sendo 14 bolsistas de extensão, quatro bolsistas FAPERJ, quatro bolsistas ICJ-CNPq, três bolsistas DAAT, dois bolsistas de arte e cultura e um bolsista de monitoria. Dentre esses alunos, seis também foram contemplados com uma bolsa ou auxílio social.

Tendo em vista as possibilidades de trajetória acadêmica e participação em projetos com recebimento de bolsas e auxílios de assistência estudantil, que apontam o envolvimento e a vinculação do aluno com o curso e a instituição, passaremos, a partir da próxima seção, a analisar as informações que temos dos alunos, articulando o seu perfil, a sua trajetória, os motivos que o levaram a realizar o curso técnico integrado no IFF Cabo Frio e suas expectativas de futuro acadêmico-profissional. Fizemos essas análises por curso, acreditando que, dessa forma, teríamos mais clareza sobre as diferenças e as semelhanças existentes em cada grupo, bem como na identificação dos fatores que influenciam a permanência e a evasão dos alunos.

4.2

Os Cursos e seus Estudantes: trajetórias e motivações

Em 2009 quando o IFF Cabo Frio foi inaugurado, os cursos e a própria infraestrutura ainda estavam em processo de implantação. As primeiras duas turmas dos cursos técnicos integrados em Petróleo e Gás e em Hospedagem (uma de cada curso) ingressaram naquele ano. Inicialmente, o Projeto Pedagógico dos cursos previa a duração de quatro anos para a sua integralização, pois, além de terem uma carga horária maior que o ensino médio regular (Petróleo e Gás com 3467 horas e Hospedagem com 3266 horas), era necessário que as primeiras turmas permanecessem mais tempo na instituição para que os laboratórios fossem estruturados e os alunos tivessem as aulas práticas antes de concluírem o curso. Mesmo após a implantação dos laboratórios, as turmas que ingressaram em 2009, 2010, 2011 e 2012 seguiram esse sistema, pois estava previsto no Projeto Pedagógico do Curso então vigente.

Em 2012 as turmas que ingressaram em 2009 cumpriam seu quarto ano de estudo e foi constatado pela instituição um número elevado de evasões: ao final do terceiro ano – atrasado devido a greve de 2011 – muitos alunos realizaram o ENEM e buscaram o ingresso no ensino superior antes de terminar o curso técnico. Alguns alunos com mais de 18 anos solicitaram a certificação do Ensino Médio pelo ENEM e alguns alunos com menos de 18 anos concluíram o Ensino Médio através da Educação de Jovens e Adultos (EJA) ofertada por escolas estaduais e se matricularam no Ensino Superior. Assim, as turmas de quarto ano ficaram vazias e os alunos que se mantiveram matriculados apresentavam-se desestimulados e muito faltosos. Frente a este quadro a direção geral do IFF Cabo Frio formou um grupo de trabalho para avaliar os Projetos dos cursos e promover modificações para evitar que a evasão antes da conclusão do curso continuasse ocorrendo. (IFFLUMINENSE, 2013a; 2013b)

Esse grupo de trabalho apresentou uma reformulação da matriz curricular dos cursos e, sem alterar a sua carga horária, redimensionou a duração total do curso de quatro para três anos. A reestruturação da matriz curricular dos cursos foi aprovada pelo Conselho do IFF Cabo Frio e, posteriormente, pelo Conselho Superior do IFET Fluminense em 10 de maio de 2013 e entrou em vigor a partir das turmas ingressantes ainda naquele ano (IFFLUMINENSE, 2013a; 2013b).

Reduzir a duração total do curso foi uma solução encontrada na busca pela diminuição da evasão no quarto ano de curso e para o aumento no número de estudantes que integralizam os cursos ofertados. Essa reestruturação da matriz curricular teve impacto, principalmente, no cotidiano dos alunos, que antes estudavam apenas em um turno (manhã ou tarde) e passaram a estudar em horário praticamente integral, pois as aulas foram distribuídas nos turnos da manhã e da tarde, iniciando às 7h30 e encerrando às 18h20. Em 2017, o turno diurno foi alterado para o horário entre 8h e 18h05. Apesar do esforço para organizar o horário das aulas de forma a concentrar a maior parte delas em um turno e deixar os componentes curriculares de menor carga horária para o contra turno, o que observamos é que esse formato não foi alcançado e as aulas são distribuídas dentro do turno diurno com horários de entrada, saída e intervalo de almoço diferentes em cada dia da semana e em cada turma, podendo, ainda, sofrer alterações no decorrer do semestre, devido a mudança no horário de disciplinas ou de professores.

Essa característica do horário das aulas parece influenciar a permanência ou evasão dos alunos, pois é um aspecto constantemente ressaltado nas falas dos alunos no cotidiano escolar. A carga horária e o horário das aulas influenciam na permanência dos alunos? Essa questão é encarada de formas diferentes entre os alunos de cada curso? A partir das respostas dos alunos pesquisados, buscaremos identificar em que medida essas questões são relevantes para a sua permanência ou evasão do curso.

4.2.1 Os estudantes de Petróleo e Gás

O curso Técnico Integrado em Petróleo e Gás do IFF Cabo Frio está vinculado ao Eixo Tecnológico em Produção Industrial e “tem por objetivo formar profissionais com conhecimentos para atuar em diversas funções na área de petróleo e gás natural”. O curso possui carga horária total de 3467 horas, distribuídas em três anos de duração, sendo ofertado no turno diurno (IFFLUMINENSE, 2013a). Desde o início de sua oferta, a disputa por uma vaga no curso tem sido maior dentre os dois cursos técnicos integrados ofertados no

IFF Cabo Frio e, em 2014, as 70 vagas ofertadas foram disputadas por 952 candidatos, o que representa 13,6 candidatos por vaga.

Apesar de serem ofertadas 70 vagas, são convocados para a matrícula 5% a mais de alunos, contando com possíveis desistências ao longo do primeiro ano. Entre os 74 alunos ingressantes, 50% entraram pela Ampla Concorrência, 26% pelas Cotas 1 e 2, destinada a alunos de escolas públicas com renda familiar per capita de até 1,5 salários mínimos, e 24% pelas Cotas 3 e 4, destinadas a alunos de escolas públicas cuja renda per capita seja superior a 1,5 salários mínimos. As Cotas 1 e 3, destinadas a autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, possibilitaram o ingresso de 28,4% dos alunos. O ingressante nesse curso com menor pontuação na prova do processo seletivo obteve 16 pontos e foi aprovado pela Cota 4. Para ingressar pela Ampla Concorrência foi necessário obter, pelo ao menos, 23 pontos. Tendo em vista que a pontuação mínima para ser aprovado na prova do processo seletivo é de 12 pontos, os alunos tiveram de ter pontuação acima do mínimo para conseguir ingressar, mostrando a grande seletividade dos alunos.

Dentre os alunos matriculados nesse curso em 2014, 67,6% é do sexo masculino e 32,4% do sexo feminino. Quanto à cor ou raça, a maioria se declara branca (57%), seguido de 35% pardos e de 5% que se declaram negros. Os outros 3% não responderam a essa questão na ficha de matrícula. Residem na cidade de Cabo Frio 39 alunos (53%), 17 alunos (23%) moram em Armação de Búzios, e 11 (15%) residem em São Pedro da Aldeia. Ainda há quatro alunos residentes em Iguaba Grande, dois em Araruama e um em Arraial do Cabo.

No que tange à renda familiar per capita, 35% possui renda per capita entre 0,5 e 1,0 salário mínimo, outros 28% possuem renda de até 0,5 salários mínimos e 8% apresentam renda entre 1,0 e 1,5 salários mínimos. Portanto, mais de 71% das famílias contam com até 1,5 salários mínimos de renda per capita mensal, apenas 8% têm renda per capita acima de 1,5 salários mínimos e 20% não informaram a renda.

Mais de 51% dos pais desses alunos são casados ou vivem em união estável, 24% são separados ou divorciados e 12% são solteiros. Há também dois casos de genitores viúvos e um que respondeu a opção *Outro*, além de seis que não disponibilizaram essa informação. Em relação ao grau de instrução dos genitores, mais da metade das mães (51%) e 31% dos pais possuem o ensino médio

completo. Outros 22% de mães e 20% de pais possuem nível de formação superior e 26% das mães e 42% dos pais possuem escolaridade inferior ao nível de ensino médio. Observamos, portanto, que os pais possuem grau de instrução menor que as mães desses alunos.

Aproximadamente 57% dos alunos eram oriundos da rede pública de educação e 40% oriundos da rede privada, sendo que não foi possível identificar a origem escolar de dois alunos. A grande maioria dos alunos (82%) concluiu o ensino fundamental no ano de 2013 e ingressou no IFF Cabo Frio em 2014. Apenas 15% havia concluído o ensino fundamental em 2012 e em 3% dos casos não conseguimos essa informação. No conjunto dos alunos desse curso, 86% tinham até 15 anos quando ingressaram, 11% tinham 16 anos e apenas dois alunos possuíam acima de 16 anos. Tendo em vista que 15% haviam concluído o curso em 2012, acreditamos que a maioria dos alunos que possuía idade igual ou maior que 16 anos ao ingressar no IFF Cabo Frio já haviam iniciado o ensino médio regular e se submeteu a voltar ao 1º ano para ingressar no curso técnico integrado, sendo assim, consideramos que a distorção idade-série é praticamente inexistente nesse grupo (Torres et al., 2013; Soares et al., 2015).

Observamos, portanto, que os alunos matriculados no curso de Petróleo e Gás em 2014 apresentam, até seu ingresso no IFF Cabo Frio, uma trajetória acadêmica exitosa, sendo que a maioria se encontrava na idade considerada adequada para o início do ensino médio. Além disso, trata-se de um grupo de alunos selecionados, pois passaram por um exame de proficiência por meio da prova de ingresso na instituição e com alto índice de concorrência.

Em relação à trajetória acadêmica dos alunos, apresentamos no Quadro 16, a seguir, as informações sobre o fluxo escolar das turmas pesquisadas nos anos letivos de 2014, 2015 e 2016, consolidadas no registro acadêmico dos alunos a partir da sua situação acadêmica final em cada ano letivo.

Quadro 16 - Trajetória escolar dos alunos de Petróleo e Gás ingressantes em 2014 durante os anos letivos de 2014, 2015 e 2016.						
Situação Acadêmica/Ano	2014		2015		2016	
	N	%	N	%	N	%
Aprovado	58	78,4	54	76,0	54	84,0
Aprovado com Dependência	6	8,1	6	8,5	2	3,0
Reprovado	7	9,5	5	7,0	3	5,0
Desistentes	3	4,0	6	8,5	5	8,0
Total de alunos matriculados	74	100,0	71	96,0	64	86,5

Fonte: Registro Acadêmico do IFF Cabo Frio. Elaboração própria.

Conforme verificamos no Quadro 16, ao final do ano letivo de 2014, a situação acadêmica dos alunos de Petróleo e Gás foi a seguinte: 58 alunos foram aprovados, 6 ficaram em dependência em um ou dois componentes curriculares, sete foram reprovados e três desistiram do curso.

O ano de 2015 iniciou com 71 alunos da turma de 2014 ainda matriculados, dos quais 64 estavam matriculados no 2º ano e sete no 1º ano. Ainda no ano de 2015, 54 foram aprovados, seis ficaram em dependência em um ou dois componentes curriculares, cinco foram reprovados e seis desistiram do curso. Em comparação ao ano anterior, a reprovação foi menor, mas a desistência chegou a dobrar.

O ano letivo de 2016 contava com 64¹⁹ alunos matriculados, sendo que 58 estavam no 3º ano, cinco no 2º ano e um aluno no 1º ano. Como observamos no Quadro 16, 54 alunos foram aprovados, dois ficaram em dependência em um ou dois componentes curriculares, três alunos foram reprovados e cinco desistiram do curso no decorrer do ano letivo de 2016. Proporcionalmente, como era de se esperar, o índice de alunos aprovados subiu e o número de reprovados e desistentes diminuiu em relação ao ano anterior. Entre os 58 alunos que estavam no 3º ano em 2016, 53 concluíram o curso no tempo regular de três anos, representando 72% dos alunos de Petróleo e Gás ingressantes em em 2014. Outros dois alunos ficaram em dependência no 3º ano, um foi reprovado e dois desistiram no decorrer de 2016. Entre os cinco alunos da mesma coorte matriculados no 2º ano em 2016, um passou para o 3º ano, dois reprovaram e dois desistiram do

¹⁹ Além dos 6 desistentes um dos alunos aprovados concluiu o curso ao final desse ano. Esse aluno ingressou no IFF Cabo Frio em 2014 após ser transferido de outra escola técnica federal e foi matriculado no 2º ano, por isso, em 2015 ele concluiu o curso técnico integrado em Petróleo e Gás.

curso. O aluno dessa coorte que estava matriculado no 1º ano em 2016 ficou reprovado mais uma vez.

Observamos que o maior índice de reprovação foi registrado no 1º ano e depois a reprovação seguiu uma tendência de queda até o último ano, o que tem correspondência com os dados nacionais do ensino médio, que também apresentam um maior índice de retenção no 1º ano e queda das reprovações nos anos seguintes, indicando a prevalência de uma seletividade mais intensa no início do Ensino Médio, conforme verificamos no Capítulo 2. Em nossa pesquisa analisamos todos os alunos ingressantes em 2014 durante os três anos, independente se o aluno havia progredido ou não no curso, então, essa tendência de queda não parece ter relação com uma “pré-seleção” dos alunos no 1º ano. Acreditamos que a queda na reprovação está relacionada à adaptação dos alunos aos métodos e à vida acadêmica no IFF Cabo Frio, que poderiam ter contribuído para o desenvolvimento de estratégias de auto-organização para os estudos.

O argumento de que a retenção corrige a defasagem de conteúdo necessário ao enfrentamento das demandas das séries seguintes vem sendo desmontado por pesquisadores de diversos países e, mais recentemente, por pesquisadores brasileiros, como encontramos em Correa et al. (2015), Riani et al. (2012) Luz (2008) Crahay (2006) e Ribeiro (1991). Os estudos desses pesquisadores se debruçaram principalmente sobre os efeitos da repetência na proficiência dos alunos do ensino fundamental e, de modo geral, indicam que a reprovação não beneficia a trajetória acadêmica dos alunos e, mesmo quando se registra algum efeito positivo na proficiência do aluno repetente, este se mostra pequeno e se perde com o passar dos anos.

Buscando averiguar o efeito da retenção no desenvolvimento escolar dos alunos pesquisados, traçamos a trajetória daqueles que foram reprovados em algum momento do período pesquisado. No ano letivo de 2014 sete alunos foram reprovados. Dentre eles, cinco desistiram do curso durante o ano de 2015 e dois cursaram novamente o 1º ano, sendo que um foi aprovado e o outro foi reprovado. O aluno que foi reprovado desistiu do curso no ano letivo de 2016 e o aluno aprovado cursou o 2º ano em 2016, mas foi reprovado novamente, e encontrava-se matriculado no ano de 2017. Assim, dos sete alunos que foram reprovados em 2014, seis desistiram do curso e um, embora tenha sido reprovado novamente, manteve-se no curso durante os anos pesquisados.

Em 2015, cinco alunos ficaram reprovados, sendo que quatro deles haviam sido aprovados com dependência e um havia sido reprovado no ano anterior. Dos cinco alunos, três desistiram do curso durante o ano de 2016, um foi aprovado e um foi reprovado novamente, mas encontravam-se matriculados no ano de 2017. No ano letivo de 2016, três alunos foram reprovados, dentre eles um havia sido reprovado em 2014 e acumulava a segunda reprovação, outro havia sido reprovado em 2015 e ficado em dependência em 2014, acumulando uma retenção parcial e a segunda retenção total, e o outro havia ficado em dependência no ano anterior, acumulando uma retenção parcial e uma retenção total. Entretanto, os três alunos ainda se encontravam matriculados em 2017, sendo dois no 2º ano e um no 3º ano.

Crahay (2006), ao analisar diversas pesquisas sobre o tema, destaca os avanços nas metodologias utilizadas nas investigações empíricas no sentido de controlar os diversos vieses que podem interferir nos resultados. Suas análises sobre pesquisas internacionais de caráter comparativo apontam que tanto sob o aspecto dos testes de conhecimento quanto sob o aspecto de ajustamento social, na maioria das pesquisas, a reprovação não representa benefício algum para os alunos. Ou seja, a reprovação não significa melhoria da proficiência nem da integração social do aluno na escola. Visto isso, ao pesquisar a trajetória dos alunos, verificamos que entre os alunos que foram reprovados havia retenções parciais ou totais anteriores ou novas ocorrências de retenções em seguida, confirmando que a reprovação não representa melhoria na proficiência dos alunos. O efeito negativo da retenção sobre a integração do aluno na escola, conforme apontado por Crahay (2006) se confirma em nossa pesquisa, pois verificamos que parte significativa dos alunos que foram reprovados acabou desistindo do curso antes de sua conclusão. Pesquisas sobre a evasão escolar também apontam a reprovação e a consequente distorção idade/série como um fator associado ao abandono escolar. Torres et al. (2013) e Soares et al. (2015), em suas pesquisas, confirmam o que aponta a literatura sobre abandono escolar, indicando que o acúmulo de reprovação junto com outros fatores, como a distorção idade/série, a maternidade precoce e a baixa escolaridade dos pais, é um fator associado à evasão escolar. Para Díaz et al. (2012) quem abandona a escola revela, geralmente, um acúmulo de atraso escolar e quando o aluno se vê frequentando o

mesmo ano que colegas de menor idade não consegue se integrar e acaba desistindo da escola.

Em relação à desistência, o Quadro 17 apresentado a seguir mostra as três modalidades possível de interrupção do curso no IFF Cabo Frio. Como vimos na seção 4.1, o trancamento de matrícula é uma modalidade de interrupção do curso por um período determinado e sem que o aluno perca a matrícula, no entanto, no presente trabalho estamos considerando o trancamento de matrícula como uma modalidade de desistência do curso, pois, entre os alunos da pesquisa que se encontravam nessa modalidade, nenhum deles havia retornado ao curso dentro do período estipulado.

Quadro 17 - Desistência dos alunos de Petróleo e Gás ingressantes em 2014 durante os anos letivos de 2014, 2015 e 2016 por modalidade de desistência.								
Modalidade de desistência	2014		2015		2016		Total Geral	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Trancamento de Matrícula	0	0,0	0	0,0	1	20,0	1	7,0
Cancelamento de Matrícula	2	66,7	4	66,7	0	0,0	6	43,0
Evasão	1	33,3	2	33,3	4	80,0	7	50,0
Total por ano	3	100,0	6	100,0	5	100,0	14	100,0

Fonte: Registro Acadêmico do IFF Cabo Frio. Elaboração própria.

Verificamos que 14 alunos desistiram do curso no decorrer dos três anos investigado, o que corresponde a 18,9% de abandono. No ano de 2014 foram três desistências, sendo uma evasão e dois cancelamentos de matrícula. Em 2015 foram seis desistências, das quais quatro foram cancelamentos de matrícula e duas foram evasões. Em 2016 houve cinco desistências, sendo um trancamento de matrícula e quatro evasões. A metade dos desistentes evadiu o curso, seis cancelaram e um trancou a matrícula.

Conforme mencionado anteriormente, dentre os seis desistentes em 2015, cinco haviam sido reprovados no ano anterior e, em 2016, dentre os cinco desistentes, três haviam sido reprovados em 2015. Assim, dentre os desistentes, oito alunos haviam sido reprovados em anos anteriores. Dessa maneira, acreditamos que as reprovações podem ser consideradas fatores associados à desistência corroborando que os estudos sobre o tema já apontaram (Torres et al., 2013; Soares et. al., 2015; Díaz et al., 2012). Cabe assinalar, no entanto, que as reprovações não explicam as desistências em sua totalidade, especialmente, as que

ocorreram no decorrer do ano de 2014. Como vimos anteriormente, esse ano letivo teve início tardiamente, em 07 de abril, devido aos atrasos no calendário provocados pelas greves de servidores de 2011 e 2012 e, além disso, foi interrompido posteriormente por outra greve. O ano de 2015 foi ainda mais afetado pelos atrasos no calendário, pois o ano letivo teve início somente em 13 de abril, devido às três greves anteriores, e também foi interrompido por mais uma greve, levando o ano letivo de 2016 a começar apenas no dia 30 de maio daquele ano. Parece relevante assim considerar que esses atrasos e interrupções nos anos letivos também tiveram influência sobre as desistências ocorridas.

O Quadro 18 apresentado a seguir sintetiza a situação dos alunos do universo pesquisado em termos do Programa de Assistência Estudantil.

Quadro 18 - Participação dos alunos de Petróleo e Gás ingressantes em 2014 nas ações de Assistência Estudantil durante os anos letivos de 2014, 2015 e 2016.						
Tipo de Benefício	2014		2015		2016	
	74 matriculados		71 matriculados		64 matriculados	
	N	%	N	%	N	%
Bolsas e Auxílios sociais	0	0,0	9	12,6	22	34,3
Bolsas e Auxílios Acadêmico-formativo	0	0,0	17	23,9	15	23,4
Bolsas e Auxílios sociais + Bolsas e Auxílios Acadêmico-formativos	0	0,0	0	0,0	3	4,6
Total de alunos atendidos por ano	0	0,0	26	36,5	40	62,3

Fonte: Registros da Diretoria de Políticas Estudantis e Diretoria de Pesquisa e Extensão do IFF Cabo Frio. Elaboração própria.

Em relação à participação dos alunos em projetos com recebimento de bolsas e auxílios de assistência estudantil, conforme observamos no Quadro 18, nenhum aluno desse grupo foi contemplado em 2014, como mencionamos anteriormente. No ano letivo de 2015 foram contemplados 26 alunos, dos quais nove alunos receberam bolsas e auxílios sociais e 17 receberam bolsas de caráter acadêmico-formativo. Em 2016, os benefícios de assistência estudantil contemplaram 22 alunos com bolsas e auxílios sociais, 15 com bolsas de caráter acadêmico-formativo e três alunos que acumularam uma bolsa ou auxílio social e uma bolsa acadêmico-formativo.

Verificamos assim que entre 2014 e 2016 há um aumento no número de alunos desse grupo contemplados com bolsas e auxílios de assistência estudantil,

chegando a beneficiar 40 alunos (62,3% desse grupo). Trata-se de uma ampliação real do número de bolsas concedidas que, como o número de matriculados diminui, cresce ainda mais em termos relativos. Observamos que em 2015 e 2016 mais alunos receberam bolsas de caráter acadêmico-formativo, embora esse crescimento tenha sido mais expressivo em 2015. Acreditamos que o aumento de alunos contemplados com a assistência estudantil ao longo do tempo está relacionado não apenas ao aumento da oferta de bolsas e auxílios, mas também pelo fato dos alunos terem se apropriado melhor das informações sobre o processo de concessão de bolsas.

A fim de possibilitar a análise sobre o potencial de influência dos benefícios da Assistência Estudantil sobre a trajetória escolar dos alunos contemplados fizemos o cruzamento das informações sobre as bolsas e auxílios e o fluxo escolar dos alunos por curso, como mostra do Quadro 19 apresentado a seguir para o caso dos alunos de Petróleo e Gás durante o ano de 2015.

Quadro 19 - Fluxo Escolar dos alunos de Petróleo e Gás ingressantes em 2014 contemplados pela Assistência Estudantil durante o ano letivo de 2015 (71 matriculados).										
Tipo de benefício	Aprovado		Aprovado com Dependência		Reprovado		Desistentes		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Bolsas e Auxílios sociais	5	55,6	3	33,3	0	0,0	1	11,1	9	100,0
Bolsas e Auxílios Acadêmico-formativo	16	94,0	0	0	0	0,0	1	6,0	17	100,0
Bolsas e Auxílios sociais + Bolsas e Auxílios Acadêmico-formativo	0	0,0	0	0	0	0,0	0	0,0	0	100,0
Nenhuma bolsa ou auxílio	33	73,3	3	6,7	5	11,1	4	8,9	45	100,0

Fonte: Registros da Diretoria de Políticas Estudantis, da Diretoria de Pesquisa e Extensão e do Registro Acadêmico do IFF Cabo Frio. Elaboração própria.

Conforme verificamos no Quadro 19, dentre os nove alunos contemplados com bolsas e auxílios sociais durante o ano de 2015, cinco foram aprovados, três ficaram em dependência e um cancelou a matrícula. Entre os 17 que receberam bolsa de caráter acadêmico-formativo, 16 foram aprovados sem restrições e um cancelou a matrícula. Entre os alunos que não receberam nenhuma bolsa ou

auxílio, 73,3% foram aprovados sem restrições, três ficaram em dependência, cinco foram reprovados e quatro desistiram do curso. Entre os alunos que foram reprovados, nenhum havia recebido bolsas ou auxílios durante esse ano letivo.

Observamos também que os índices de aprovação foram maiores entre os alunos que receberam bolsas de caráter acadêmico-formativo, seguidos daqueles que receberam bolsas e auxílios sociais que, embora tenha registrado maior porcentagem de alunos com dependência, no somatório das aprovações obteve um índice maior do que entre os alunos que não receberam nenhum tipo de bolsa ou auxílio.

Repetimos então o mesmo exercício para o ano de 2016, como mostra o Quadro 20 a seguir.

Quadro 20 - Fluxo Escolar dos alunos de Petróleo e Gás ingressantes em 2014 contemplados pela Assistência Estudantil durante o ano letivo de 2016 (64 matriculados).										
Tipo de benefício	Aprovado		Aprovado com Dependência		Reprovado		Desistentes		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Bolsas e Auxílios sociais	17	77,5	1	4,5	2	9,0	2	9,0	22	100,0
Bolsas e Auxílios Acadêmico-formativo	14	93,3	0	0	1	6,7	0	0,0	15	100,0
Bolsas e Auxílios sociais + Bolsas e Auxílios Acadêmico-formativo	2	66,7	1	33,3	0	0,0	0	0,0	3	100,0
Nenhuma bolsa ou auxílio	21	87,5	0	0	0	0,0	3	12,5	24	100,0

Fonte: Registros da Diretoria de Políticas Estudantis, da Diretoria de Pesquisa e Extensão e dos Registros acadêmicos do IFF Cabo Frio. Elaboração própria.

Observamos no Quadro 20 que dentre os 22 contemplados com bolsas ou auxílios sociais, 17 foram aprovados, um ficou em dependência, dois ficaram reprovados e dois desistiram do curso (uma evasão e um trancamento de matrícula). Entre os 15 alunos que receberam bolsas de caráter acadêmico-formativo, 14 foram aprovados sem restrições e um aluno foi reprovado. Os três alunos que receberam uma bolsa ou auxílio social e uma bolsa acadêmico-formativo foram aprovados, sendo que um ficou em dependência.

Assim como ocorreu no ano anterior, é possível perceber que o índice de aprovação foi maior entre os alunos que receberam bolsas de caráter acadêmico-formativo. Em seguida, a porcentagem de aprovação foi maior entre os alunos que acumularam benefícios dos dois tipos e entre os alunos que não receberam nenhum tipo de bolsa. Entre os alunos que receberam bolsas e auxílio sociais o índice de aprovação foi alto, mas houve registro de um aluno em dependência, dois alunos reprovados e dois desistentes.

Tendo em vista os critérios para concessão das bolsas e auxílios sociais²⁰, os alunos contemplados com estas formas de assistência apresentam situação socioeconômica menos favorável, o que corresponde ao perfil de aluno desfavorável (Torres et al., 2013; Soares et al., 2015; Neri, 2009) e, por isso, esperaríamos que esse grupo apresentasse maior dificuldade de desempenho escolar e poderiam ser desistentes ou evadidos em potencial. No entanto, como os Quadros 19 e 20 indicam, seus índices de aprovação e permanência foram mais altos (2015) ou muito próximos (2016) dos do grupo de alunos que não receberam bolsas.

Os bons índices de aprovação e permanência da maioria dos alunos que receberam bolsas de caráter acadêmico-formativo era esperado, pois esses alunos são selecionados para estas bolsas com base no seu bom desempenho acadêmico e nas suas habilidades em cada área, ou seja, é um grupo já selecionado por critérios acadêmicos. Por outro lado, seu maior envolvimento com atividades acadêmico-formativas – em função da concessão desse tipo de bolsa - tende a contribuir com o seu desempenho escolar.

Nos anos de 2015 e 2016 foram concedidas 34 bolsas ou auxílios sociais e 35 de caráter acadêmico-formativo aos alunos desse grupo. Entre os 26 alunos contemplados em 2015, 24 foram aprovados e dois desistiram do curso e, dentre os 40 beneficiados em 2016, 35 foram aprovados, três foram reprovados e dois desistiram do curso. O bom índice de permanência entre os bolsistas confirma o que Neri (2009) aponta em seu trabalho quando indica a necessidade de aumentar o número de bolsas para estudantes e de financiamento estudantil, propiciando que os alunos não se sintam atraídos a entrar no mercado de trabalho precocemente para obter renda, desistindo da escola.

²⁰ Os indicadores utilizados no estudo socioeconômico para concessão de bolsas e auxílios são renda familiar, origem escolar na rede pública e menor grau de instrução dos pais, entre outros.

4.2.2

Alunos de Petróleo e Gás: motivos de escolha do curso e expectativas de futuro

A motivação dos alunos ao escolher a instituição de ensino e o curso em que irão estudar, assim como, as suas expectativas de futuro podem influenciar significativamente a permanência ou o abandono escolar. Conforme encontramos na pesquisa de Torres et al. (2013), muitos jovens não veem sentido ou serventia nos conteúdos ensinados ou na formação média para a sua vida, o que desmotiva a continuidade dos estudos. Por outro lado, a percepção de que o diploma pode ser útil no mercado de trabalho ou uma etapa a ultrapassar em direção aos estudos em nível superior contribui para que os jovens continuem na escola. Os autores apontam também que os jovens que possuem expectativas de fazer curso técnico numa perspectiva de completar a formação ou continuar os estudos em nível superior tem menores chances de abandonar os estudos.

Conforme Neri (2009), as percepções e motivações dos jovens em relação à escola tem relação com as maiores ou menores chances de evasão escolar. Assim, os jovens que projetam maiores expectativas de retorno financeiro e social em longo prazo por meio dos estudos em níveis mais avançados apresentam menores chances de abandonar a escola. Aqueles que expressam baixas expectativas ou que não têm perspectivas de retorno com o aumento da escolaridade possuem mais chances de evadirem do curso. Em ambos os casos, as expectativas também das famílias – via de regra lastreadas por sua condição socioeconômica e cultural – reforçam ou sustentam o desenvolvimento destas expectativas.

A fim de compreender o que motivou os alunos a buscarem o curso técnico integrado em Petróleo e Gás do IFF Cabo Frio, suas expectativas iniciais quanto à instituição e ao curso, o questionário e as entrevistas realizadas abordaram estas questões. Buscamos também identificar as expectativas quanto ao futuro profissional e/ou acadêmico e as relações que tais motivações e expectativas têm com sua permanência ou evasão.

Os questionários foram aplicados entre janeiro e maio de 2017, quando ocorria o final do ano letivo de 2016. Embora 64 alunos estivessem oficialmente matriculados no ano letivo de 2016, aqueles que desistiram do curso durante o ano

não estavam frequentando no momento de aplicação. Ainda assim, obtivemos a resposta de 49 alunos, o que representa 76,5% dos alunos de Petróleo e Gás matriculados naquele momento. Além desses, pudemos entrevistar três alunos: Luís²¹, que concluiu o curso em 2016, Miguel, que foi reprovado no 2º ano em 2015, mas continuava matriculado no curso, e Pedro, que desistiu do curso em 2015 quando estava no 2º ano.

Os motivos que mais contribuíram para que o aluno escolhesse estudar no IFF Cabo Frio foram abordados na primeira questão²² do questionário. Entre os motivos que contribuíram muito para a escolha da instituição, 46 alunos (94%) apontaram o fato de considerar a instituição como a melhor opção entre as escolas públicas, 45 (92%) indicaram ser uma escola de boa qualidade e 43 (88%) por oferecer um bom ensino médio. Para 25 alunos (51%), a oferta de ensino técnico/profissional contribuiu muito e, para 21 (43%), contribuiu razoavelmente, 20 (41%) apontaram que a oferta de pesquisa, extensão e outras oportunidades contribuiu muito e 12 (24,5%) indicaram que contribuiu razoavelmente. A vontade dos pais ou responsáveis contribuiu pouco ou não contribuiu para 33 (67%) deles. Dois alunos registraram (na opção “*Outros*”) que o IFF Cabo Frio era a melhor opção entre as escolas públicas e particulares e que o fato de sua irmã estudar na instituição o motivou a estudar lá.

Os motivos que mais contribuíram para a escolha do curso estavam na segunda questão²³. Para 20 alunos (41%), a falta de outras opções de curso contribuiu muito e para 15 (31%) contribuiu razoavelmente para que escolhessem

²¹ Nome fictício. Todos os alunos entrevistados serão identificados nesse trabalho com nomes fictícios a fim de preservar a sua identidade.

²² A primeira questão pedia que o aluno indicasse os motivos que mais contribuíram para que escolhesse estudar no IFF Cabo Frio e oferecia as seguintes opções: i) ser uma escola de boa qualidade, ii) oferecer formação técnica/profissional, iii) oferecer bom ensino médio, iv) oferecer pesquisa, extensão e outras oportunidades, v) melhor opção entre as escolas públicas, vi) vontade dos pais ou responsáveis. Além disso, o aluno poderia indicar a opção *outros* e escrever seus motivos. Para cada uma destas opções, o aluno deveria marcar um X em uma das expressões *Contribuiu Muito*, *Contribuiu Razoavelmente*, *Contribuiu Pouco* ou *Não Contribuiu*, de acordo com o que mais se adequasse ao seu caso. (Ver questionário no Anexo I)

²³ A segunda questão pedia que o aluno indicasse os motivos que mais contribuíram para a escolha do curso e oferecia as seguintes opções: i) área de interesse, ii) vocação, iii) possibilidade de um bom emprego, iv) mercado de trabalho em expansão, v) falta de outras opções, vi) vontade dos pais ou responsáveis, e a opção *outros*, na qual o aluno podia escrever seus motivos. Assim como na questão anterior, para cada opção apresentada o aluno deveria marcar um X em uma das expressões *Contribuiu Muito*, *Contribuiu Razoavelmente*, *Contribuiu Pouco* ou *Não Contribuiu*, naquela que mais se adequasse ao seu caso. (Ver questionário no Anexo I)

esse curso, ou seja, não havendo opções que lhes agradassem mais, escolheram o curso de Petróleo e Gás. Para 19 (39%) dos alunos a possibilidade de um bom emprego contribuiu muito para essa escolha e para 16 (33%) contribuiu razoavelmente. O mercado de trabalho em expansão e o fato do curso ser na sua área de interesse contribuíram razoavelmente para, respectivamente, 22 (45%) e 17 (35%) alunos. É importante ressaltar que em 2014, quando os alunos ingressaram, o setor de petróleo caminhava bem no Brasil com as expectativas de ser ainda mais impulsionado com a exploração do Pré-sal. Além disso, o IFF Cabo Frio encontra-se numa região próxima à cidade de Macaé, onde a Petrobras atua, e próximo à Itaboraí, onde se construía em 2014 o COMPERJ (Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro). Cabe ressaltar que as repostas aos questionários indicaram que a motivação da escolha do curso havia sido dos próprios alunos, uma vez que 38 (78%) deles indicaram que a vontade dos pais ou responsáveis não contribuiu ou contribuiu pouco para essa escolha. A vocação na área também contribuiu pouco ou não contribuiu para 38 alunos (78%). Além disso, um dos alunos marcou a opção *outros* e registrou que ter mais aulas na área de química foi o que mais o motivou a escolher esse curso.

Observamos que a escolha da instituição foi motivada, principalmente, pelo fato de os alunos a considerarem a melhor opção entre as escolas disponíveis na região, oferecer boa qualidade de ensino e ofertar um bom ensino médio. Apesar de se tratar de uma instituição de educação profissional, a oferta de ensino técnico aparece como um motivo menos relevante. Essa situação se confirma pelo fato de que muitos escolheram o curso por não terem outras opções mais atrativas e apenas 22,4% apontaram que teriam escolhido o curso por ser da área de seu interesse.

Os alunos entrevistados também relataram que escolheram estudar no IFF Cabo Frio por considerarem-no uma escola de boa qualidade e por oferecer um bom ensino médio. Os três alunos entrevistados desse curso souberam do IFF Cabo Frio por meio de parentes ou conhecidos, que falavam das vantagens da instituição e da qualidade do ensino. O aluno Luis relata: “Eu vim parar aqui no IFF por meio de um primo meu, que estudava aqui, e ele sempre falava que era uma escola muito boa e tal” (Luís, aluno concluinte de Petróleo e Gás).

Assim como o caso de Pedro:

(...) todos os professores que eu conhecia, que trabalhavam aqui e falavam muito bem daqui... não só do IFFluminense, mas também de todos os outros IFs que tem... e também porque... pelo vestibular, né? Que eu queria fazer um bom vestibular e estudar aqui porque o ensino era melhor, então, fiz a prova e vim para cá. Acho que o principal, que atrai, que eu vejo atraindo, é o ensino público de qualidade (Pedro, aluno desistente de Petróleo e Gás).

Pedro, por outro lado, relata que escolheu estudar no IFF Cabo Frio também devido à metodologia:

O principal a me influenciar foi a metodologia de ensino daqui, que eu acho excelente (...) A liberdade que você dá maior para os estudantes do ensino médio. E fazer um ensino não tão focado, necessariamente, em vestibular, mas em formar um aluno (...) acho importante um ensino médio que dá base para o aluno, se não quiser fazer o vestibular, faz qualquer outra coisa, consegue sair dali e... dá independência para escolher o que ele quer (Pedro, aluno desistente de Petróleo e Gás).

Nenhum dos entrevistados havia pensado em fazer um curso técnico durante o ensino médio, mas ingressaram em função também da existência desta oportunidade. Os alunos afirmam que escolheram o curso de Petróleo e Gás por ter alguma afinidade com as matérias da área de exatas ou por acreditar em melhores chances no mercado de trabalho.

(...) porque era uma coisa que estava em evidência no mercado, o mercado do petróleo. E era uma coisa que os professores falavam com a gente, meu primo falava comigo, eu via isso na televisão, via na internet. Era uma coisa que tinha uma visão, então eu peguei isso e falei “vou aproveitar também o ensino técnico para depois usar mais à frente” (Luís, aluno concluinte de Petróleo e Gás).

Sendo sincero, o curso de petróleo e gás era completamente secundário, assim, fui fazer só porque eu me interessava mais pelas áreas que trabalhava de química e matemática (...) eu entrei meio sem expectativa, assim, para o curso, porque o principal para mim não era o curso, era o ensino médio, quando eu vim para cá (Pedro, aluno desistente de Petróleo e Gás).

As expectativas de futuro acadêmico e/ou profissional foram abordadas pela última questão²⁴ do questionário. Os alunos mostraram a concordância com as afirmativas apresentadas no questionário ao optarem pelas expressões *concordo totalmente* e *concordo*. A possibilidade de continuarem os estudos em nível superior, mas em área diferente do curso técnico que estavam fazendo, foi a opção que obteve maior concordância entre os alunos, sendo indicada por 42 (86%) deles. A possibilidade de fazerem concurso público foi apontada por 41 alunos (84%) e a possibilidade de entrar para o mercado de trabalho em área diferente do curso técnico obteve a concordância total de 32 alunos (65%).

Os alunos apontaram a sua discordância com as possibilidades de futuro ao optarem pelas expressões *discordo* e *discordo totalmente* disponíveis para cada afirmativa do questionário. 47 alunos (96%) discordaram da possibilidade de interromper os estudos definitivamente e 43 (88%) discordaram da possibilidade de interromper os estudos temporariamente. Houve 32 alunos (65%) que discordaram da possibilidade de continuar os estudos no nível superior na mesma área do curso técnico e 31 (63%) tampouco desejavam fazer outro curso técnico. Boa parte dos alunos também discordou da possibilidade de entrar para o mercado de trabalho na mesma área do curso técnico (27 alunos ou 55%) e de fazer cursos de capacitação de curta duração (26 alunos ou 52%).

Ainda assim, se considerarmos que 38 alunos (78%) julgavam não terem vocação para a área do curso quando o escolheram, é interessante observar que 21 (43%) admitem trabalhar na área do curso técnico e 17 (35%) admitem a possibilidade de continuar os estudos na mesma área do curso técnico, o que parece apontar que a oferta desta possibilidade pode ter alterado motivações e expectativas iniciais.

²⁴ A última questão do questionário pedia que o aluno registrasse seu grau de concordância com as possibilidades e expectativas para o seu futuro, conforme as seguintes opções: i) continuar estudando na mesma área, mas em curso de nível superior, ii) continuar estudando em curso de nível superior, mas em outra área, iii) entrar para o mercado de trabalho na mesma área do curso técnico, iv) entrar para o mercado de trabalho em outra área, v) fazer cursos de capacitação de curta duração, vi) fazer outro curso técnico, viii) fazer concurso público, xix) parar de estudar temporariamente, e x) não vou estudar nunca mais. Ao final, o aluno poderia marcar a opção *outros* e registrar o que esperava para o seu futuro. Para cada opção o aluno deveria marcar um X em uma das expressões *Concordo Totalmente*, *Concordo*, *Discordo* e *Discordo Totalmente*, conforme o que mais se adequasse às suas possibilidades. (Ver o questionário no Anexo I)

Como indicam Torres et al. (2013), muitos alunos possuem uma visão mais utilitária do diploma, por isso acreditamos que a possibilidade de trabalhar na área do curso está mais ligada ao desejo de obter renda e poder ingressar ou se manter no ensino superior do que em seguir carreira como técnico. No que se refere a continuar os estudos na mesma área, mas em nível superior, as respostas indicam que muitos deles se referem a áreas afins ou que estejam relacionadas aos campos das ciências exatas ou da natureza, como em cursos de engenharia e química. Nesse sentido, os alunos da presente pesquisa se aproximam daqueles pesquisados por Prado (2017), mostrando expectativas de futuro semelhantes no que se refere à continuidade dos estudos em nível superior e na utilização do diploma de técnico de forma mais utilitária do que como uma perspectiva de seguir carreira.

Segundo os alunos entrevistados a continuidade dos estudos em nível superior é a perspectiva de todos eles, mesmo que em áreas diferentes do curso técnico integrado em que haviam se matriculado. Luís, entrevistado que concluiu o curso técnico integrado em 2016 reingressou no IFF Cabo Frio para fazer o curso técnico em Química e pretende seguir nessa área, em nível superior, por meio da Licenciatura em Química, também no IFF Cabo Frio. Sobre isso, Luís relatou:

Eu quero ser professor (...) eu sou uma pessoa muito comunicativa, eu gosto muito de lidar com essa parte humana (...) eu quero trabalhar com gente, para eu dar aula, ensinar uma coisa para alguém. Cara, isso é muito legal! (Luís, aluno concluinte de Petróleo e Gás).

O aluno Miguel, que foi retido, mas continuava matriculado em 2017 e pretendia ingressar no curso superior de Odontologia, no entanto, admite fazer o curso técnico em Eletromecânica no IFF Cabo Frio, enquanto faz curso pré-vestibular, até conseguir ingressar na universidade pretendida. Ele afirma:

Quando eu terminar o curso, pretendo fazer um pré-vestibular e fiz a prova do IFF de novo, eletromecânica, para não parar de estudar, entendeu? Continuar e tentar o Enem (Miguel, aluno matriculado em Petróleo e Gás).

Pedro, aluno que desistiu do curso de Petróleo e Gás, voltou a estudar na escola privada que frequentava antes, concluiu o ensino médio regular e estava cursando Licenciatura em Filosofia. Sobre suas escolhas após concluir o ensino médio, conta:

Eu fiquei entre direito, ciências econômicas e filosofia. Filosofia era o que eu queria fazer. Eu pensei em história também, mas filosofia era o que eu queria fazer (Pedro, aluno desistente de Petróleo e Gás).

As entrevistas, nesse sentido ilustraram e corroboraram em boa medida as respostas dos questionários sobre as escolhas relativas ao ingresso e permanência nesse curso técnico no IFF Cabo Frio. Vimos que os alunos, em sua maioria, pretendem continuar estudando em nível superior e possuem altas expectativas com o futuro profissional. Veremos a seguir as trajetórias dos alunos do curso de Hospedagem e o seu comportamento em relação às questões aqui abordadas.

4.2.3 Os estudantes de Hospedagem

O curso Técnico Integrado em Hospedagem do IFF Cabo Frio está vinculado ao Eixo de Turismo, Hospitalidade e Lazer e “visa preparar profissionais para dar o suporte necessário ao desenvolvimento e qualificação do ramo de hospedagem, nos mais variados segmentos e setores, colaborando para o desenvolvimento social, respeitando, preservando e valorizando as características culturais, históricas e ambientais locais e regionais”. O curso possui carga horária total de 3266 horas, distribuídas em três anos de duração, sendo ofertado no turno diurno (IFFLUMINENSE, 2013b).

No processo seletivo de 2014, as 70 vagas ofertadas foram disputadas por 332 candidatos, o que representa 4,7 candidatos por vaga, uma concorrência inferior à do curso de Petróleo e Gás. Nesse curso também foram convocados 5% a mais de alunos, totalizando 74 ingressantes, dos quais 51,4% entraram pela Ampla Concorrência²⁵. Pelas Cotas 1 e 2, destinadas a alunos de escolas públicas com renda familiar per capita de até 1,5 salários mínimos, ingressaram 21 alunos (28,4%). Já nas Cotas 3 e 4, destinadas a alunos de escolas públicas cuja renda per capita seja superior a 1,5 salários mínimos, foram 15 ingressantes (20,3%). Somando os dois tipos de cotas raciais (Cotas 1 e 3), destinadas a autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, houve o ingresso de 24 alunos (32,4%). Nesse curso,

²⁵ Um aluno ingressou por transferência e foi contabilizado na Ampla Concorrência, por isso, totaliza mais de 50% de ingresso nessa modalidade.

houve maior número de ingressantes por cotas com critérios de renda e raciais que no curso de Petróleo e Gás.

O aluno com menor pontuação na prova, que ingressou nesse curso, obteve 12 pontos, que representa a pontuação mínima para ser aprovado, e ingressou pela Cota 1. Para ingressar pela Ampla Concorrência, foi necessário obter, ao menos, 20 pontos na prova. Verificamos, portanto, que a menor concorrência pelas vagas desse curso também se traduziu na necessidade de menos pontos na prova para ingressar, ou seja, houve menor seletividade dos alunos em relação ao outro curso analisado.

Nesse curso, houve maior ingresso de alunos do sexo feminino (46 ou 62%) do que de alunos do sexo masculino (28 ou 38%), inversamente ao ocorrido no curso de Petróleo e Gás. Em relação à cor ou raça, 51,4% se declarou branca, 34% parda, 12% negra e dois alunos se declararam de outras etnias (amarela e indígena). Nesse curso houve maior ingresso de alunos que se autodeclararam negros e de outras etnias. O local de residência da grande maioria, 47 alunos (63,5%), é a cidade de Cabo Frio, 16 alunos (21,6%) moram em Armação dos Búzios, 8 (10,8%) em São Pedro da Aldeia, um aluno é de Arraial do Cabo e um reside em Rio das Ostras. Sendo assim, com exceção de dois alunos, todos os outros residem nas três cidades mais próximas do IFF Cabo Frio.

Mais de 70% dos alunos possui renda familiar per capita de até 1,5 salários mínimos mensais, realidade semelhante à dos alunos do outro curso analisado. Nesse grupo, a maior parte das famílias (28 ou 37,8%) possui renda de até 0,5 salários mínimos, em 16 (21,6%) famílias a renda fica entre 0,5 e 1,0 salário mínimo, as famílias de 8 (10,8%) dos alunos possuem renda entre 1,0 e 1,5 salários mínimos, 13 (17,7%) famílias possui renda superior a 1,5 salários mínimos e 9 (12,2%) não informou a renda.

Em 47,3% dos casos, os pais são casados ou vivem em união estável, 21,6% são separados ou divorciados e 17,6% são solteiros²⁶. No que se refere ao grau de instrução, 46% das mães e 35% dos pais possuem o ensino médio completo. Possuem nível superior 20,3% das mães e 17,6% dos pais. Outros 28,4% das mães e 35% dos pais possuem grau de instrução inferior ao nível médio. Observamos que os pais possuem menor escolaridade que as mães dos alunos, como também

²⁶ Há um caso em que o genitor respondeu a opção *Outro* e nove que não preencheram essa informação no momento da matrícula.

ocorre entre os genitores dos alunos do curso de Petróleo e Gás. Cabe observar que os pais dos alunos de Hospedagem possuem maior grau de instrução que os pais dos alunos de Petróleo e Gás, por outro lado, as mães dos alunos de Petróleo e Gás possuem maior grau de instrução que as mães dos alunos de Hospedagem.

Aproximadamente 72% dos alunos eram oriundos da rede pública de educação e 27% oriundos da rede privada²⁷. Observamos que nesse curso há mais alunos oriundos da rede pública de ensino que no caso dos alunos do outro curso. A grande maioria dos estudantes de Hospedagem (77%) concluiu o ensino fundamental no ano de 2013 e ingressou no IFF Cabo Frio em 2014, 12 alunos concluíram em 2012 e um aluno concluiu em 2011. No conjunto dos alunos desse curso, 86% tinham até 15 anos quando ingressaram, 11% tinham 16 anos e apenas dois alunos possuíam 17 e 18 anos ao ingressarem, situação similar ao verificado em Petróleo e Gás. Tendo em vista que 17,6% haviam concluído o curso em 2011 ou 2012, acreditamos que a maioria dos alunos que possuía idade igual ou maior que 16 anos ao ingressar no IFF Cabo Frio já haviam iniciado o ensino médio regular e optou por cursar novamente o 1º ano para ingressar no curso técnico integrado. Dessa forma consideramos que a distorção idade-série é praticamente inexistente nesse grupo, assim como não foi observado no curso de Petróleo e Gás.

Em relação à trajetória acadêmica dos alunos, apresentamos no Quadro 21, a seguir, as informações sobre o fluxo escolar das turmas pesquisadas nos anos letivos de 2014, 2015 e 2016, consolidadas no registro acadêmico dos alunos a partir da sua situação acadêmica final em cada ano letivo.

Quadro 21 - Trajetória escolar dos alunos de Hospedagem ingressantes em 2014 durante os anos letivos de 2014, 2015 e 2016.						
Situação Acadêmica/Ano	2014		2015		2016	
	N	%	N	%	N	%
Aprovado	37	50,0	36	56,0	30	55,5
Aprovado com Dependência	10	13,5	9	14,0	3	5,5
Reprovado	17	23,0	9	14,0	11	20,3
Desistentes	10	13,5	10	15,6	10	14,8
Total de Alunos matriculados	74	100,0	64	86,5	54	73

Fonte: Registro Acadêmico do IFF Cabo Frio. Elaboração própria.

²⁷ Não foi possível identificar a origem escolar de um aluno.

Conforme verificamos no Quadro 21, ao final do ano letivo de 2014, a situação acadêmica dos alunos de Hospedagem foi a seguinte: 37 alunos foram aprovados, 10 ficaram em dependência em um ou dois componentes curriculares, 17 foram reprovados e 10 desistiram do curso.

O ano de 2015 iniciou com 64 alunos da turma de 2014 ainda matriculados no IFF, dos quais 47 estavam matriculados no 2º ano e 17 no 1º ano. Neste ano, 36 alunos foram aprovados, nove ficaram em dependência em um ou dois componentes curriculares, nove foram reprovados e 10 desistiram do curso. Em comparação ao ano anterior (2014), a aprovação foi um pouco maior, a reprovação diminuiu sensivelmente e foi registrado o mesmo número de alunos desistentes do ano anterior, sendo que, proporcionalmente, a desistência aumentou.

O ano letivo de 2016 contava com 54 alunos dessa coorte matriculados no IFF, sendo que 41 estavam no 3º ano, seis no 2º ano e sete alunos no 1º ano. Como observamos no Quadro 21, 30 alunos foram aprovados, três ficaram em dependência em um ou dois componentes curriculares, 11 alunos foram reprovados e 10 desistiram do curso no decorrer desse ano letivo. Entre os 11 alunos que foram reprovados, seis obtiveram a certificação do ensino médio pelo ENEM apesar de terem sido reprovados no curso do IFF. Em relação ao ano anterior (2015), o índice de alunos aprovados diminuiu sutilmente, o número de reprovados voltou a aumentar, influenciado pelos seis alunos que obtiveram a certificação pelo ENEM e não concluíram o curso técnico, e o número de alunos desistentes foi igual ao do ano anterior, mas proporcionalmente teve uma leve queda.

Entre os 41 alunos que estavam no 3º ano em 2016, um total de 29 alunos concluíram o curso no tempo regular de três anos, representando 39% dos alunos de Hospedagem que ingressaram em 2014. Seis alunos que foram reprovados e obtiveram a certificação do ensino médio pelo ENEM. Dois alunos ficaram em dependência no 3º ano, dois foram reprovados e encontravam-se matriculados no 3º ano do IFF em 2017, e dois evadiram o curso. Dos seis alunos desse grupo matriculados no 2º ano, um foi aprovado e encontrava-se matriculado no 3º ano em 2017, dois foram reprovados e estavam matriculados no 2º ano novamente, e três desistiram do curso. Entre os sete que estavam matriculados no 1º ano, um foi

aprovado e estava matriculado no 2º ano em 2017, um foi reprovado e encontrava-se matriculado no 1º ano, e cinco desistiram do curso.

Observamos que no curso de Hospedagem, nos três anos analisados, os índices de aprovação foram inferiores aos registrados no curso de Petróleo e Gás, enquanto os índices de reprovação e de desistência foram superiores aos do outro curso. O número de concluintes no tempo regular de três anos foi muito menor em Hospedagem (29 alunos) do que em Petróleo e Gás (53 alunos) e a desistência foi mais que o dobro no primeiro curso (30 alunos) em relação ao segundo (14 alunos).

Como vimos anteriormente, as pesquisas apontam que a reprovação tem efeitos negativos na trajetória dos alunos, tanto no que se refere ao seu desenvolvimento acadêmico quanto à sua permanência na escola. Conforme Ribeiro (1991) e Correa et al. (2015), os altos níveis de retenção estão entre os mais graves e crônicos problemas educacionais do país e têm como principais consequências as altas taxas de distorção idade/série e de evasão escolar. Constatando os altos índices de reprovação e a naturalização desse fenômeno no ambiente educacional, Ribeiro (1991) chega a questionar a existência de uma pedagogia da repetência e a sua pesquisa mostra que a repetência tende a gerar novas reprovações.

Assim como fizemos em relação aos alunos de Petróleo e Gás, tentaremos averiguar também o efeito da retenção na trajetória dos alunos de Hospedagem que foram reprovados, ressaltando que, nesse curso, a retenção foi muito mais abrangente. No ano letivo de 2014, 17 alunos foram reprovados. Dentre eles, seis desistiram do curso e 11 cursaram novamente o 1º ano em 2015. Entre os 11 que se mantiveram matriculados em 2015, sete foram reprovados novamente e quatro foram aprovados com dependência em um ou dois componentes curriculares. No ano de 2015, nove alunos foram reprovados e, dentre eles, se encontravam os sete que já haviam sido reprovados em 2014. Dentre esses nove alunos, sete desistiram do curso no ano seguinte, um foi novamente reprovado e o outro ficou em dependência e encontravam-se matriculados no ano letivo de 2017, sendo que um estava no 1º ano e o outro no 2º ano. No ano letivo de 2016, foram 11 alunos reprovados, sendo que seis estavam matriculados no 3º ano e concluíram o ensino médio pelo ENEM. Os outros cinco alunos continuaram matriculados em 2017, sendo um no 1º ano, dois no 2º ano e dois no 3º ano do curso.

Uma parte significativa dos alunos pesquisados que foram reprovados havia tido alguma retenção anterior ou voltaram a reprovar em anos seguintes. Entre os 10 alunos que desistiram em 2015, seis haviam sido reprovados no ano anterior e dois ficaram em dependência referente ao ano de 2014 e, entre os 10 que desistiram em 2016, sete haviam sido reprovados em 2015 e um estava em dependência referente ao ano anterior, e seis deles também tinham sido reprovados em 2014. Esses resultados corroboram com as pesquisas que apontam que a reprovação não contribui com o desempenho acadêmico dos alunos. Luz (2008), ao investigar o impacto da repetência sobre a proficiência escolar do repetente, aponta que esses alunos obtêm ganhos na proficiência inferiores aos dos alunos em condições semelhantes e que foram promovidos, sendo que, ao final do ano repetido, o desempenho deles é parecido com os alunos que cursaram aquela série pela primeira vez.

Na sua pesquisa sobre os efeitos da repetência sobre o desempenho de estudantes dos anos iniciais do ensino fundamental, os estudos de Correa et al. (2015) buscaram investigar se, mesmo ao custo de um ano extra de escolarização, os alunos repetentes apresentavam ganhos reais de proficiência que justificassem a utilização dessa medida. Os resultados da pesquisa mostraram que, mesmo quando os repetentes obtêm resultados satisfatórios nos anos seguintes à reprovação, essa situação não subsiste a uma observação longitudinal, e concluem que reter o aluno numa mesma série não acrescenta benefícios ao aluno comparado aos seus pares que foram promovidos (Correa et al., 2015). Tendo em vista os resultados da nossa pesquisa, podemos considerar que no ensino médio integrado a reprovação também tende a exercer um efeito negativo na trajetória escolar dos alunos.

Quadro 22 - Desistência dos alunos de Hospedagem ingressantes em 2014 durante os anos letivos de 2014, 2015 e 2016 por tipo de desistência.								
Modalidade de desistência	2014		2015		2016		Total Geral	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Trancamento de Matrícula	0	0,0	2	20,0	1	10,0	3	10,0
Cancelamento de Matrícula	8	80,0	2	20,0	2	20,0	12	40,0
Evasão	2	20,0	6	60,0	7	70,0	15	50,0
Total por ano	10	100,0	10	100,0	10	100,0	30	100,0

Fonte: Registro Acadêmico do IFF Cabo Frio. Elaboração própria.

Verificamos no Quadro 22 que 30 alunos do curso de Hospedagem desistiram do curso no decorrer dos três anos investigados, o que corresponde a 40,5% de abandono. No ano de 2014 foram 10 desistências, sendo duas evasões e oito cancelamentos de matrícula. Em 2015 foram mais 10 desistências, das quais duas foram cancelamentos de matrícula, duas foram trancamentos de matrícula e seis foram evasões. Em 2016 houve novamente 10 desistências, sendo um trancamento de matrícula, dois cancelamentos de matrícula e sete evasões. Assim, a metade dos desistentes evadiu do curso de Hospedagem, doze cancelaram e três trancaram a matrícula.

Observamos que no ano de 2014 houve mais cancelamentos de matrícula do que evasões e nos anos seguintes as desistências ocorreram mais por evasão. Acreditamos que o maior número de cancelamentos de matrícula no ano de 2014 está relacionado ao atraso no início das aulas e à interrupção no ano letivo devido à greve, conforme mencionamos anteriormente. É possível, inclusive, que alguns cancelamentos possam ter ocorrido antes mesmo do início desse ano letivo, pois, com base em nossas observações do cotidiano na instituição, temos conhecimento de que muitos alunos frequentavam o ensino médio regular enquanto as aulas no IFF Cabo Frio não se iniciavam e alguns deles optaram em permanecer na escola em que se encontravam por já estarem adaptados e pelo receio de enfrentarem novas greves no IFF Cabo Frio.

Ao compararmos as desistências entre os dois cursos pesquisados, percebemos que o curso de Hospedagem registrou o dobro da desistência registrada no curso de Petróleo e Gás. Tentaremos identificar possíveis explicações para esse fato na análise sobre as trajetórias dos alunos, suas motivações de escolha do curso, suas expectativas de futuro e os fatores de permanência indicados por eles. Entretanto, acreditamos que esse fato está relacionado, em parte, à maior taxa de reprovação. Por sua vez, a taxa de reprovação nos cursos pode estar relacionada à seleção realizada pela prova de ingresso, em que a concorrência em Petróleo e Gás foi muito superior, ocasionando a exigência de maior nota na prova para a entrada no curso e, assim, uma maior seleção dos alunos já no início do curso.

Quadro 23 - Participação dos alunos de Hospedagem ingressantes em 2014 nas ações de Assistência Estudantil durante os anos letivos de 2014, 2015 e 2016.

Tipo de benefício	2014		2015		2016	
	74 matriculados		64 matriculados		54 matriculados	
	N	%	N	%	N	%
Bolsas e Auxílios sociais	0	0,0	8	12,5	15	27,7
Bolsas e Auxílios Acadêmico-formativo	0	0,0	5	7,8	7	13,0
Bolsas e Auxílios sociais + Bolsas e Auxílios Acadêmico-formativo	0	0,0	1	1,5	3	5,5
Total de alunos atendidos por ano	0	0,0	14	21,8	25	46,2

Fonte: Registros da Diretoria de Políticas Estudantis e Diretoria de Pesquisa e Extensão do IFF Cabo Frio. Elaboração própria.

Em relação à participação dos alunos em projetos com recebimento de bolsas e auxílios de assistência estudantil, conforme observamos no Quadro 23, nenhum aluno desse grupo foi contemplado em 2014, como já mencionado. No ano letivo de 2015 foram contemplados 14 alunos, dentre os quais oitocinco receberam bolsas e auxílios sociais, cinco receberam bolsas de caráter acadêmico-formativo e um recebeu uma bolsa ou auxílio social e uma bolsa acadêmico-formativa. Em 2016, os benefícios de assistência estudantil contemplaram a 25 alunos (46,2% desse grupo), sendo 15 alunos com bolsas e auxílios sociais, sete com bolsas de caráter acadêmico-formativo e três alunos que acumularam uma bolsa ou auxílio social e uma bolsa acadêmico-formativa.

Verificamos que entre 2014 e 2016 há um aumento no número de alunos desse grupo contemplados com bolsas e auxílios de assistência estudantil, chegando a beneficiar 46,2% do grupo. Em que pese termos constatado um aumento real no número de bolsas concedidas, a porcentagem de alunos atendidos com bolsas e auxílios aumentou ainda mais devido à diminuição do grupo. Tanto em 2015 quanto em 2016, os alunos desse curso receberam mais bolsas ou auxílios sociais do que bolsas de caráter acadêmico-formativo. Entretanto, somando os três alunos que receberam bolsas dos dois tipos em 2016, registramos um aumento, ainda que pequeno, na oferta de bolsas acadêmico-formativa. Como já assinalado na análise dos dados do outro curso, acreditamos que o aumento de alunos contemplados com a assistência estudantil ao longo do tempo, está relacionado, em parte, com o panorama da oferta de bolsas e auxílios e, em parte, pelos alunos terem se apropriado melhor das informações sobre o processo de concessão de bolsas. Ainda assim, os alunos de Hospedagem foram menos

contemplados com benefícios de assistência estudantil do que os alunos de Petróleo e Gás.

Quadro 24 - Fluxo Acadêmico dos alunos de Hospedagem ingressantes em 2014 contemplados pela Assistência Estudantil durante o ano letivo de 2015 (64 matriculados).										
Tipo de benefício	Aprovado		Aprovado com Dependência		Reprovado		Desistentes		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Bolsas e Auxílios sociais	6	75,0	2	25,0	0	0,0	0	0,0	8	100,0
Bolsas e Auxílios Acadêmico-formativo	4	80,0	0	0,0	0	0,0	1	20,0	5	100,0
Bolsas e Auxílios sociais + Bolsas e Auxílios Acadêmico-formativo	0	0,0	0	0,0	1	100,0	0	0,0	1	100,0
Nenhuma bolsa ou auxílio	26	52,0	7	14,0	8	16,0	9	18,0	50	100,0

Fonte: Registros da Diretoria de Políticas Estudantis, da Diretoria de Pesquisa e Extensão e do Registro Acadêmico do IFF Cabo Frio. Elaboração própria.

Conforme verificamos no Quadro 24, dentre os oito alunos contemplados com bolsas e auxílios sociais durante o ano de 2015, seis foram aprovados e dois ficaram em dependência. Entre os cinco que receberam bolsa de caráter acadêmico-formativo, quatro foram aprovados sem restrições e um evadiu o curso. Entre os alunos que não receberam nenhuma bolsa ou auxílio, 26 foram aprovados sem restrições, sete ficaram em dependência, oito foram reprovados e nove desistiram do curso. Entre os alunos que foram reprovados, um havia acumulado bolsas ou auxílios dos dois tipos. Observamos que os índices de aprovação foram maiores entre os alunos que receberam bolsas de caráter acadêmico-formativo, seguidos daqueles que receberam bolsas e auxílios sociais²⁸.

Quadro 25 - Fluxo Acadêmico dos alunos de Hospedagem ingressantes em 2014 contemplados pela Assistência Estudantil durante o ano letivo de 2015 (54 matriculados).

²⁸ Desconsiderando o fato do único aluno que acumulou o recebimento de bolsas e auxílios dos dois tipos ter reprovado.

Tipo de benefício	Aprovado		Aprovado com Dependência		Reprovado		Desistentes		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Bolsas e Auxílios sociais	8	53,3	1	6,7	5*	33,3	1	6,7	15	100,0
Bolsas e Auxílios Acadêmico-formativo	4	57,2	1	14,3	2*	28,5	0	0,0	7	100,0
Bolsas e Auxílios sociais + Bolsas e Auxílios Acadêmico-formativo	2	66,7	1	33,3	0	0,0	0	0,0	3	100,0
Nenhuma bolsa ou auxílio	16	55,2	0	0,0	4*	13,8	9	31,0	29	100,0

* *Dois desses alunos foram reprovados no curso, mas conseguiram a certificação do ensino médio pelo ENEM.*

Fonte: Registros da Diretoria de Políticas Estudantis, da Diretoria de Pesquisa e Extensão e dos Registros acadêmicos do IFF Cabo Frio. Elaboração própria.

Observamos no Quadro 25 que dentre os 15 contemplados com bolsas ou auxílios sociais, oito foram aprovados, um ficou em dependência, cinco ficaram reprovados e um desistiu do curso (trancou a matrícula). Entre os sete alunos que receberam bolsas de caráter acadêmico-formativo, quatro foram aprovados sem restrições, um aluno ficou em dependência e dois foram reprovados. Entre os três que receberam uma bolsa ou auxílio social e uma bolsa acadêmico-formativo, todos foram aprovados, sendo que um ficou em dependência.

É possível perceber que o índice de aprovação foi maior entre os alunos que receberam pelo ao menos uma bolsa de caráter acadêmico-formativo, assim como ocorreu no ano anterior. Em seguida, o melhor índice de aprovação foi entre os alunos que não receberam nenhum tipo de bolsa e, por fim, os alunos que receberam bolsas e auxílio sociais. Os seis alunos que foram certificados pelo ENEM e ficaram reprovados no curso contribuíram para que o índice de reprovação se mantivesse alto tanto entre os bolsistas quanto entre os que não receberam bolsas ou auxílios.

Vimos que, de forma geral, os alunos de Hospedagem apresentaram índices de fluxo acadêmico inferiores aos do curso de Petróleo e Gás, situação que se repetiu entre os alunos que receberam bolsas ou auxílios na comparação entre os cursos. Entretanto, os resultados alcançados pelos alunos que receberam bolsas sociais podem ser considerados positivos, pois ficaram no mesmo patamar ou, em

alguns casos, superaram os índices dos demais alunos. Por sua vez, o desempenho dos alunos que receberam bolsas de caráter acadêmico já era esperado, uma vez que a seleção dos alunos para a concessão desse tipo de bolsa é baseada em critério de desempenho acadêmico. Em que pese o fato de alguns bolsistas terem reprovado ou desistido do curso, acreditamos que outros fatores podem ter representado um peso maior na sua decisão do que os recursos disponibilizados pelas ações de assistência estudantil. Entre esses fatores, conforme destacamos anteriormente, acreditamos que estejam a carga horária de atividades de algumas das bolsas que pode acabar atrapalhando a dedicação para o estudo, a possível defasagem de conteúdo anterior ao IFF Cabo Frio e questões de ordem pessoal.

Nos anos de 2015 e 2016 foram concedidas 27 bolsas ou auxílios sociais e 16 de caráter acadêmico-formativo aos alunos desse grupo. Entre os 14 alunos contemplados em 2015, 10 foram aprovados, dois ficaram em dependência, um foi reprovado e um desistiu do curso. Dentre os 25 beneficiados em 2016, 14 foram aprovados, três ficaram em dependência, sete foram reprovados e um desistiu do curso. Observamos que, embora em menor medida que em Petróleo e Gás, a maior parte dos alunos de Hospedagem beneficiados pela assistência estudantil também obteve êxito acadêmico e permaneceu no curso.

4.2.4

Alunos de Hospedagem: motivos de escolha do curso e expectativas de futuro

Assim como analisamos as motivações iniciais em relação à instituição e ao curso, e as expectativas de futuro acadêmico e/ou profissional dos alunos de Petróleo e Gás, o faremos também em relação aos alunos de Hospedagem. Para isso recorreremos às respostas dos questionários e às entrevistas para compreender suas motivações e identificar suas expectativas como possíveis fatores que podem ter influenciado sua permanência na instituição.

No final do ano letivo de 2016, quando os questionários foram aplicados, havia 54 alunos oficialmente matriculados no curso, no entanto, houve desistência durante o ano, por isso, não havia esse número de alunos frequentando naquele momento. Ainda assim, conseguimos a resposta ao questionário de 37 alunos, o que corresponde a 68,5% dos que estavam então matriculados, uma

representatividade menor do que a alcançada entre os alunos de Petróleo e Gás. Além das respostas obtidas através dos questionários, realizamos entrevistas com cinco alunos, sendo duas alunas que concluíram o curso no tempo regular (Isabel e Priscila), dois alunos que haviam sido retidos, mas continuavam matriculados (Bianca, que foi reprovada no 1º ano em 2014 e no 2º ano em 2016, e Daniel, que foi reprovado no 1º ano em 2014 e em 2015) e um aluno que havia desistido do curso (Paulo, que foi reprovado no 1º ano em 2014 e em 2015 e desistiu do curso).

Entre os motivos que contribuíram muito para a escolha da instituição, 35 alunos apontaram o fato de a considerarem uma escola de boa qualidade, 32 por oferecer um bom ensino médio, 31 pelo fato de considerar a instituição como a melhor opção entre as escolas públicas. Para 18 alunos, a oferta de ensino técnico/profissional contribuiu muito e, para 11, contribuiu razoavelmente. A vontade dos pais ou responsáveis também contribuiu muito para 13 alunos e razoavelmente para 10. A oferta de pesquisa, extensão e outras oportunidades foi o que menos influenciou na escolha da instituição, sendo que contribuiu muito ou razoavelmente para 17 alunos, mas outros 17 indicaram que contribuiu pouco ou não contribuiu. Três alunos marcaram a opção *outros*, sendo que um registrou que a escolha ocorreu a partir de seu próprio interesse, um indicou que escolheu a instituição por esta apresentar um perfil mais liberal em comparação com outras escolas e o outro indicou a existência de grupos de pesquisa, extensão e debates como um motivo para a sua escolha.

Em relação aos motivos para a escolha do curso, a falta de outras opções parece ter contribuído significativamente para essa escolha, sendo que para mais da metade (19 alunos) contribuiu muito e para oito contribuiu razoavelmente. Por outro lado, 15 alunos apontaram que o mercado de trabalho em expansão contribuiu muito para a escolha e para 12 alunos que contribuiu razoavelmente, enquanto que a possibilidade de um bom emprego também contribuiu muito para 13 e razoavelmente para nove alunos. Tais respostas são consoantes com o fato do IFF Cabo Frio estar numa região turística do estado do Rio de Janeiro, com potencial de emprego de técnicos em hospedagem.

A influência dos pais ou responsáveis na escolha do curso parece ter sido pouco relevante para a maioria dos estudantes (29 alunos ou 78%). Apenas 14 alunos indicaram que seria sua área de interesse e nove indicaram ter escolhido o curso por considerar que correspondia a sua vocação. Todos os alunos de

Hospedagem entrevistados mencionam que escolheram o IFF Cabo Frio devido à qualidade do ensino. A aluna Priscila foi para o IFF Cabo Frio por meio de transferência de um IFET de outro estado, mas afirmou que também escolhera estudar em um IFET devido à qualidade do ensino, confirmando o principal motivo apontado pelos alunos que responderam ao questionário. Conforme relatou a aluna Priscila:

E foi mais o ensino, porque do ensino público, o federal é o que mais se destaca (...) E lá, no ensino fundamental, eles falavam muito “Passem para o IF”. Lá era CEFET. “Passem para o IF. Você vai estar estudando em uma rede federal, você vai conseguir melhor nota no Enem”, e tal. Então, eu fui para o IF mesmo por causa disso, por causa da qualidade do ensino (Priscila, aluna concluinte de Hospedagem)

Os entrevistados afirmam que também foram influenciados por outras pessoas para escolherem a instituição. Como vimos, Priscila foi influenciada pela escola em que fazia o 9º ano do ensino fundamental, Paulo disse ter escolhido o IFF por causa de alguns amigos que estavam indo estudar lá e Bianca escolheu por influência da mãe que fizera um curso no IFF Cabo Frio e, conhecendo a instituição, indicou para a filha. Assim como Isabel, que contou:

Na verdade, né, todo mundo sabe que eu fiz a prova mais por decisão da minha mãe. Ela pediu para eu fazer, eu fiz, eu não sabia nem que eu ia conseguir passar (Isabel, aluna concluinte de Hospedagem).

Entre os dois cursos ofertados, os entrevistados apontam que escolheram o de Hospedagem, principalmente, devido ao mercado de trabalho e, mesmo Isabel e Bianca que pretendem seguir para outra área, viam maior possibilidade de emprego nesse ramo. Essa visão mais utilitária parece se associar às afinidades pessoais, pois essas alunas também disseram que escolheram esse curso porque não se identificavam com a área de exatas e sentiam mais afinidade com o campo das relações humanas:

No caso hospedagem é uma rede muito mais ampla, se a gente parar para pensar, em qualquer lugar que a gente for tem trabalho. Não que Petróleo e Gás não tenha, porém é muito mais fácil achar hotéis. Por exemplo, a nossa cidade é uma cidade turística, então é muito mais fácil achar por aqui do que achar em outros lugares. (Isabel, aluna concluinte de Hospedagem).

Eu nunca fui muito da área de exatas, então isso influenciou também um pouco na minha escolha. E, por aqui na nossa região ter esse grande índice de turismo, eu

falei “ah, é uma área que vai me ajudar mais”. (Bianca, aluna matriculada em Hospedagem).

Embora os motivos que mais contribuíram para a escolha da instituição, apontados pelos alunos dos dois cursos, sejam basicamente os mesmos, a oferta de formação técnica foi um motivo considerado menos relevante para os alunos que se matricularam em Hospedagem do que para os alunos de Petróleo e Gás. Também observamos que os alunos de Hospedagem parecem ter sido mais influenciados pelos pais ou responsáveis para essa escolha do que os alunos do outro curso. Esse fato nos leva a ponderar se a maior autonomia que os alunos do curso de Petróleo e Gás tiveram na escolha do curso pode ter influenciado sua maior adesão e, conseqüentemente, menor desistência do entre os que ingressaram em Hospedagem. Não é possível confirmar essa hipótese com base apenas em nossos dados, mas acreditamos que pode ser mais uma pista para explicar a diferença nos índices de permanência dos alunos entre cursos.

A pesquisa realizada por Prado (2017), que investigou as trajetórias de alunos do IFET Maranhão (IFMA) campus Maracanã, apontou que a escolha dos alunos pela instituição de ensino também ocorreu pelo prestígio que a mesma possui na região em que se localiza e pela fama de oferecer ensino de boa qualidade. Essa escolha também sofreu grande influência das famílias, que incentivaram e investiram para que seus filhos ingressassem nessa instituição, deixando a escolha do curso para o segundo plano. Dessa maneira, os alunos escolheram o curso conforme suas afinidades e as possibilidades que visualizavam no mercado de trabalho, no entanto, de forma secundária, pois a motivação principal era pelo ensino médio de qualidade que obteriam no IF.

As expectativas de futuro acadêmico e/ou profissional foram abordadas pela última questão do questionário. Os alunos mostraram a concordância com as afirmativas apresentadas no questionário ao optarem pelas expressões *concordo totalmente* e *concordo*. A possibilidade de continuarem os estudos em nível superior, mas em área diferente do curso técnico que estavam fazendo foi a opção que obteve maior concordância entre os alunos, sendo indicada por 34 deles (92%). A possibilidade de fazerem concurso público foi apontada por 31 alunos (83,7%) e a possibilidade de entrar para o mercado de trabalho em área diferente do curso técnico obteve a concordância de 30 alunos (81%). Os alunos ainda apontam a concordância com a possibilidade de fazerem curso de curta duração

(24 alunos - 65%), fazer outro curso técnico (20 alunos - 54%) e entrar para o mercado na mesma área do curso técnico (19 alunos - 51%).

Os alunos apontaram a sua discordância com as possibilidades de futuro ao optarem pelas expressões *discordo* e *discordo totalmente* disponíveis para cada afirmativa do questionário. A possibilidade de interromper os estudos definitivamente obteve a discordância total de 33 alunos (89%) e a discordância de quatro (11%), totalizando 100% dos respondentes. Interromper os estudos temporariamente obteve a discordância de 31 alunos (83,7%). Continuar estudando na mesma área, mas em nível superior obteve a discordância de 28 alunos (75,7%).

Todos os alunos entrevistados disseram que desejam continuar os estudos em nível superior, mas em área diferente do curso técnico. Apenas Isabel, que concluiu o curso e está trabalhando como recepcionista em uma pousada de Cabo Frio pretende fazer o curso superior de Tecnologia em Hotelaria no IFF Cabo Frio, mas em seguida deseja fazer curso superior na área da saúde, considerando a formação na área apenas como uma etapa de um ciclo inicial de formação profissional:

Estou feliz, eu estou de recepcionista, estou bem feliz, porque contribuiu muito, ajudou muito. Até mesmo no treinamento. Não foi necessário um treinamento para eu conseguir fazer as coisas que eu tenho que fazer, porque eu já sabia (...) Então, eu pretendo fazer hotelaria (...) Como eu já fiz hospedagem aqui... meu sonho mesmo é medicina, só que eu acho que ainda tá um pouco cedo pra começar a faculdade de medicina, então eu gostaria mais de começar Hotelaria (...) como eu fiz hospedagem (...) gostaria de concluir logo, fazer hotelaria e fechar esse ciclo. (Isabel, aluna concluinte de Hospedagem)

Já Bianca admite trabalhar na área de hospedagem, mas deseja fazer curso superior na área de humanas em outro ramo:

Por um ano, eu pensei em seguir carreira da hotelaria e do turismo, só que eu pensei melhor e vi que não é isso que eu sempre quis para minha vida. Mas eu pretendo sim, terminando, trabalhar nessa área pelo menos, nem que seja para ajudar a pagar a minha faculdade (Bianca, aluna matriculada em Hospedagem)

A aluna Priscila, que conclui o curso, afirma que gostou muito de fazer o curso, mas seu objetivo é fazer um curso superior em outra área e não menciona a possibilidade de trabalhar na área de hospedagem. O aluno Paulo, que desistiu do curso, conseguiu certificação parcial do ensino médio pelo ENEM e, em seguida,

concluiu pela EJA. No momento da entrevista, ele estava trabalhando em área diferente do curso técnico que iniciou e pretende fazer curso superior na área em que trabalha atualmente.

Os alunos entrevistados de ambos os cursos, em sua maioria, indicaram que pretendem continuar os estudos em nível superior, mas em outra área, e parecem visualizar a possibilidade de fazer concurso público ou entrar para o mercado de trabalho em área diferente do curso técnico que estavam fazendo. Entre os alunos de Hospedagem foram admitidas também as possibilidades de fazer cursos de curta duração, fazer outro curso técnico ou entrar no mercado de trabalho na mesma área do curso, possibilidades que com as quais não concordavam os alunos de Petróleo e Gás. Destacamos, entretanto, que a grande maioria dos alunos dos dois cursos discordou da possibilidade de parar de estudar ou com a possibilidade de continuar os estudos em nível superior e na mesma na mesma área do curso técnico.

Os alunos pesquisados por Prado (2017) também demonstram o interesse em continuar os estudos em nível superior e, em sua maioria, desejam cursos em áreas diferentes do curso profissionalizante que estavam matriculados. Esses alunos admitiam ingressar no mercado de trabalho – na mesma área do curso ou em áreas diferentes – antes de ingressar no ensino superior ou conciliando a jornada de trabalho com a de estudo, como uma forma de conseguirem garantir seu ingresso no curso superior sem depender da ajuda financeira da família ou ainda para auxiliar no orçamento familiar. Entretanto, a possibilidade de trabalhar na área do curso não está relacionada à visão de que o curso técnico possui um caráter de terminalidade na sua formação profissional.

Nossa pesquisa, assim como a pesquisa realizada por Prado (2017), mostra que os alunos valorizam a instituição pela qualidade do ensino que oferece e, apesar de admitirem ingressar no mercado de trabalho ao final da formação, poucos desejam trabalhar na área da formação técnica. Entre aqueles que veem a possibilidade de trabalhar na área do curso técnico, encaram esta inserção apenas como uma passagem até alcançarem uma formação de nível superior, quase sempre em outra área.

Vimos até aqui que os alunos buscaram estudar na instituição pela qualidade de ensino oferecida e escolhem o curso, dentre as duas opções disponíveis, pela afinidade com as áreas do conhecimento de cada um deles, ainda que a maioria

não pretenda trabalhar na área, pelo mercado de trabalho em evidência. Além disso, verificamos que a maioria pretende ingressar em cursos de nível superior e que estudar no IFF Cabo Frio tem sido visto como um facilitador para a admissão na faculdade. Tendo em vista que a literatura acadêmica sobre evasão aponta que a escolha da instituição de ensino pela qualidade e pela afinidade estão associados a menores chances de abandonar a escola (Soares et al., 2015) e que os alunos que pretendem completar os estudos em nível superior também apresentam menores chances de abandono (Torres et al., 2013) nos questionamos: quais fatores escolares interferem na permanência dos alunos, causando as desistências durante o curso?

No próximo capítulo buscaremos identificar os fatores presentes nessa escola de qualidade que influenciam a permanência ou a evasão dos alunos, cuja compreensão poderá futuramente contribuir para melhorar os índices de permanência e êxito da instituição.

5

Fatores que influenciam a permanência no ensino técnico Integrado do IFET Fluminense campus Cabo Frio: a visão dos alunos

Tendo como referência os resultados de pesquisas sobre as causas, motivações e fatores associados ao abandono escolar e sobre os fatores que atenuam os riscos de evasão, buscamos analisar os dados da nossa pesquisa a fim de identificar os principais fatores que influenciam na permanência dos alunos nos cursos técnicos integrados com o ensino médio de uma instituição federal de ensino profissionalizante, o IFF Cabo Frio. Considerando que essa instituição possui infraestrutura, recursos e serviços diferenciados da maioria das escolas públicas de ensino médio, assim como, corpo docente, técnico administrativo e de apoio em número e qualificação também superiores às condições gerais das escolas públicas de ensino médio – em particular aquelas das redes estaduais -, buscamos identificar junto aos alunos as características institucionais que seriam mais importantes para sua permanência e quais outras favoreceriam as chances de evasão escolar.

A partir do estudo longitudinal que realizamos com as turmas dos cursos técnicos integrados em Petróleo e Gás e Hospedagem do IFF Cabo Frio que ingressaram em 2014, foi possível verificar que até o final do ano letivo de 2016 houve uma taxa de desistência de 29%, sendo que no curso de Hospedagem a desistência foi mais que o dobro da registrada no de Petróleo e Gás. Observamos também uma forte relação entre as retenções parciais ou totais e as desistências, uma vez que uma parte significativa daqueles que desistiram haviam sido reprovados ou ficado em dependência em um ou dois componentes curriculares. Além disso, levantamos a hipótese de que os atrasos e interrupções nos anos letivos provocados pelas greves de servidores da instituição influenciaram algumas dessas desistências.

No sentido de identificar as características institucionais mais importantes para a permanência dos alunos nesses cursos e aquelas que motivam a desistência, aplicamos um questionário e realizamos entrevistas semiestruturadas. Como pontuamos anteriormente, o questionário foi aplicado aos alunos que estavam matriculados no ano letivo de 2016 e as entrevistas foram realizadas com alunos

que concluíram o curso no tempo regular, alunos que ficaram retidos e continuavam matriculados em 2016/17, e alunos que haviam desistido do curso. Apresentamos em seguida a visão dos alunos pesquisados quanto aos principais fatores que influenciaram a evasão e aqueles que favoreceram sua permanência.

5.1

Os principais fatores de evasão nos cursos de Hospedagem e de Petróleo e Gás do IFF Cabo Frio

As questões III e IV do questionário²⁹, respondidas pelos alunos que estavam matriculados em 2016, ou seja, por aqueles que não desistiram do curso, buscaram identificar os alunos que já haviam cogitado a possibilidade de desistir do curso antes de concluí-lo e quais os motivos os levaram a pensar nessa possibilidade. Dentre os respondentes, 54 alunos (63%) apontaram que já haviam pensado em desistir do curso e 32 (37%) que nunca pensaram nessa possibilidade. Aqueles que pensaram na possibilidade de desistir do curso registraram os motivos numa questão aberta (questão IV). Para possibilitar nossas análises e como muitos motivos apontados eram semelhantes, agrupamos as respostas recebidas em 15 categorias e agrupamos estas categorias em três conjuntos por natureza da motivação, sendo eles: aspectos da instituição, aspectos externos e aspectos individuais do aluno, conforme o Quadro 26. Por se tratar de uma questão aberta, alguns alunos mencionaram mais de um motivo, por isso, o número de respostas não corresponde ao número de alunos respondentes, mas ao número de recorrências daquele tema.

²⁹ A questão III do questionário continha o seguinte enunciado: *Já pensou em deixar o IF Fluminense campus Cabo Frio antes de concluir o curso?* e o respondente tinha como opção marcar *Sim* ou *Não*. A questão IV se tratava de uma questão aberta e se referia à questão III: *Caso tenha respondido SIM na questão anterior, qual motivo levou a pensar em abandonar o IF Fluminense campus Cabo Frio antes de concluir o curso?* (Ver o questionário no Anexo I).

Quadro 26 - Motivos de desistência agrupados por categoria					
Aspectos Institucionais		Aspectos Externos		Aspectos Individuais do aluno	
Categorias	N	Categorias	N	Categorias	N
Extensa carga horária/ muitas disciplinas/ pouco tempo para descanso e outras atividades.	21	Atraso devido às greves.	22	Dificuldades acadêmicas/ Receio da reprovação.	11
Tensão e estresse devido à quantidade de aulas e tarefas.	7			Não se identificar com o curso/ Não querer o curso técnico.	6
Elevado grau de exigência dos professores/ Alto nível exigência acadêmica.	6			Necessidade de trabalhar/ Não conseguir conciliar estudo com trabalho.	3
Pouco apoio institucional.	2	Distância entre a residência e o campus/ Muito tempo gasto no deslocamento.	4	Interesse em ingressar logo no Ensino Superior.	3
Professores com atitudes que desmotivam os alunos.	1			Ter sido reprovado.	1
Incoerência entre o que é ensinado e a prática institucional.	1			Problemas pessoais.	1
Falta de apoio psicológico.	1				
Total	39		26		25

Fonte: Questões III e IV do Questionário (Anexo I). Elaboração própria.

Verificamos no Quadro 26 que os motivos mais mencionados pelos alunos, tanto em número de categorias quanto em número de recorrências, estão relacionados à aspectos institucionais, sobretudo relacionados à estrutura acadêmica dos cursos. Somados, esses motivos foram indicados 39 vezes, o que corresponde a 43% do total das ocorrências.

Em seguida, os motivos mais recorrentes, apesar de terem aparecido em apenas duas categorias de respostas, foram aqueles relacionados aos fatores externos, como atrasos no cumprimento do ano letivo devido a greves e à localização da escola e o conseqüente tempo de deslocamento diário necessário para frequentá-la. Esses motivos foram recorrentes 26 vezes nas respostas abertas.

Os motivos individuais dos alunos, por sua vez, foram recorrentes em 25 respostas (28%) e, em boa medida podem ser vinculados aos aspectos institucionais enquanto repercussão destes no plano individual dos alunos.

Conforme Figueiredo & Salles (2017), em pesquisa que buscou analisar as causas de evasão no primeiro período de um curso técnico do Cefet/RJ, unidade Petrópolis, as dificuldades acadêmicas e de identificação com o curso configuram como um fator de abandono escolar relevante. Além desses, a dificuldades

acadêmicas relacionadas à falta de base anterior ou o alto grau de exigência e a falta de flexibilidade dos professores também foram indicados como fatores de evasão na visão dos alunos pesquisados por essas autoras. No que se refere às questões de trabalho, tanto Figueiredo & Salles (2017) quanto Neri (2009), apontam que a possibilidade de ingressarem no mercado de trabalho surge como oportunidades e exerce o papel de atrair o jovem para uma atividade com retorno imediato e isso, muitas vezes, faz com que o aluno saia da escola por não conseguir conciliar o estudo e o trabalho.

A extensa carga horária do curso associado à quantidade de atividades avaliativas, a falta de tempo para realizar outras atividades e a preponderância de aulas teóricas foram citados pelos alunos na pesquisa de Figueiredo & Salles (2017). Como aqui, os alunos apontam que toda essa pressão em relação às tarefas obrigatórias a cumprir os desmotiva e causa uma sobrecarga de sofrimento emocional.

As características institucionais que parecem favorecer as chances de desistência também apareceram nas entrevistas realizadas com os alunos. Todos os alunos entrevistados, independentemente de serem concluintes, retidos ou desistentes, elogiaram o IFF Cabo Frio e mostraram-se satisfeitos com a experiência que tiveram durante o período em que estudaram lá. Contudo, todos também relataram características que dificultaram sua permanência, que coincidem com o indicado nos questionários: a extensa carga horária do curso, a quantidade de aulas, componentes curriculares, tarefas, provas e atividades avaliativas e o pouco tempo para descanso, lazer e a realização de outras atividades de escolha pessoal.

(...) não cursei, mas eu acredito que eu preferia o modelo de 4 anos. Acho que dava mais corpo, porque tinham momentos que eu sentia que era meio corrido, assim, ainda mais por causa da greve, né? Então, somava a greve e mais os 3 anos, ficava a coisa assim... atolava muita coisa, ficava duas semanas de aula, prova e, pronto, foi o bimestre. (Pedro, aluno desistente de Petróleo e Gás).

A rotina, preso na escola, não preso, mas, tipo, é o dia todo estudando. Isso aí cansa muito. (Miguel, matriculado em Petróleo e Gás em 2016).

Três entrevistados também apontaram a excessiva pressão no cotidiano que os obriga a investir muito tempo de estudo também fora da escola. Pedro, que desistira do curso de Petróleo e Gás apontou que esse foi um dos motivos que o

levou a sair do curso. Isabel e Priscila disseram que a semana de provas tinha sido a pior parte de sua experiência no curso, pois tinham que fazer duas ou três provas no mesmo dia e em dias seguidos, o que as impedia de se preparar bem para todas as provas e ter um tempo razoável para descanso. Em suas palavras, essa situação causava grande tensão e estresse, pois ficavam muito cansadas e tinham de lidar com a possibilidade de fracasso na avaliação por não terem conseguido se preparar de forma satisfatória.

(...) eu achei um pouco pesado, porque, até mesmo esse sistema de semana de provas eu acho pesado porque, o aluno, ele não dorme, ele fica estudando, estudando, se preocupando, se preocupando e, às vezes, você vê o aluno por aí igual a um sonâmbulo, sabe? Se matando de estudar e às vezes nem 6 não tira na prova, porque, até eu não acredito que seja por falta de estudo, porque não era falta de estudo, era mais cansaço, sabe? (...) foram noites viradas de sono para às vezes você nem dar conta de todas as provas que vai ter num dia. Sempre tinha uma que você não estudava, sempre tinha uma que ou estudava menos ou não estudava e torcia para dar tudo certo ou recuperação, sabe? (Isabel, aluna concluinte de Hospedagem).

Em relação às características dos cursos, Isabel e Miguel apontaram que havia pouca integração entre as disciplinas propedêuticas e técnicas e poucas aulas práticas. Miguel, do curso de Petróleo e Gás, apontou que não via sentido na existência de algumas disciplinas, que poderiam ser substituídas por aulas práticas no âmbito de outros componentes curriculares, deixando de sobrecarregar o currículo do curso que, na forma atual, se torna muito cansativo.

As dificuldades acadêmicas devido ao alto grau de exigência dos professores foram um dos aspectos mencionados por Isabel e Bianca. O fato de terem sido reprovados também fez com que Bianca e Miguel tivessem pensado em sair e, nesses dois casos, a desistência não ocorreu por acreditarem que não encontrariam outra escola com a mesma qualidade de ensino.

Bianca, que mesmo tendo sido reprovada continuava matriculada, e Paulo, que desistiu do curso no ano seguinte a uma reprovação, apontaram que outro fator que teria contribuído para as reprovações foi a dificuldade que tiveram para lidar com a irregularidade no horário de entrada e saída das aulas e com a autonomia³⁰ e sensação de “liberdade” promovida pela proposta pedagógica da

³⁰ A instituição não possui inspetores ou funcionários que monitorem os alunos fora da sala de aula, o que na fala dos alunos aparece como uma “maior liberdade”, entretanto, essa característica está relacionada ao fato de ser uma escola profissionalizante e essa autonomia é considerada uma forma de preparar os alunos para as responsabilidades futuras.

instituição. Paulo compara o IFF a uma instituição de ensino superior em que os alunos precisam fazer suas escolhas por conta própria e, alguns ficam meio perdidos com isso. Apesar da maioria dos alunos entrevistados considerar uma característica da instituição positiva, eles apontaram que os alunos precisariam de mais orientações da instituição e de algum monitoramento do exercício dessa autonomia, principalmente, no início do curso.

Então, quando eu entrei aqui, para eu me adaptar foi um pouco difícil, porque na minha antiga escola [que era pública] era tudo muito padronizado, a gente tinha hora para entrar, hora pra sair, hora pra tudo! A gente não podia sair da sala sem a permissão do professor. Então, quando eu entrei aqui, com essa liberdade toda que a gente tinha, eu fiquei meio maluca (...) porque, tipo assim, eu queria beber uma água, eu não precisava pedir o professor, eu poderia simplesmente levantar e sair (...) E, até eu me adaptar com esse negócio... (Bianca, aluna matriculada em Hospedagem).

O aluno Daniel, que tinha sido reprovado, mas continuava matriculado, apontou que a inexistência de alimentação escolar para todos os alunos também era um fator que dificultava a permanência, pois a instituição oferece apenas um lanche para os alunos durante os intervalos das aulas, sendo que a refeição (almoço) é paga e o auxílio alimentação não atende todos os alunos. Miguel, por sua vez, acredita que poderia haver mais oferta de atividades de acolhimento, descanso e lazer fora da sala de aula, o que, para ele, contribuiria com a permanência dos alunos, pois seria um momento para quebrar o ritmo intenso de aulas. Bianca indicou também que outro fator que prejudica a permanência é a falta de atividades de integração entre os alunos, pois afirma ter sofrido *bullying* e ter tido dificuldades de se integrar à escola. Bianca afirma que, embora tenha recebido apoio de professores e profissionais técnicos da escola, essa situação poderia ter sido evitada com ações de integração.

Para Pedro, o frequente atraso no calendário letivo devido às greves foi um dos motivos que o levou a desistir do curso. Luís, que concluiu o curso, mas reingressou na instituição em outro curso, considera que a localização do IFF Cabo Frio, distante do centro da cidade, é preocupante, pois prejudicaria o acesso dos alunos aos serviços de emergência em caso de alguém passar mal ou se acidentar.

Observamos que os motivos apontados nos questionários pelos alunos que pensaram em sair do curso antes de concluí-lo e os motivos mencionados pelos alunos entrevistados no que se refere às experiências negativas que tiveram no IFF

Cabo Frio encontram-se no mesmo sentido. Consideramos que esses motivos indicam os aspectos institucionais que mais contribuem para a desistência dos alunos dos cursos técnicos integrados, dos quais destacamos os atrasos devido as greves de servidores, a extensa carga horária dos cursos, a quantidade de tarefas e atividades avaliativas e o desgaste físico e emocional que se associam a elas, a dificuldade acadêmica em diversas disciplinas articulada ao alto nível de exigência acadêmica e cobrança dos professores e, finalmente, a falta de identificação com o curso técnico em razão de escolhas iniciais pelo IFF apenas por sua qualidade enquanto curso de ensino médio público local.

Na próxima seção, abordamos os aspectos institucionais apontados como mais importantes para a permanência dos alunos que, confrontados com os aspectos que contribuem para a desistência, podem indicar estratégias de investimento institucional para o enfrentamento da evasão ou desistência do curso.

5.2

Fatores que favorecem a permanência nos cursos de Hospedagem e de Petróleo e Gás do IFF Cabo Frio, segundo os alunos

Os fatores de permanência que abordamos nessa seção referem-se aos dados coletados nas questões de V a XI do questionário aplicado³¹. Essas questões referem-se aos aspectos que os alunos consideram mais importantes para a sua permanência em relação às questões do ensino, das relações interpessoais, das atividades fora da sala de aula, dos serviços e auxílios ofertados aos alunos, da infraestrutura e equipamentos disponíveis, da gestão e dos espaços de participação dos alunos e das questões externas referentes à instituição.

Após a aplicação do questionário, verificamos uma inconsistência na elaboração destas questões que pode ter levado os respondentes à dupla interpretação. No cabeçalho das questões de V a XI, informamos que elas se referiam aos fatores que *dificultam* ou *contribuem* para a permanência dos alunos no IFF Cabo Frio até a conclusão do curso, em seguida, em cada questão, solicitamos que o aluno indicasse a importância de cada aspecto listado, marcando um X entre as opções *Muita*, *Razoável*, *Pouca* ou *Nenhuma* para cada afirmativa. Dessa maneira, o aluno respondente poderia ter interpretado a importância de cada

³¹ Ver questionário no Anexo I.

aspecto naquilo em que ele contribuiu ou naquilo em que dificultou a sua permanência. A fim de contornar esse problema e evitar inviabilizar o uso das informações coletadas, decidimos analisá-las separando (com base nas respostas à questão III) em dois grupos: alunos que indicaram ter pensado em desistir do curso em algum momento e aqueles que indicaram nunca terem pensado nessa possibilidade. Dessa forma, apostando em conjuntos coerentes de respostas, foi possível verificar se os aspectos apontados por cada grupo diferem ou se assemelham, indicando em cada caso se aquele aspecto foi importante para a sua permanência ou para a desistência.

Verificamos que, na maior parte das respostas, tanto os alunos que pensaram em desistir do curso quanto aqueles que nunca pensaram nessa possibilidade apontaram a importância de cada aspecto de forma semelhante, o que nos leva a acreditar que a possível interpretação ambígua pouco afetou a coleta de informações. Entretanto, em alguns aspectos listados os alunos de cada grupo se manifestaram em graus de importância diferentes e, mesmo que isso não signifique posições necessariamente antagônicas, aponta que tal aspecto pode ser mais valorizado por uns do que por outros. Apontaremos essas diferenças nas análises que apresentamos a seguir.

Os aspectos indicados no questionário estão relacionados à vivência no ambiente escolar do IFF Cabo Frio. Neles estão expressas situações, qualidades, serviços e recursos existentes na instituição que são disponíveis em algum grau aos alunos. Nem todos os alunos respondentes acessaram ou tiveram contato direto com alguns dos aspectos listados, como por exemplo, as bolsas e auxílios ofertados, mas devido à sua vivência institucional podem indicar suas percepções acerca do tema abordado.

No Quadro 27, a seguir, apresentamos as respostas dos alunos sobre a importância de cada aspecto listado no que se refere às questões de ensino separadas em dois grupos. O Grupo A é composto pelos alunos que nunca pensaram em desistir do curso (responderam *não* à questão III) e o Grupo B é composto pelos alunos que pensaram em desistir do curso (responderam *sim* à questão III).

Quadro 27 - Aspectos referentes ao Ensino por grau de importância para a Permanência.								
Aspectos referentes ao Ensino	NÃO pensou em desistir do curso (Grupo A)				Pensou em desistir do curso (Grupo B)			
	Muita	Razoável	Pouca	Nenhuma	Muita	Razoável	Pouca	Nenhuma
A qualidade do ensino médio	30	2	0	0	49	5	0	0
A qualidade das aulas dos professores	29	3	0	0	35	17	2	0
A qualidade do ensino técnico/profissional	26	5	1	0	32	15	7	0
A carga horária de aulas	18	5	6	3	23	15	11	5
A frequência e pontualidade dos professores	16	7	8	1	20	16	12	6
O nível de cobrança dos professores	14	12	5	1	19	22	10	3
A complexidade dos conteúdos abordados no curso	13	16	3	0	21	21	8	4
As aulas práticas	13	10	6	3	23	10	16	4
A quantidade de disciplinas do curso	11	13	7	1	20	19	11	4
A forma que os professores avaliam o aprendizado	10	20	2	0	15	24	12	3
A quantidade de avaliações passadas pelos professores	8	15	6	3	10	23	13	7

Fonte: Questão V do questionário (Anexo I). Elaboração própria.

Verificamos que, em relação aos aspectos do ensino, os fatores indicados no Quadro 27 como mais importantes para os dois grupos de alunos, embora apareçam com menor relevância de indicação (número maior de indicações “razoável”) entre os alunos do grupo B, foram: a qualidade do ensino médio ofertado, a qualidade das aulas dos professores, a qualidade do ensino técnico e a carga horária das aulas. Os outros fatores considerados muito importantes para a maioria dos alunos dos dois grupos, embora com maior peso relativo das respostas “razoável”, “pouca” ou “nenhuma” entre os alunos do grupo B, foram: a frequência e a pontualidade dos professores e existência de aulas práticas. É possível levantar aqui a hipótese de que os alunos que chegaram a pensar em desistir eram mais sensíveis em relação às atitudes dos professores e à estrutura do curso enquanto formação profissional. O nível de cobrança dos professores e a quantidade de disciplinas no curso foram considerados muito importantes para a maioria dos alunos, com uma importância um pouco menor para os alunos grupo

B. A forma como os professores avaliam o aprendizado, a complexidade dos conteúdos abordados e a quantidade de avaliações parecem ter tido uma importância um pouco maior para os que não pensaram em desistir (grupo A) do que para os que pensaram (grupo B).

A questão da qualidade da instituição e do ensino ofertado se confirma como um fator relevante para a permanência dos alunos, assim como fora indicada como principal motivação para o ingresso na instituição. Como afirmam Torres et al. (2013) e Soares et al. (2015), a escolha da escola com base no critério de qualidade favorece a permanência e, percebemos que a confirmação da qualidade no decorrer do curso também se revela um fator de destaque para os alunos. Por outro lado, os aspectos que dizem respeito à quantidade de disciplinas no curso e de atividades avaliativas, a complexidade dos conteúdos e a forma como os professores avaliam são considerados fatores de menor impacto para a permanência dos alunos, aspectos esses que também foram apontados pelos alunos como fatores de desistência, como vimos na seção anterior. As aulas práticas foram indicadas como um aspecto muito importante para a permanência e, como vimos anteriormente, alguns alunos consideram que faltam aulas práticas nos cursos, o que parece ser um aspecto que merece atenção na organização do curso com vistas a favorecer a permanência dos alunos. O Quadro 28 a seguir apresenta outros fatores analisados referentes às relações no ambiente escolar.

Quadro 28 - Aspectos referentes às Relações no Ambiente Escolar por grau de importância para a Permanência.								
Relações no ambiente escolar	NÃO pensou em desistir do curso (Grupo A)				Pensou em desistir do curso (Grupo B)			
	Muita	Razoável	Pouca	Nenhuma	Muita	Razoável	Pouca	Nenhuma
O incentivo à autonomia do aluno.	25	6	1	0	41	11	2	0
A relação entre os professores e os alunos.	23	7	2	0	37	15	2	0
A relação entre os funcionários e os alunos.	20	9	3	0	27	20	7	0
O acolhimento e atendimento dos setores aos alunos.	20	6	5	0	32	8	3	1
A relação entre os coordenadores e diretores e os alunos.	17	7	8	0	28	17	7	2

Fonte: Questão VI do questionário (Anexo I). Elaboração própria.

Verificamos no Quadro 28, que o incentivo à autonomia do aluno e a relação estabelecida entre os professores e os alunos foram indicados como mais importantes pelos dois grupos de alunos. Os outros aspectos também foram considerados como muito importantes pela maioria dos alunos dos dois grupos, embora com algumas diferenças no que se refere ao percentual e à ordem em que foram indicados.

Os alunos entrevistados também apontaram o incentivo à autonomia como uma característica importante da instituição. Dentre eles, cinco mencionaram como positivo esse aspecto, inclusive os dois alunos que alegaram certa dificuldade em lidar com ela. Pedro, que desistiu do curso, afirmou que escolheu a instituição para estudar por saber desse aspecto, que denominou de metodologia.

Para Paulo, Pedro e Isabel essa autonomia e sensação de liberdade proporcionaram seu amadurecimento e o desenvolvimento da capacidade para lidar com os problemas e desafios impostos pela vida. Esses alunos apontam que essas características os preparam não só para o vestibular, mas para a vida no ensino superior e a para o mercado de trabalho.

É, a gente chega aqui uma criancinha, então, o IFF ele, às vezes, bate forte, é um choque. Mas ele ajuda muito a gente a enfrentar as coisas melhor, sabe? A enfrentar as dificuldades melhor, a enfrentar certas coisas que a gente ainda vai passar na vida melhor. Então não é só um ambiente de escola, não é só um ambiente “ah eu tenho que está aqui para ganhar nota e ir embora”. Não, é um ambiente que te ensina e te ajuda a ser uma pessoa melhor e mais forte. (Isabel, aluna concluinte de Hospedagem).

O segundo aspecto das relações no ambiente escolar considerados mais importante para a permanência é a relação entre os professores e os alunos, sendo apontado como muito importante por 70% dos alunos e razoável por 26%. As relações com os professores e os outros servidores, bem como com os colegas foram destacadas pelos entrevistados como um dos fatores mais positivos de sua experiência no IFF Cabo Frio. A relação que a maioria dos professores mantém com os alunos foi especialmente destacada pelos entrevistados. Em suas palavras, os professores são amigáveis, acolhem bem os alunos e os tratam de forma igualitária. Além disso, alguns estudantes mencionaram o fato de os docentes apoiarem e incentivarem os alunos, dando orientações tanto coletivas para a turma

quando, em alguns casos, de forma individual. A qualidade das aulas dos professores também foi destacada pelos entrevistados.

(...) porque aqui no IFF a gente tem uma experiência muito boa com os professores, a gente não fala aqui que temos professores, eu falo que eu tenho amigos. Eu encontro com professor na rua, eu abraço, eu converso, entendeu? (Luís, aluno concluinte de Petróleo e Gás).

Eu acho que o incentivo dos professores (...) E eles sempre sentavam, a maioria deles sentava para conversar, saber o que houve, porque estava assim... Que a gente tinha que concluir, que a gente não podia parar ali. Sempre tinha esse apoio. A grande maioria dos professores tinha esse apoio de estar ali acompanhando o aluno... (Priscila, aluna concluinte de Hospedagem).

A centralidade na boa relação estabelecida entre os professores e os alunos e o papel motivacional que o professor desempenha aparece na pesquisa de Mesquita (2016). Ao estudar o exercício da docência na escola de ensino médio regular que atende setores populares, a pesquisadora identificou que uma das características centrais que o aluno considera ao estabelecer o que seria o “bom professor” está focada na forma de relação que os professores estabelecem com os seus alunos. Entre outras características, os alunos da referida pesquisa apontam que o “bom professor” é aquele que interage com o aluno, estabelece uma relação de respeito e o motiva a querer aprender (Mesquita, 2016). Em nossa pesquisa, a importância da relação com o professor aparece como um fator que favorece a permanência. Os alunos apontam que a postura amigável e acolhedora que os professores mantêm com os alunos e o incentivo que alguns deles oferecem aos alunos é um fator positivo na instituição. Mesmo na educação à distância, a relação com o professor tutor se torna central para a permanência dos alunos. Conforme a pesquisa de Ribeiro & Moreira (2017), que estudaram a evasão em um curso profissionalizante ofertado na modalidade EAD, o principal fator de evasão mencionado foi a falta de retorno dos professores, o que prejudica o estabelecimento de uma relação mais confiável entre professor e aluno.

Em relação ao acolhimento e aos atendimentos prestados aos alunos pelos diversos setores, os entrevistados também mencionaram uma experiência positiva e a aluna Isabel chegou a destacar que a equipe de assistência ao estudante foi um ponto de apoio para ela e de orientação para lidar com as dificuldades. As relações entre os funcionários e os alunos e entre os diretores e coordenadores e os alunos, apesar de considerados aspectos muito importantes, foram indicadas numa

proporção menor que as relações com os professores tanto nos questionários como nas entrevistas, provavelmente pelo contato mais restrito com esses agentes no cotidiano escolar.

O Quadro 29 apresenta as respostas dos questionários sobre a relevância das atividades extracurriculares para a permanência dos estudantes no IFF Cabo Frio.

Quadro 29 - Aspectos referentes às Atividades Extracurriculares por grau de importância para a Permanência.								
Atividades Extracurriculares	NÃO pensou em desistir do curso (Grupo A)				Pensou em desistir do curso (Grupo B)			
	Muita	Razoável	Pouca	Nenhuma	Muita	Razoável	Pouca	Nenhuma
As atividades artísticas, culturais e os eventos.	24	8	0	0	35	14	5	0
Os projetos e as atividades de pesquisa.	25	5	1	1	31	17	4	2
Os projetos e as atividades de extensão.	24	7	1	0	30	18	4	2
Os projetos e as atividades de inovação.	22	7	2	1	31	17	4	2
As viagens e visitas técnicas.	18	5	6	3	36	11	3	4
As palestras e atividades formativas fora da sala de aula.	17	11	4	0	34	13	5	2
As atividades esportivas e de lazer.	17	10	5	0	27	15	12	0

Fonte: Questão VII do questionário (Anexo I). Elaboração própria.

Observamos no Quadro 29 que de forma geral a maioria dos alunos dos dois grupos apontou todos os aspectos relativos às atividades extracurriculares como importantes para a permanência dos alunos. Destacamos que as atividades artísticas, culturais e os eventos, bem como os projetos de pesquisa e de extensão foram os aspectos mais indicados. Entre os alunos do grupo B, que pensaram em desistir do curso, verifica-se um índice maior de indicações para as visitas e viagens técnicas e as palestras e atividades formativas fora da sala de aula do que para as atividades de pesquisa e extensão. Esse resultado poderia ser considerado como indicador de uma percepção desfavorável às atividades mais correlatas ao conteúdo dos cursos (pesquisa e extensão) e possivelmente pode estar também relacionado a percepções diferentes quanto às prioridades para sua formação. É possível também que as atividades de pesquisa e de extensão exijam mais iniciativa, dedicação e disciplina

do aluno e que o grupo daqueles que nunca pensaram em desistir estaria mais disposto a esse nível de envolvimento do que o grupo que pensou em desistir. Por outro lado, as atividades de inovação³² e as de esporte e lazer, apesar de terem sido apontadas como atividades importantes para a permanência, obtiveram menores índices de indicação por parte dos dois grupos de estudantes.

Conforme Soares et al. (2015), os jovens da sua pesquisa apontaram o desejo por uma escola de ensino médio que ofereça atividades extracurriculares. O envolvimento do aluno com a escola, que pode ocorrer por meio de “engajamento acadêmico”, conforme Dore & Luscher (2011 b), favorece a permanência dos alunos e, nesse sentido, acreditamos que as atividades ofertadas fora da sala, apontadas pelos alunos como importantes, podem desempenhar esse papel.

Entre os alunos entrevistados, quatro mencionaram a participação em algum projeto de extensão, de esporte ou de arte e cultura como um fator relevante para o envolvimento e integração dos alunos com a instituição. Independente do recebimento de bolsas ou auxílios, esses alunos reconheceram a importância da sua participação nessas atividades durante a sua trajetória na instituição.

Aqui, acho que inclui muito bem o aluno no ambiente de educação, você consegue botar ele num projeto de extensão: "você quer fazer tal coisa? Vamos fazer", vai o professor e abre um projeto, corre atrás... aqui você vê as coisas acontecendo. (Pedro, aluno desistente de Petróleo e Gás).

(...) tiveram muitas coisas e também tiveram projetos aqui da escola que eu me envolvi e tenho me envolvido até hoje, que também me ajudaram bastante a me manter fixo aqui. (Daniel, aluno matriculado em Hospedagem).

Entre os alunos que pensaram em desistir do curso antes de concluí-lo, as atividades extracurriculares também foram consideradas pela maioria como muito importantes para a permanência, entretanto, as percentagens foram menores que as registradas pelos alunos que nunca pensaram em desistir, com exceção das viagens e visitas técnicas e das palestras e atividades formativas. Esses dois aspectos foram os mais apontados como muito importantes entre os alunos do grupo B do que daqueles do grupo A. Esse resultado parece sinalizar para a relevância do caráter de integração e envolvimento com a escola que as atividades extracurriculares podem ter para os alunos. Desse modo, aqueles que pensaram na possibilidade de desistência, possivelmente, teriam experimentado menor grau de

³² Atividades no âmbito de projetos de Inovação, que têm como foco principal o desenvolvimento tecnológico nas diversas áreas.

integração com a escola por meio de atividades extracurriculares. Tendo em vista que as atividades extracurriculares não são obrigatórias, entendemos que muitos alunos não participaram de algumas das atividades e, provavelmente, baseiam essa apreciação em sua experiência pessoal. Isso explicaria que os maiores índices de indicações foram para as atividades que abrangem mais alunos, como os eventos artísticos e as palestras, e as atividades mais conhecidas entre eles, como as de pesquisa e extensão. De qualquer forma, pode-se afirmar que os alunos consideram que essas atividades contribuem para sua permanência na escola.

O Quadro 30 a seguir mostra a compilação das respostas referentes aos serviços e auxílios ofertados no IFF Cabo Frio.

Quadro 30 - Aspectos referentes aos Serviços e Auxílio Ofertados aos Alunos por grau de importância para a Permanência.								
Serviços e Auxílios	NÃO pensou em desistir do curso (Grupo A)				Pensou em desistir do curso (Grupo B)			
	Muita	Razoável	Pouca	Nenhuma	Muita	Razoável	Pouca	Nenhuma
O Auxílio Alimentação	26	3	1	2	47	2	2	2
A Merenda (lanche gratuito)	25	4	3	0	44	7	2	1
O atendimento psicossocial	25	3	1	2	32	11	7	3
A Bolsa de Pesquisa	24	4	2	2	38	13	2	1
O Auxílio Transporte	23	6	1	2	41	7	2	4
A Bolsa Permanência	23	3	4	2	40	10	2	2
A Bolsa de Extensão	23	3	4	2	40	11	2	1
O atendimento pedagógico	22	7	0	2	37	10	4	3
A Bolsa de Apoio Tecnológico	22	6	2	2	40	8	5	1
O Auxílio Moradia	21	4	2	4	41	7	3	3
A Bolsa de Monitoria	19	6	6	1	40	9	4	1
A Bolsa Arte e Cultura	19	5	6	2	39	8	5	2
A Bolsa Atleta	19	4	7	2	36	13	4	1
O atendimento dos monitores	17	5	6	3	31	13	6	4
O atendimento da enfermaria	15	9	5	3	24	11	10	9
As ações educativas da área de saúde	13	9	5	4	27	15	8	3

Fonte: Questão VIII do questionário (Anexo I). Elaboração própria.

Em relação aos serviços e auxílios ofertados aos alunos, listamos as bolsas e auxílios de assistência estudantil existentes no IFF Cabo Frio e os serviços de atendimento disponíveis aos alunos. De acordo com Quadro 30, verificamos que tanto a maioria dos alunos do grupo A quanto dos alunos do grupo B indicou que

os serviços disponíveis são muito importantes para a permanência. Entre os dois grupos de alunos houve diferenças de índices e percentagens nas indicações, no entanto, não consideramos que essas diferenças representam posições contrastantes entre eles. Sendo assim, o auxílio alimentação e a merenda (lanche servido a todos os alunos durante os intervalos) foram os fatores mais importantes para a permanência apontados pelos alunos. Por outro lado, como vimos anteriormente, um dos alunos entrevistados apontou a falta de refeição gratuita para todos como um fator de desistência e duas alunas entrevistadas, Priscila e Isabel, que foram beneficiadas por esse auxílio, relataram a contribuição que exerceu no seu cotidiano escolar.

Contribuiu muito porque meu pai era o que estava trabalhando na época em casa, minha mãe não estava, e eu estudava o dia inteiro, não tinha como trabalhar, e minha irmã também faz Normal para ser professora... E o dela também é integral. Então, era só o salário do meu pai entrando, e era aquela correria, aquela loucura para trazer marmitta, era difícil... então quando veio o auxílio [alimentação] foi um refrigério. Tranquilizou muito. (Priscila, aluna concluinte de Hospedagem).

Na sequência, os auxílios e bolsas pecuniários³³ foram os recursos apontados como mais importantes para os alunos. Acreditamos que como as bolsas Permanência IFF e Extensão são mais conhecidas e acessadas pelos alunos dos cursos investigados, aparecem com indicação mais expressiva. Esse resultado confirma as indicações de Neri (2009), que defendeu o aumento na oferta de bolsas e financiamentos ao estudante como forma de minimizar a saída da escola para a obtenção de renda. No que se refere ao Auxílio Transporte, embora todos os alunos do ensino técnico integrado do IFF Cabo Frio tenham gratuidade do transporte, o auxílio transporte ainda é ofertado àqueles que não possuem gratuidade em alguma parte do seu percurso. Entretanto, compreendemos que os alunos apontam a gratuidade do transporte como um relevante fator de permanência, independente do fato dela ocorrer por meio do cartão ou por meio do auxílio. A relevância dessas bolsas e auxílios aparece na fala de Bianca, que relata em que medida a Bolsa Permanência IFF a auxiliou durante a sua trajetória.

Para eu continuar aqui estudando e no horário integral, eu preciso, tipo, esse dinheiro me ajuda nessas coisas. Para suprir algumas necessidades minhas mesmo, para que não precise sair do IFF para trabalhar (Bianca, aluna matriculada em Hospedagem).

³³Auxílio Transporte, a Bolsa Permanência IFF, a Bolsa de Extensão, a Bolsa de Pesquisa, a Bolsa de Desenvolvimento Acadêmico e Apoio Tecnológico, o Auxílio Moradia e a Bolsa de Monitoria.

Entre as bolsas e auxílios, a Bolsa de Arte e Cultura e a Bolsa Atleta foram as que obtiveram menor proporção de indicações, embora tenham sido indicadas pela maioria dos alunos como muito importantes para a permanência. O atendimento Psicossocial, ofertado no âmbito da assistência estudantil pela equipe multidisciplinar, e o atendimento Pedagógico, que objetiva orientar os alunos com dificuldades acadêmicas, também obtiveram uma indicação significativa como recursos muito importantes. Já os aspectos menos indicados pelos estudantes, embora tenham sido indicados como importantes, foram o atendimento dos monitores, as ações educativas na área da saúde e o atendimento da enfermaria. No caso destas duas últimas, acreditamos as respostas revelam que são serviços pouco conhecidos e acessados pelos alunos. O Quadro 31 a seguir apresenta a percepção dos alunos quanto aos recursos e infraestrutura do IFF Cabo Frio e sua relevância para a permanência no curso e na instituição.

Quadro 31 - Aspectos referentes à infraestrutura por grau de importância para a Permanência.								
Recursos e Infraestrutura	NÃO pensou em desistir do curso (Grupo A)				Pensou em desistir do curso (Grupo B)			
	Muita	Razoável	Pouca	Nenhuma	Muita	Razoável	Pouca	Nenhuma
A limpeza e a conservação da escola.	28	4	0	0	49	5	0	0
A Biblioteca e a diversidade do acervo de livros.	26	4	2	0	45	8	1	0
A segurança dentro da instituição	26	3	3	0	38	9	4	3
Os equipamentos das Salas de aula (lousa, computador, TV e data show).	25	7	0	0	52	2	0	0
Os laboratórios.	24	7	1	0	43	9	1	0
A Sala de pesquisa.	23	7	2	0	39	10	3	1
O espaço físico, iluminação, climatização e carteiras das salas de aula.	22	9	1	0	47	7	0	0
O refeitório e os serviços da cantina.	22	8	2	0	39	14	1	0
A área externa para lazer e descanso.	21	9	2	0	34	15	4	1
A quadra poliesportiva e os equipamentos esportivos.	19	8	3	2	36	15	3	0
O Microdromo (Telecentro).	18	9	4	1	38	9	5	2
O preço e a qualidade da refeição.	15	9	8	0	31	4	13	6

Fonte: Questão IX do questionário (Anexo I). Elaboração própria.

As questões referentes à infraestrutura e aos equipamentos disponíveis no IFF Cabo Frio também foram aspectos reconhecidos pelos alunos como importantes para a permanência. Os recursos de infraestrutura foram listados para que os alunos apontassem a importância de cada um deles para sua permanência na instituição. Todos os aspectos listados foram apontados como relevantes para a permanência pela maioria dos alunos dos dois grupos. A limpeza e conservação da escola e os equipamentos disponíveis nas salas de aula como lousa, computador, aparelhos de televisão e data show, foram os aspectos considerados mais importantes para a permanência. Em seguida, a Biblioteca e a diversidade de acervo de livros disponíveis, o espaço físico das salas de aula no que se refere à iluminação, a climatização e as carteiras. Percebemos que os aspectos apontados como mais importantes estão relacionados aos espaços que os alunos utilizam no cotidiano escolar e a expressividade das respostas sugere que esses espaços têm atendido de forma satisfatória aos alunos. Ressaltamos aqui o reconhecimento da importância da limpeza e conservação dos espaços, indicando a interferência positiva destes aspectos na permanência deles na escola.

Entre os alunos do grupo A (que não pensaram em desistir do curso) destacamos o significativo índice de indicações de importância para o aspecto da segurança dentro da instituição que foi menos expressivo entre os alunos do grupo B. Essa percepção de segurança dentro da instituição é um fator relevante, pois o IFF Cabo Frio se localiza em um local distante da região central da cidade, em região cercada por áreas de vegetação e poucas residências. Consideramos que esse resultado está relacionado à existência de vigilantes patrimoniais fazendo rondas 24 horas por dia no interior do *campus* e ao fato de nunca terem ocorrido situações que colocaram os alunos em risco.

Na sequência, os aspectos mais apontados foram a existência de laboratórios, a sala destinada à pesquisa, equipada com computadores e de uso restrito aos envolvidos nos projetos de pesquisa, o refeitório e os serviços da cantina, o Telecentro (sala de computadores com acesso à internet, destinada ao uso livre pelos alunos e demais integrantes da comunidade interna e externa), a área externa para lazer e descanso, a quadra poliesportiva e os equipamentos esportivos disponíveis. Em relação aos aspectos listados, com exceção do refeitório, que os alunos utilizam diariamente, os outros recursos e espaços são

usados de forma esporádica, provavelmente por esta razão não foram considerados como os mais relevantes pelos alunos.

Quanto ao refeitório e a cantina, apesar de considerados de forma positiva pelos respondentes, a dispersão das respostas parece indicar lacunas que podem ser melhoradas. Por fim, a qualidade da refeição e os preços praticados pela cantina, que é um serviço privado, foram os aspectos assinalados com menores índices de importância para a permanência. Considerando as respostas dos alunos referentes à falta de refeição para todos e as características socioeconômicas da maioria dos alunos, acreditamos que os valores praticados pela cantina sobre a refeição não são acessíveis a um grupo expressivo dos alunos. Esse aspecto parece ser considerado mais crítico pelos alunos do Grupo B.

Os alunos entrevistados também falaram da qualidade da escola no que se refere à sua estrutura, sendo que alguns chegaram a afirmar que, ao terem pensado em sair da instituição, optaram por continuar, pois não haveria na região outra escola que oferecesse a mesma qualidade de ensino e estrutura.

(...) eu antes não tinha dimensão, não sabia o que era Instituto Federal Fluminense. Para mim era uma escola pública, mesma estrutura de uma escola estadual, assim, escola pública e pensava. Aí cheguei aqui: ar condicionado, televisão em sala, computador. Coisas que a gente não vê na escola pública. (Luís, aluno concluinte de Petróleo e Gás).

Porque o IFF tem uma estrutura boa, é uma escola excelente, de pessoas excelentes. (Isabel, aluna concluinte de Hospedagem).

O Quadro 32 apresentado na sequência mostra as percepções dos alunos sobre a relevância da gestão e dos espaços de participação discente no IFF Cabo Frio para sua permanência.

Quadro 32 - Aspectos referentes à Gestão e aos Espaços de Participação dos Alunos por grau de importância para a Permanência.								
Gestão e Participação discente	NÃO pensou em desistir do curso (Grupo A)				Pensou em desistir do curso (Grupo B)			
	Muita	Razoável	Pouca	Nenhuma	Muita	Razoável	Pouca	Nenhuma
A existência de Representações estudantis (Grêmios, CART ³⁴ e Conselho de <i>campus</i>).	23	6	1	1	40	11	2	1
A participação dos alunos nas decisões da escola.	21	4	4	2	33	10	8	3
A forma como os recursos financeiros e materiais são utilizados.	21	8	1	1	27	23	3	1
O acesso aos diretores e coordenadores.	20	8	2	1	29	16	8	1
O nível de Transparência da direção no uso dos recursos.	18	9	1	3	27	17	7	3

Fonte: Questão X do questionário (Anexo I). Elaboração própria.

Em relação aos aspectos referentes à gestão e aos espaços de participação dos alunos, conforme verificamos no Quadro 32, os fatores relacionados à participação dos alunos foram os indicados como mais importantes, tanto no grupo A quanto no grupo B. A existência de representações estudantis, como o Grêmios, o Conselho de Representantes de Turmas e o Conselho de *Campus* com representantes dos estudantes, e a participação dos estudantes nas decisões da escola foram os aspectos mais indicados como muito importantes para sua permanência na instituição. Em seguida, foram indicados o acesso aos diretores e coordenadores e a forma como os recursos financeiros e materiais são utilizados. O nível de transparência da gestão no uso dos recursos foi o fator menos reconhecido como importante para a permanência dos alunos. Esse resultado pode sugerir também que o nível de transparência dos gestores e a forma como utilizam os recursos é pouco percebido por uma parte significativa dos alunos.

Entre os alunos do grupo B, que pensaram em desistir do curso, a percentagem daqueles que consideram a existência de representações estudantis como um fator muito importante é sutilmente maior do que do outro grupo. Em contrapartida, todos os outros fatores apresentaram índices menores entre os alunos do grupo B do que entre os alunos do grupo A. Esses resultados parecem

³⁴ Conselho de Alunos Representantes de Turma – CART.

indicar que os fatores relacionados à gestão e participação dos alunos são relevantes para aqueles que não têm dúvidas sobre sua permanência na escola, porém pouco relevantes para os alunos que pensaram em desistir.

O Quadro 33 apresenta as percepções dos alunos sobre a relevância das questões externas à escola para sua permanência no IFF Cabo Frio.

Quadro 33 - Aspectos referentes às questões Externas por grau de importância para a Permanência.								
Fatores Externos ao Campus	NÃO pensou em desistir do curso (Grupo A)				Pensou em desistir do curso (Grupo B)			
	Muita	Razoá-vel	Pouca	Nenhu-ma	Muita	Razoá-vel	Pouca	Nenhu-ma
O transporte entre residência x <i>campus</i> Cabo Frio.	20	5	5	2	32	10	6	6
A segurança no entorno do <i>campus</i> Cabo Frio.	20	3	4	5	28	8	8	10
A localização do <i>campus</i> Cabo Frio.	13	7	9	3	29	10	8	7
Os períodos de greve.	9	12	5	5	24	11	6	13

Fonte: Questão XI do questionário (Anexo I). Elaboração própria.

Por fim, conforme o Quadro 33, os fatores externos relacionados com a instituição foram os aspectos que apresentaram os menores índices de indicações como fatores importantes para a permanência nos dois grupos de alunos. Esses fatores estão relacionados com a localização do IFF Cabo Frio, o transporte e o deslocamento entre a residência dos alunos e a instituição de ensino, a segurança no entorno do *campus* e os períodos de greve dos servidores. Como mencionamos anteriormente, o *campus* se localiza entre os municípios de Cabo Frio e Búzios, distante da região central desses municípios, em área cercada por vegetação e pouco habitada. Essas características têm impactos sobre o tempo de deslocamento dos alunos, a disponibilidade e o tipo de transporte utilizado que, obrigatoriamente, é o intermunicipal, além da segurança no entorno da escola. Como são características consideradas desfavoráveis, acreditamos que, nesses aspectos, pode ter havido interpretação ambígua dos respondentes, sendo que alguns podem ter respondido considerando o que dificulta a permanência e, alguns, em referência ao que contribuem com a permanência.

A questão do transporte e do tempo de deslocamento causa algumas controvérsias entre os alunos, pois, para aqueles que residem em algumas

localidades de Armação dos Búzios e de Cabo Frio, a distância e o deslocamento até a escola pode não representar uma questão que impacta na sua permanência. Entretanto, para alunos que residem em outras localidades e outros municípios, essa distância pode exercer forte influência no seu cotidiano, uma vez que necessitam utilizar mais de dois transportes públicos por dia para ir e voltar da escola. Alguns alunos residem a cerca de 45 quilômetros da escola e chegam a utilizar seis conduções diariamente, o que diminui ainda mais seu tempo para descanso e para os estudos fora da escola. Ainda assim, o transporte entre a residência e a instituição de ensino foi o fator desse aspecto mais indicado como muito importante, sendo indicado por 60,5%, enquanto para 17,5% é um fator de razoável importância. Para 22% dos alunos esse fator possui pouca ou nenhuma importância para a permanência. Apesar de ser um tema controverso entre os alunos e, em certa medida, desfavorável para uma parte deles, as respostas indicam que provavelmente não seja uma questão determinante para sua permanência ou evasão. Essa interpretação prevalece quando triangulamos as informações desta questão com as apresentadas na seção anterior que dão conta de que, entre os 54 alunos que pensaram em desistir do curso, apenas quatro mencionaram esse fator como um motivo de desistência.

A segurança no entorno do *campus* foi indicada como muito importante por 56% e como razoável por 13%. Esse fator foi considerado de pouca ou nenhuma importância por 31% dos alunos. Nesse sentido, entendemos que, para um terço dos alunos, esse fator é desfavorável à permanência, mas a maioria não considera uma questão que influencia a evasão da instituição.

A localização do IFF Cabo Frio foi indicada como muito importante por 49% e como razoável por 20%. Outros 31% consideram esse fator de pouca ou nenhuma importância para sua permanência. Como a maioria dos alunos reside em Cabo Frio e Armação dos Búzios, a localização da instituição provavelmente não é determinante para a desistência. As informações coletadas indicam que os fatores relacionados à qualidade do ensino e da escola se sobrepõem às questões relacionadas à localização do *campus* e os demais inconvenientes ocasionados por ela. Além disso, como vimos no Capítulo 2, a oferta de ensino médio integrado é escassa na região em que se localiza o IFF Cabo Frio e, ainda mais escassa em se tratando da rede federal, tornando a questão da localização secundária para os alunos.

Em outro sentido, os períodos de greve foi o fator que obteve menor índice de importância para a permanência. Para 38% dos respondentes é um fator de muita importância, para 27% é um fator razoável, e para 34% tem pouca ou nenhuma importância para a permanência. Entretanto, muitos alunos que pensaram em sair da escola (Grupo B) indicaram os atrasos no ano letivo provocados pelas greves como um fator muito importante, conforme indicado na seção anterior. Concluímos que nesse item houve provavelmente certa ambiguidade de interpretação induzida pela redação da questão, sendo provável (tendo em vistas outras respostas já discutidas em seções anteriores) que os alunos que o indicaram como um fator importante, o fizeram no sentido de apontar que os períodos de greve exercem grande impacto para a permanência dos alunos. Cabe lembrar que Pedro (que evadiu o curso) apontara em sua entrevista os atrasos no calendário como um dos principais motivos que o levaram a sair da instituição.

Observando as respostas obtidas nos questionários e nas entrevistas em relação aos fatores que influenciam a permanência dos alunos e confrontando-as com as informações sobre os fatores que influenciam a evasão ou desistência, foi possível destacar os aspectos mais apontados como fatores que favorecem a permanência dos alunos.

Em relação às questões do ensino, destacamos a qualidade do ensino médio, das aulas dos professores e do ensino técnico ofertado. No que diz respeito às relações no ambiente escolar, o mais relevante foram o incentivo e construção da autonomia dos alunos como uma característica pedagógica da instituição e as relações amigáveis e acolhedoras entre os professores e os alunos, assim como, as relações dos demais profissionais da instituição com os alunos. As atividades extracurriculares também tiveram destaque entre as respostas dos alunos, especialmente, aquelas que abrangem a maior quantidade dos alunos, que promovem o bem-estar na escola e aquelas que representam um exercício prático, com ênfase para as atividades artísticas, culturais e os eventos realizados na escola, as atividades e projetos de pesquisa e extensão e as viagens e visitas técnicas.

Entre os auxílios e serviços ofertados aos alunos, a oferta de alimentação e transporte gratuitos para todos os alunos foram os fatores mais apontados, o que entendemos como itens essenciais para o acesso e permanência na instituição. A

oferta de bolsas e auxílios em pecúnia também foi destacada pelos alunos, especialmente, as bolsas Permanência IFF e Extensão, o que pode ser uma maneira de minimizar as pressões sociais e econômicas sobre o aluno para que ingresse precocemente no mercado de trabalho e acabe deixando a escola. Em relação à infraestrutura e recursos disponíveis, as salas de aula confortáveis e equipadas com recursos de apoio didático-pedagógico e a limpeza e conservação dos espaços de uso comum foram os aspectos mais relevantes e, por fim, no que tange à gestão e participação dos alunos, o destaque foi para a existência e atuação de representações estudantis, a maior participação direta dos alunos nas decisões da escola e o acesso dos alunos aos dirigentes da instituição.

6 Considerações Finais

Nessa seção buscamos sintetizar as principais conclusões que podemos chegar a partir dos resultados obtidos ao longo do desenvolvimento da pesquisa e da análise dos dados coletados para esta dissertação. O tema discutido nesse trabalho certamente não se esgota aqui e acreditamos que esse estudo, na verdade, contribui para suscitar outras questões acerca do abandono e evasão escolar no ensino médio profissional, reunindo questões para posterior aprofundamento no tema. Assim, além de ressaltar nossas conclusões, indicamos algumas reflexões a serem discutidas em novos estudos.

Como vimos, o ensino de nível médio brasileiro possui desafios relevantes e persistentes no que se refere ao acesso, à permanência, à qualidade e à sua identidade, que precisam ser superados para que essa etapa da educação se consolide e sirva à formação cidadã dos jovens, representando um ganho econômico e social real para o país. Sendo assim, compreendemos que é primordial que se avance na democratização e universalização do ensino médio, promovendo o acesso e a permanência dos jovens, assim como, garantindo condições concretas para um ensino de qualidade, especialmente, no que se refere às condições materiais, pedagógicas, de formação e valorização dos professores e de um conteúdo que faça sentido para a vida dos alunos.

A democratização do acesso ao ensino médio, por sua vez, passa pela superação da concepção dualista historicamente construída sobre formação geral e formação profissional, pois não faz sentido que jovens do mesmo país tenham acesso ao ensino de qualidade desigual ou que um tipo de formação seja encarado como inferior a outro. Assim, a proposta da escola politécnica, conforme defendida por Kuenzer (1989) e Saviani (1989, 2003), que busca superar a dicotomia entre o trabalho intelectual e o trabalho instrumental, nos parece uma boa alternativa para assegurar um ensino unitário para todos tomando o trabalho como princípio educativo. No entanto, concordamos com as ponderações desses autores, que reconhecem que a sua implementação não será possível sem que se avance nas condições sociais concretas para isso.

Por isso, acreditamos que a proposta do ensino médio integrado e integral, que vem se desenhando a partir de 2011 por meio das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para o Ensino Médio e para a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) que procura articular conhecimento, trabalho e cultura, ainda que não represente, exatamente, a concepção de educação politécnica e tecnológica, pode indicar uma travessia e uma possibilidade de superação da dualidade existente no ensino médio (Frigotto & Ciavatta, 2011).

Ao nos aproximarmos de uma experiência concreta de ensino profissional integrado ao ensino médio por meio da presente pesquisa, observamos que os cursos integrados do IFF Cabo Frio precisam avançar em relação à integração entre as disciplinas propedêuticas e técnicas e à formação integral a fim de contribuir de fato para essa travessia para uma educação politécnica. Os alunos pesquisados apontam essa falta de integração, a falta de aulas práticas e o acúmulo de disciplinas e tarefas que torna o curso maçante e teórico. Vimos que no IFF Cabo Frio, enquanto a carga horária total do ensino médio é de 2.400 horas, a carga horária total do curso de Petróleo e Gás é de 3.467 horas e do curso de Hospedagem é de 3.266. Desenvolver uma maior integração se faz necessário para que a carga horária do curso não represente apenas a junção de disciplinas técnicas e propedêuticas, mas englobe e articule os aspectos culturais, esportivos, criativos e de pesquisa numa perspectiva de formação integral.

Mesmo considerando que esses cursos precisam avançar no que se refere à sua integração interna e à formação integral, conforme apuramos nessa pesquisa, a qualidade da instituição e do ensino ofertado, incluindo as aulas dos professores, são reconhecidas e destacadas pelos alunos como um fator que os atrai e que favorece sua permanência no curso. Além disso, no que se refere à infraestrutura e as condições de funcionamento, coincidimos com a percepção dos alunos pesquisados na avaliação de que a instituição dispõe de instalações físicas e recursos materiais de alta qualidade e possui um corpo de funcionários bem qualificado, contando com espaço físico, equipamentos e recursos raramente disponíveis na rede de educação pública. Certamente, essas características institucionais contribuem para a qualidade percebida pelos alunos. Essa percepção sobre a qualidade da instituição e a escassez de oferta de ensino médio integrado na região em que o IFF Cabo Frio se encontra tanto na rede pública, quanto na rede privada, tem tornado a concorrência por uma vaga na instituição muito

acirrada, o que tem como consequência uma alta seletividade dos alunos que conseguem ingressar.

Na análise das trajetórias dos estudantes que ingressaram na instituição em 2014, verificamos que, mesmo em uma instituição reconhecida pela qualidade e seletiva, há desafios referentes ao fluxo escolar e à permanência dos alunos que precisam ser enfrentados. Entre os alunos do curso de Petróleo e Gás pesquisados, 72% concluíram o curso no tempo regular de três anos e houve 19% de desistência entre os anos letivos de 2014 e 2016. No curso de Hospedagem esses índices foram mais alarmantes, pois apenas 39% dos alunos concluíram no tempo regular e foi registrado um índice de 40,5% de desistência no período pesquisado. A taxa de reprovação nas turmas pesquisadas durante os três anos de curso foi de 9% em Petróleo e Gás e 20,5% em Hospedagem.

Sendo assim, além de diferenças sensíveis entre os dois cursos, destacamos que, entre os alunos que foram retidos em algum momento do curso, parte significativa acumulou retenções parciais ou totais nos anos subsequentes e a maioria deles acabou desistindo do curso. Essa constatação indica que a reprovação tende a favorecer novas retenções e está associada ao abandono escolar (Correa et al., 2015; Ribeiro, 1991). Esse cenário nos desafiou a identificar e compreender os fatores associados à permanência e à evasão dos alunos a fim de possibilitar no futuro o desenvolvimento de estratégias de enfrentamento destes desafios educacionais.

Nesse sentido, a presente pesquisa teve por objetivo identificar os fatores que influenciam a permanência dos alunos do Ensino Técnico Integrado do IFF Cabo Frio, enfatizando as características institucionais. Tendo em vista a literatura especializada, vimos que era necessário conhecer as características dos alunos pesquisados e a sua trajetória acadêmica, identificar as motivações que os levaram a escolher a instituição de ensino e o curso em que estavam matriculados, averiguar as suas expectativas de futuro acadêmico e profissional, e conhecer os recursos de assistência estudantil disponíveis e efetivamente utilizados pelos alunos, na tentativa de identificar as possíveis relações entre esses aspectos e a permanência ou a evasão discente. Por fim, buscamos identificar quais os principais fatores escolares que, na visão dos alunos, favorecem a sua permanência no IFF Cabo Frio.

A fim de alcançar esses objetivos e averiguar os possíveis sentidos que os fatores apontados possuem para os alunos, buscamos responder as seguintes questões: Qual o perfil dos alunos que fazem o curso técnico integrado no IFF Cabo Frio? Quais motivos os levaram a escolher estudar nessa instituição e no curso em que estão matriculados? Quais expectativas possuem quanto ao futuro acadêmico e profissional? Essas expectativas influenciam a sua permanência? Quais os fatores que influenciam a permanência ou a desistência dos alunos? Quais ações de assistência estudantil são desenvolvidas e em que medida elas influenciam a permanência dos alunos? Nestas considerações finais tentaremos sintetizar as respostas que obtivemos para cada uma das questões formuladas.

Em relação às características dos alunos pesquisados, verificamos que, apesar de uma parcela deles possuir renda familiar baixa e fazer jus a bolsas e auxílios de assistência estudantil, boa parte possui condições sócio-familiares e individuais que podem favorecer seu desempenho e permanência escolar, tais como, a inexistência de distorção idade/série pelo acúmulo de fracassos ou abandono escolar anterior, a maioria dos genitores com escolaridade de nível médio, aproximadamente 20% deles com nível superior e uma parcela significativa de famílias que conta com a presença cotidiana do pai e da mãe. Além disso, devido ao fato dos alunos serem selecionados por meio de prova com notas mínimas, é de se supor que aqueles que ingressam possuem proficiência favorável à continuidade dos estudos.

No que se refere à escolha da instituição de ensino, os alunos dos dois cursos apontaram aspectos relacionados à qualidade da escola e do ensino médio ofertado, segundo eles o IFF Cabo Frio é a melhor opção entre as escolas públicas da região. Por outro lado, os alunos apontaram que a limitação de opções de curso (apenas duas: Petróleo e Gás ou Hospedagem) foi um problema para a sua escolha. Outra motivação para a escolha foi a possibilidade de usar o diploma do curso técnico para conseguir um emprego ou ainda a informação de que havia mercado de trabalho na área. Além disso, aqueles que tinham interesse ou afinidade com as áreas de exatas e ciências escolheram o curso de Petróleo e Gás e aqueles que preferem as áreas das relações humanas optaram por Hospedagem. Mesmo não sendo apontada pelos estudantes como importante para a escolha do curso, a influência dos pais para a escolha da instituição foi maior entre os alunos de Hospedagem do que entre os que escolheram o curso de Petróleo e Gás.

Acreditamos que as respostas dos alunos indicam que para os genitores, o mais relevante era o seu filho estudar no IFF Cabo Frio, sem importar em qual curso seria. Verificamos assim que a escolha pela instituição de ensino está relacionada diretamente à percepção da qualidade e a escolha do curso se deu pela suposição das oportunidades futuras que aquela formação poderia representar.

Quanto às expectativas de futuro, a grande maioria dos alunos afirmou que pretende continuar os estudos em nível superior em área diferente do curso técnico em que estava matriculado, parte deles admite a possibilidade de entrar para o mercado de trabalho em outra área e, alguns, na mesma área do curso. Em alguns casos a perspectiva de entrada no mercado de trabalho após a conclusão da formação de nível médio no IFF Cabo Frio parece obedecer a uma estratégia para custear o ingresso e a manutenção durante a graduação no curso superior sem ter que depender totalmente dos familiares.

Ao confrontar as características dos alunos, a escolha da instituição e do curso devido à sua qualidade e as expectativas de continuidade dos estudos – aspectos que favoreceriam a permanência – com o índice de desistência encontrado, reforçamos a relevância de nossa questão de pesquisa: o que influenciou a desistência e quais fatores poderiam tê-la evitado no âmbito das características institucionais?

Entre os alunos que se encontravam matriculados ao final do ano letivo de 2016 e que responderam ao questionário da nossa pesquisa, 63% indicou que havia pensado em desistir do curso em algum momento da sua trajetória. Entre os principais motivos que os teriam levado a pensar em abandonar o curso, destacamos os atrasos no calendário letivo devido às greves, a extensa carga horária do curso e a quantidade de tarefas e atividades avaliativas – e a tensão e desgaste físico e emocional correlatos a elas – as dificuldades acadêmicas e o alto nível de exigência dos professores. Foram citados também a reprovação ou o receio dela, a falta de identificação com o curso técnico, a falta de integração entre as matérias técnicas e propedêuticas e a falta de aulas práticas.

Entre os fatores associados à permanência dos alunos, destacamos a percepção sobre a qualidade do ensino médio e técnico ofertados, a qualidade das aulas dos professores, o incentivo à construção da autonomia dos alunos como uma característica pedagógica da instituição, as relações amigáveis e acolhedoras com os professores, funcionários e entre os alunos, as atividades fora da sala de aula que

promovem descanso e lazer, as atividades e projetos de pesquisa e extensão, as viagens e visitas técnicas, a oferta de alimentação e transporte gratuitos para todos os alunos e a oferta de bolsas e auxílios pecuniários da assistência estudantil. Em relação à infraestrutura, os alunos apontam as salas de aula confortáveis e equipadas com recursos de apoio didático-pedagógico e a limpeza e conservação dos espaços de uso comum. A participação dos alunos por meio de representações estudantis nas decisões da escola e o acesso aos dirigentes da instituição também foram apontados como fatores que contribuem para a permanência.

Em relação às ações de assistência estudantil, as respostas dos alunos nos autorizam a considerá-las como fatores associados à permanência. Entre os alunos beneficiados com as ações de assistência estudantil foi observado bom fluxo acadêmico e menor índice de desistência que as médias das turmas investigadas, configurando, assim, a contribuição dessas ações para a permanência dos alunos.

A realização dessa pesquisa suscitou o surgimento de algumas questões sobre o tema que não foi possível desenvolver e que registramos como contribuições para futuros estudos sobre o ensino médio integrado e a permanência dos alunos nesse nível de ensino. Caberá assim investigar mais profundamente a relação entre o perfil individual dos alunos, a sua origem escolar e a forma de ingresso ao curso com os fatores de permanência apontados por eles a fim de compreender melhor o peso relativo da trajetória acadêmica e do acesso aos benefícios de assistência estudantil enquanto fatores que favorecem a permanência. Outro aspecto que merece aprofundamento é a proposta curricular com horário integral para o ensino médio considerando em que medida o ensino médio integrado – tal como ofertado no IFF Cabo Frio – pode representar uma real possibilidade de escola unitária alternativa à proposta de itinerários formativos e outras propostas discutidas para o nível médio no Brasil.

Essas questões indicam que o tema necessita mais estudos e debates com a sociedade – e particularmente com os jovens que se pretende que sejam o público-alvo destas iniciativas – para que se estabeleça uma política educacional consistente para esse nível de ensino. Fica patente também a incompletude de nosso trabalho e situa sua contribuição no levantamento de mais questões para o debate em consonância com nosso desejo de que os jovens brasileiros tenham acesso a uma escola mais democrática, mais atraente, mais efetiva e afetiva, que faça a diferença para cada um, individualmente, e para o desenvolvimento da coletividade.

7

Referências bibliográficas

ABREU, Geysa. A homogeneização do Ensino Secundário na década de 1930: estratégias de eficiência, racionalidade e controle. **Educar em revista**, n. especial 2, p.291-302, 2010, Editora UFPR.

BRASIL. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

_____. Decreto nº 2.208 de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

_____. Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências.

_____. Lei n. 11.892 de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

_____. Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES.

_____. Lei nº 12.513 de 26 de outubro de 2011. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), e dá outras providências.

_____. Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.

_____, MEC. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Um novo modelo em educação profissional e tecnológica: Concepção e Diretrizes, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6691-if-concepcaoediretrizes&category_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192> Acesso em: 02 abr. 2017.

_____, MEC. Manual para Produção e Análise dos Indicadores da Rede Federal de EPCT – Exercício 2014. Brasília, jan. 2015. Disponível em <http://sitesistec.mec.gov.br/images/arquivos/pdf/manual_indicadores_gest_ao_exercicio2014.pdf> Acesso em: 11 nov. 2016.

_____, MEC. Relatório Anual De Análise Dos Indicadores De Gestão Das Instituições Federais De Educação Profissional, Científica E Tecnológica. Exercício 2014. Junho/2015. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17929-analise-indicadores-2014&Itemid=30192> Acesso em: 11 nov. 2016.

_____, MEC. Relatório Anual De Análise Dos Indicadores De Gestão Das Instituições Federais De Educação Profissional, Científica E Tecnológica. Exercício 2015. Brasília, jun. 2016. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=45621-setec-analise-de-indicadores-2015-pdf&category_slug=julho-2016-pdf&Itemid=30192> Acesso em: 11 nov. 2016.

_____, MEC. Notas Estatísticas - Censo Escolar 2016. Brasília – DF, fevereiro de 2017. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2017/notas_estatisticas_censo_escolar_da_educacao_basica_2016.pdf> Acesso em: 10 jan. 2018.

CEFET CAMPOS. **Prestação de Contas - Exercício 2008**. Disponível em: <<http://portal1.iff.edu.br/aceso-a-informacao/relatorios-de-gestao/relatorio-de-gestao-2008.pdf/view>> Acesso em: 20 abr. 2018.

CORREA, Erisson Viana; BONAMINO, Alicia Maria Catalano; SOARES, Tufi Machado. Evidências do efeito da repetência nos primeiros anos escolares. **Estudos em Avaliação Educacional (online)**, v. 25, p. 242, 2015. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/eae/article/view/2862/2859>> Acesso em: 20 abr. 2018.

COSTA, Gilvan Luiz Machado. O Ensino Médio no Brasil: desafios à matrícula e ao trabalho docente. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, v. 94, n. 236, p. 185-210, jan./abr. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbeped/v94n236/10.pdf>> Acesso em: 28 out. 2016.

CRAHAY, Marcel. É possível tirar conclusões sobre os efeitos da repetência? **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n. 127, p. 223-246, jan./abr. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v36n127/a1036127.pdf>> Acesso em: 20 abr. 2018.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo**. 2ª Ed. São Paulo: Editora UNESP, Brasília, 2005, pp. 17 – 43.

DÍAZ, Oscar Espinoza; GUAJARDO, Dante Castillo; FIEGEHEN, Luis González; CAMPOS, Javier Loyola; GRAU, Eduardo Santa Cruz. Fatores intraescolares associados ao abandono escolar no Chile: um estudo de caso. **Revista Lusófona de Educação**, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.mec.pt/pdf/rle/n20/n20a04.pdf>> Acesso em 15 mar. 2018.

DORE, Rosemary; LUSCHER, Ana Zuleima. Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 41, n. 144, dez. 2011a. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742011000300007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 28 set. 2016.

_____. Política Educacional no Brasil- educação técnica e abandono escolar. **Revista Brasileira de Pós Graduação**, Brasília, supl. 1, v. 8, p. 147 - 176, dezembro 2011b. Disponível em: <<http://ojs.rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/244/411>> Acesso em: 15 abr. 2017.

FIGUEIREDO, Natália Gomes da Silva, SALLES, Denise Medeiros Ribeiro. Educação Profissional e evasão escolar em contexto: motivos e reflexões. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, vol. 25 no. 95, Rio de Janeiro abr./jun. 2017. Disponível em: <<http://doi.org/10.1590/S0104-40362017002500397>>.

FRIGOTTO, Galdêncio. & CIAVATTA, Maria. Perspectivas sociais e políticas da formação de nível Médio: avanços e entraves nas suas modalidades. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 32, n. 116, p. 619-638, jul.-set. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v32n116/a02v32n116.pdf>> Acesso em: 19 out. 2016.

_____, Gaudêncio, CIAVATTA, Maria, RAMOS, Marise. A gênese do Decreto n. 5.154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita. In.: FRIGOTTO, Gaudêncio, CIAVATTA, Maria, RAMOS, Marise (Orgs.). **Ensino Médio Integrado: Concepções e contradições**. 3º ed., São Paulo: Cortez, 2012.

GOMES, Carlos Francisco Simões; BASTOS, Oliver. A evasão escolar no Ensino Técnico: um estudo de caso do CEFET-RJ. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, v. 13, n.32, p. 217-234, São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://periodicos.estacio.br/index.php/reeduc/article/view/1133/1246>> Acesso em: 03 mar. 2018.

GUEDELHO, Clefra Vieira. **Avaliação em profundidade da Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal do Piauí**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2017. Disponível em:

<http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/24384/1/2017_dis_cvguedelho.pdf> Acesso em: 12 abr. 2018.

IFFLUMINENSE. PDI 2010-2014. Disponível em: <<http://portal1.iff.edu.br/conheca-o-iffuminense/pdi-2010-2014.pdf/@download/file/PDI%20-%202010-2014.pdf>> Acesso em: 11 out. 2016.

_____. Resolução nº 12 de 10 de maio de 2013. Aprova a reestruturação da Matriz Curricular do Curso Técnico em Petróleo e Gás integrado ao Ensino Médio do *campus* Cabo Frio, conforme Projeto Pedagógico. Disponível em: <<http://cdd.iff.edu.br/documentos/resolucoes/2013/resolucao-no-12-de-10-de-maio-de-2013>> Acesso em: 03 mar. 2018.

_____. Resolução nº 13 de 10 de maio de 2013. Aprova a reestruturação da Matriz Curricular do Curso Técnico em Hospedagem integrado ao Ensino Médio do *campus* Cabo Frio, conforme Projeto Pedagógico. Disponível em: <<http://cdd.iff.edu.br/documentos/resolucoes/2013/resolucao-no-13-de-10-de-maio-de-2013>> Acesso em: 03 mar. 2018.

_____. Estatuto do Instituto Federal Fluminense. Resolução n. 12 de 02 de março de 2015. Disponível em: <<http://portal1.iff.edu.br/conheca-o-iffuminense/legislacao/estatuto-do-iffuminense/@download/file/Resolucao%20n.%20012-2015%20-%20Estatuto%20do%20IFFluminense.pdf>> Acesso em 11 out. 2016.

_____. Resolução nº 39 de 11 de março de 2016. Aprova o Programa de Assistência Estudantil do Instituto Federal Fluminense. Disponível em: <<http://cdd.iff.edu.br/documentos/resolucoes/2016/resolucao-no-39-de-11-de-marco-de-2016>> Acesso em:

_____. Regulamentação Didático-Pedagógica 2016. Disponível em: <<http://portal1.iff.edu.br/nossos-campi/itaperuna/painel-do-estudante/regulamentacao-didatico-pedagogica-if-fluminense-versao-final-para-aprovada-no-conselho-para-site.pdf>> Acesso em: 03 mar. 2018.

_____. Resolução nº 11 de 28 de março de 2017. Aprova com ressalvas o Relatório de Gestão do Exercício 2016 do IFFluminense. Disponível em: <<http://cdd.iff.edu.br/documentos/resolucoes/2017/resolucao-12>> Acesso em: 20 abr. 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA(INEP). **Censo Escolar da Educação Básica 2013**: resumo técnico / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Brasília: 2014. Disponível em <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resumos_tecnicos/resumo_tecnico_censo_educacao_basica_2013.pdf> Acesso em: 30 out. 2016.

_____. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2016**. Brasília: Inep, 2017. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>>. Acesso em: 15 mar. 2018

KRAWCZYK, Nora. Reflexão Sobre Alguns Desafios Do Ensino Médio No Brasil Hoje. **Cadernos de Pesquisa**, v.41, n.144, Set./Dez., p. 752 – 769, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v41n144/v41n144a06.pdf>> Acesso em: 27 out. 2016.

KUENZER, Acácia Zeneida. O trabalho como princípio educativo. **Caderno de Pesquisa**, São Paulo (68): 21-28, fevereiro, 1989. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1118/1123>> Acesso em: 20 mar. 2018.

LUZ, Luciana Soares. **O impacto da repetência na proficiência escolar**: uma análise longitudinal do desempenho de repetentes em 2002-2003. (Dissertação de Mestrado) – Centro de Planejamento e Desenvolvimento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/AMSA-7SMP6T/luciana_soares_luz.pdf?sequence=1> Acesso em: 20 mar. 2018.

MAGALHÃES, Rosélia Pinheiro de; MENEZES, Simone Cazarin de. Ação afirmativa na UFRJ - a implantação de uma política e os dilemas da permanência. **O Social em Questão**, ano XVII, nº 32, p. 59-74, 2014. Disponível em: <http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_32_3_Magalhaes_Menezes_WEB.pdf> Acesso em: 04 abr. 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Pronatec – Lançamento de Estudos. Brasília, 24 de setembro de 2015. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=22071-24092015-lancamento-estudos-pronatec-setec-pdf&category_slug=abril-2010-pdf&Itemid=30192. Acesso em 18 mar. 2018.

MESQUITA, Silvana Soares de Araujo. **O Exercício da docência no ensino médio:** a centralidade do papel do professor no trabalho com jovens da periferia. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Educação, 2016. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/images/stories/download/pct/2017/Teses-Premiadas/Educacao-Silvana-Soares-de-Araujo-Mesquita.PDF>> Acesso em: 20 nov. 2017.

NERI, M. C. **Tempo de permanência na escola e as motivações dos sem-escola.** Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2009. Disponível em <http://www.cps.fgv.br/ibrecps/TPE/TPE_Motiva%C3%A7%C3%B5esEvas%C3%A3oEscolar_Sumario.pdf> Acesso em 30 out. 2016.

NUNES, Clarice. **Ensino Médio.** DP&A. Rio de Janeiro, 2002, pp. 7-25.

OLINTO, Gilda. A inclusão das mulheres nas carreiras de ciência e tecnologia no Brasil. **Inclusão Social**, Brasília, DF, v. 5 n. 1, p.68-77, jul./dez. 2011. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/inclusao/article/view/1667/1873>>.

OLIVEIRA, Romualdo Portela; ARAÚJO, Gilda Cardoso de. Qualidade do ensino: uma nova dimensão da luta pelo direito à educação. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro: ANPEd; Campinas: Autores Associados, n. 28, p. 5-23, jan./abr. 2005.

PRADO, R. M. M. O. Investigando **Trajetórias Escolares na Formação Profissional Técnica de Nível Médio:** O caso do IFMA – Campus Maracanã. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <<http://www.educacao.ufrj.br/ppge/disserta%C3%A7%C3%B5es2017/dRuthPrado.pdf>> Acesso em: 11 nov. 2017.

RAMALHO, Ludmila Eleonora Gomes. **Abordagem avaliativa da política de assistência estudantil em uma instituição de ensino profissional.** Dissertação (mestrado) Universidade Federal De Juiz De Fora, 2013. Disponível em: <<http://www.mestrado.caedufjf.net/wp-content/uploads/2014/02/dissertacao-2011-ludmila-eleonora-gomes-ramalho.pdf>> Acesso em: 04 abr. 2017.

RAMOS, Marise. A política de educação profissional no Brasil contemporâneo: avanços, recuos e contradições frente a projetos de desenvolvimento em disputa. In: CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS – CGEE. **Mapa da educação profissional e tecnológica:** experiências internacionais e dinâmicas regionais brasileiras. Brasília, DF: 2015. 292p. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&

alias=36631-mapa-ept-cgee-pdf-1&category_slug=marco-2016-pdf&Itemid=30192> Acesso em: 05. Abr. 2017.

RIBEIRO, Sérgio da Costa. A pedagogia da repetência. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 5, n. 12, maio/ago. 1991. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8604/10155>> Acesso em: 20 mar. 2018.

RIBEIRO, Jefferson Bruno Pereira, MOREIRA, Jonathan Rosa. Fatores Sociais e Acadêmicos na Evasão Escolar do Curso Técnico em Segurança do Trabalho do Polo Itapoã do Instituto Federal de Brasília. **Revista Eixo**, Brasília-DF, v. 6, n. 2, julho-dezembro de 2017. Disponível em: <<http://revistaeixo.ifb.edu.br/index.php/RevistaEixo/article/view/477>>. SAVIANI, Dermeval. **Sobre a concepção de politecnia**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 1989. Disponível em: <<https://portaltrabalho.files.wordpress.com/2015/03/sobre-a-concepcao-de-politecnia.pdf>> Acesso em: 25 mar. 2018.

_____, Dermeval. O choque teórico da politecnia. In: **Trabalho, educação e saúde**, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 1, pp. 131-152, março 2003. Disponível em: <<http://www.revista.epsjv.fiocruz.br/upload/revistas/r41.pdf>> Acesso em: 25 mar. 2018.

SHIMADA, Milena; MELO-SILVA, Lucy Leal. Interesses profissionais e papéis de gênero: escolhas femininas no BBT-Br. **Avaliação Psicológica [On line]** 2013, 12 (Agosto), pp. 243 – 251. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=335027505015>> ISSN 1677-0471.

SOARES, Tufi Machado; FERNANDES, Neimar da Silva; NÓBREGA, Mariana Calife; NICOLELLA, Alexandre Chibebe. Fatores associados ao abandono escolar no ensino médio público de Minas Gerais. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 41, n. 3, p.757-772, jul./set. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v41n3/1517-9702-ep-41-3-0757.pdf>> Acesso em 03 mar. 2018.

SOUZA, Luiz Carlos de. **Fatores associados ao valor agregado de proficiência no ensino médio**: uma análise a partir do SAERJ. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Educação, 2016. Disponível em: <<http://widgets.ebscohost.com/prod/customerspecific/s6115690/access/index.php?url=http%3a%2f%2fsearch.ebscohost.com%2flogin.aspx%3fdirect%3dtrue%26db%3dcat04685a%26AN%3dpuc.217860%26lang%3dpt-br%26site%3dedcs-live%26scope%3dsite>> Acesso em 10 out. 2017.

TORRES, Haroldo da Gama; CAMELO, Rafael; FRANÇA, Danilo. Abandono Escolar no Ensino Médio entre jovens de baixa renda. **Revista Estudos e Pesquisas Educacionais – Fundação Victor Civita**, nº 4, novembro 2013, pp. 205-233, São Paulo.

ANEXO I

QUESTIONÁRIO PARA ALUNOS DO 3º ANO DO ENSINO TÉCNICO INTEGRADO DO IF FLUMINENSE *CAMPUS* CABO FRIO

Prezado/a estudante, esse questionário tem por objetivo coletar informações sobre os fatores que influenciam a sua permanência no curso Técnico Integrado do IF Fluminense *campus* Cabo Frio. Por isso, contamos com a sua colaboração para responder às questões abaixo a partir de sua experiência pessoal. Obrigado pela sua atenção!

NOME:
MATRÍCULA:
TURMA:

As questões abaixo referem-se aos motivos que o(a) levaram a escolher o curso e a instituição de ensino. Observe que você tem quatro opções para cada afirmativa apresentada: **Contribuiu Muito, Contribuiu Razoavelmente, Contribuiu Pouco e Não Contribuiu**. Marque apenas um X em cada linha.

I. Indique os motivos que contribuíram para você escolher estudar no IF Fluminense <i>campus</i> Cabo Frio:					
	Marque apenas um X em cada linha.	Contribuiu Muito	Contribuiu Razoavelmente	Contribuiu Pouco	Não Contribuiu
A.	considero uma escola de boa qualidade				
B.	escola oferece formação técnica/profissional				
C.	escola oferece ensino médio de boa qualidade				
D.	escola oferece pesquisa, extensão e outras oportunidades				
E.	considero a melhor opção entre as escolas públicas				
F.	tendi a vontade dos meus pais ou responsáveis				
OUTROS:					

II. Indique os motivos que contribuíram para você escolher o curso (Hospedagem ou Petróleo e Gás):					
	Marque apenas um X em cada linha.	Contribuiu Muito	Contribuiu Razoavelmente	Contribuiu Pouco	Não Contribuiu
A.	corresponde à área do meu interesse				
B.	É minha área de vocação				
C.	Terei a possibilidade de um bom emprego				
D.	O Mercado de Trabalho nessa área está em expansão				
E.	Faltam outras opções de curso				
F.	Atendi a vontade dos meus pais ou responsáveis				
OUTROS:					

III. Já pensou em deixar o IF Fluminense <i>campus</i> Cabo Frio antes de concluir o curso?	
() SIM	() NÃO

IV. Caso tenha respondido SIM na questão anterior, qual motivo levou a pensar em abandonar o IF Fluminense <i>campus</i> Cabo Frio antes de concluir o curso?

As próximas questões referem-se aos fatores que DIFICULTAM OU CONTRIBUEM para a sua permanência no IF Fluminense <i>campus</i> Cabo Frio até a conclusão do curso.

V. No que se refere às questões do ensino, qual a importância de cada um dos aspectos listados a seguir:				
Marque apenas um X em cada linha.	Muita	Razoável	Pouca	Nenhuma
A. A qualidade do ensino técnico/profissional				
B. A qualidade do ensino médio				
C. A qualidade das aulas dos professores				
D. A forma que os professores avaliam o aprendizado				
E. A quantidade de avaliações passadas pelos professores				
F. O nível de cobrança dos professores				
G. A complexidade dos conteúdos abordados no curso				
H. A frequência e pontualidade dos professores				
I. A quantidade de disciplinas do curso				
J. A carga horária de aulas				
K. As aulas práticas				

VI. No que se refere às relações interpessoais no ambiente escolar, qual a importância de cada um dos aspectos listados a seguir:				
Marque apenas um X em cada linha.	Muita	Razoável	Pouca	Nenhuma
A. Relação entre os professores e os alunos				
B. Relação entre os coordenadores e diretores e os alunos				
C. Relação entre os funcionários e os alunos				
D. Colhimento e atendimento dos setores aos alunos				
E. Incentivo à autonomia do aluno				

VII. No que se refere às atividades fora da sala de aula, qual a importância de cada um dos aspectos listados a seguir:				
Marque apenas um X em cada linha.	Muita	Razoável	Pouca	Nenhuma
A. Atividades esportivas e de lazer				
B. Atividades artísticas, culturais e os eventos				
C. As viagens e visitas técnicas				
D. As palestras e atividades formativas fora da sala de aula				
E. Os projetos e as atividades de pesquisa				
F. Os projetos e as atividades de extensão				
G. Os projetos e as atividades de inovação				

VIII. No que se refere aos <u>serviços e auxílios ofertados aos alunos</u>, qual a importância de cada um dos aspectos listados a seguir:				
Marque apenas um X em cada linha.	Muita	Razoável	Pouca	Nenhuma
A. O atendimento psicossocial				
B. O atendimento pedagógico				
C. O atendimento da enfermaria				
D. A Bolsa Permanência				
E. O Auxílio Alimentação				
F. O Auxílio Transporte				
G. O Auxílio Moradia				
H. A Merenda (lanche gratuito)				
I. A Bolsa de Pesquisa				
J. A Bolsa de Extensão				
K. A Bolsa de Monitoria				
L. A Bolsa de Apoio Tecnológico				
M. A Bolsa Arte e Cultura				
N. Bolsa Atleta				
O. s ações educativas da área de saúde				
P. atendimento dos monitores				

IX. No que se refere à <u>Infraestrutura e equipamentos do IFF</u>, qual a importância de cada um dos aspectos listados a seguir:				
Marque apenas um X em cada linha.	Muita	Razoável	Pouca	Nenhuma
A. espaço físico, iluminação, climatização e carteiras das salas de aula.				
B. s equipamentos das Salas de aula (lousa, computador, TV e data show)				
C. s laboratórios				
D. refeitório e os serviços da cantina				
E. preço e a qualidade da refeição				
F. área externa para lazer e descanso				
G. quadra poliesportiva e os equipamentos esportivos				
H. A Biblioteca e a diversidade do acervo de livros				
I. O Micródromo (Telecentro)				
J. A Sala de pesquisa				
K. A limpeza e a conservação da escola				
L. A segurança dentro da instituição				

X. No que se refere à <u>Gestão e aos espaços de Participação dos alunos</u>, qual a importância de cada um dos aspectos listados a seguir:				
Marque apenas um X em cada linha.	Muita	Razoável	Pouca	Nenhuma
A. O nível de Transparência da direção no uso dos recursos				
B. A forma como os recursos financeiros e materiais são utilizados				
C. O acesso aos diretores e coordenadores				
D. A participação dos alunos nas decisões da escola				

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612225/CA

E. A existência de Representações estudantis (Grêmios, CART e Conselho de <i>campus</i>)				
---	--	--	--	--

XI. No que se refere às questões externas, qual a importância de cada um dos aspectos listados a seguir:				
Marque apenas um X em cada linha.	Muita	Razoável	Pouca	Nenhuma
A. A localização do <i>campus</i> Cabo Frio				
B. O transporte entre residência x <i>campus</i> Cabo Frio				
C. Os períodos de greve				
D. A segurança no entorno do <i>campus</i> Cabo Frio				

A questão abaixo se refere à sua expectativa acadêmica/profissional após a conclusão do curso no IF Fluminense *campus* Cabo Frio.

Registre seu grau de concordância com as possibilidades e expectativas quanto ao seu futuro profissional após a conclusão do curso no IF Fluminense <i>campus</i> Cabo Frio:				
Marque apenas um X em cada linha.	Concordo Totalmente	Concordo	Discordo	Discordo Totalmente
A. Continuar estudando na mesma área, mas em curso de nível superior.				
B. Continuar estudando em curso de nível superior, mas em outra área.				
C. Entrar para o mercado de trabalho na mesma área do curso técnico.				
D. Entrar para o mercado de trabalho em outra área.				
E. Fazer cursos de capacitação de curta duração.				
F. Fazer outro curso técnico.				
G. Fazer concurso público.				
H. Parar de estudar temporariamente.				
I. Não vou estudar nunca mais.				
Outros:				

Agradecemos a sua colaboração!

ANEXO II

TERMO DE ASSENTIMENTO PARA ESTUDANTES (MENORES DE 18 ANOS)



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO
Programa de Pós-Graduação em Educação

TERMO DE ASSENTIMENTO | ESTUDANTES

Prezado/a:

Com a devida autorização do seu/sua responsável, convidamos você para participar da pesquisa apresentada a seguir.

Pesquisa: *“Permanência no Ensino Médio e Profissional: Estudo do caso do Instituto Federal Fluminense campus Cabo Frio”*

Pesquisadores: Mestrando: Lenon Araújo de Matos | lenonseso@gmail.com | Tel. (22) 98814-5755

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Cynthia Paes de Carvalho | cynthiapaesdecarvalho@puc-rio.br | Tel. (21) 982126757

Objetivo: O objetivo geral da pesquisa é identificar os fatores que influenciam a permanência dos alunos do Ensino Técnico Integrado do IF Fluminense *campus* Cabo Frio.

Justificativa: Como tem apontado a literatura educacional, os altos índices de evasão e reprovação e a tendência de declínio das matrículas afastam a possibilidade da universalização ou democratização do Ensino Médio no país. Segundo dados do INEP/MEC de 2013, as taxas de reprovação e abandono apontam para a relevância da implementação de ações e políticas para superar o problema. O IF Fluminense desenvolve um conjunto de ações que buscam responder a esse desafio, configurando um caso de interesse de estudo, que poderá gerar insumos para o desenho de soluções para contribuir para a melhoria deste quadro no país. Esta pesquisa pretende investigar os fatores que influenciam a permanência dos alunos do Ensino Técnico Integrado do IF Fluminense *campus* Cabo Frio, principalmente, no que tange às características institucionais, às práticas pedagógicas e às ações de assistência estudantil. A pesquisa será realizada a partir da análise dos dados da ficha de matrícula dos alunos e de questionários aplicados a alunos e outros agentes escolares coletando informações complementares relacionadas ao tema.

O projeto integra a pesquisa institucional *“Liderança, Colaboração Docente e Qualidade da Educação em Diferentes Contextos Organizacionais”* do grupo de pesquisa GESQ – Gestão e Qualidade da Educação – coordenado pela Prof^ª. Dr^ª. Cynthia Paes de Carvalho da PUC-Rio que conta com a autorização da Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio.

Metodologia: Aplicação de questionário físico e/ou por meio virtual, conforme a disponibilidade e preferência do respondente. Os dados da ficha de matrícula serão obtidos junto ao setor responsável na instituição.

Riscos e Benefícios: Todos os dados pessoais serão mantidos em sigilo, sendo tratados estatisticamente sem identificação dos respondentes. Há a possibilidade, entretanto, de algum tipo de constrangimento ao abordar temas relacionados às motivações e expectativas pessoais. No entanto, todos os procedimentos levarão este risco em conta, respeitando os estudantes envolvidos e a sua escolha em não responder qualquer questão formulada. Os resultados da

pesquisa podem contribuir com a redução das taxas de evasão e melhoria dos recursos institucionais apontados como fatores que influenciam na permanência dos alunos.

Eu, _____,
de maneira voluntária, livre e esclarecida, com autorização de meu responsável, concordo em participar da pesquisa acima identificada. Estou ciente dos objetivos do estudo, dos procedimentos metodológicos, das garantias de confidencialidade e da possibilidade de esclarecimentos permanentes sobre os mesmos. Fui informado(a) de que se trata de pesquisa de mestrado em andamento no Programa de Pós-Graduação em Educação da PUC-Rio. Está claro que minha participação é isenta de despesas e que minha imagem e meu nome não serão publicados sem minha prévia autorização por escrito, bem como de meu responsável. Estou ciente de que, em qualquer fase da pesquisa, tenho a liberdade de recusar a minha participação ou retirar meu assentimento, sem nenhuma penalização ou prejuízo que me possam ser imputados.

Lenon Araújo de Matos, mestrando.

Prof^a Cynthia Paes de Carvalho,
orientadora.

[assinatura do/da estudante voluntário/a]

Nome completo: _____

E-mail: _____ Tel. _____

Identificação (RG): _____ | Cabo Frio, ____ de _____ de 2017.

OBS.: Este termo é assinado em 2 vias, uma do/a voluntário/a e outra para os arquivos dos pesquisadores.

ANEXO III

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA RESPONSÁVEIS



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO
Programa de Pós-Graduação em Educação

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO | RESPONSÁVEIS

Prezado/a:

Vimos, por meio deste, solicitar sua autorização como responsável para convidar seu filho(a) a participar voluntariamente da pesquisa apresentada a seguir.

Pesquisa: *“Permanência no Ensino Médio e Profissional: Estudo do caso do Instituto Federal Fluminense campus Cabo Frio”*

Pesquisadores: Lenon Araújo de Matos | lenonseso@gmail.com | Tel. (22) 98814-5755
Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Cynthia Paes de Carvalho | cynthiapaesdecarvalho@puc-rio.br | Tel. (21) 982126757

Objetivo: O objetivo geral da pesquisa é identificar os fatores que influenciam a permanência dos alunos do Ensino Técnico Integrado do IF Fluminense *campus* Cabo Frio.

Justificativa: Como tem apontado a literatura educacional, os altos índices de evasão e reprovação e a tendência de declínio das matrículas afastam a possibilidade da universalização ou democratização do Ensino Médio no país. Segundo dados do INEP/MEC de 2013, as taxas de reprovação e abandono apontam para a relevância da implementação de ações e políticas para superar o problema. O IF Fluminense desenvolve um conjunto de ações que buscam responder a esse desafio, configurando um caso de interesse de estudo, que poderá gerar insumos para o desenho de soluções para contribuir para a melhoria deste quadro no país. Esta pesquisa pretende investigar os fatores que influenciam a permanência dos alunos do Ensino Técnico Integrado do IF Fluminense *campus* Cabo Frio, principalmente, no que tange às características institucionais, às práticas pedagógicas e às ações de assistência estudantil. A pesquisa será realizada a partir da análise dos dados da ficha de matrícula dos alunos e de questionários aplicados a alunos e outros agentes escolares coletando informações complementares relacionadas ao tema.

O projeto integra a pesquisa institucional *“Liderança, Colaboração Docente e Qualidade da Educação em Diferentes Contextos Organizacionais”* do grupo de pesquisa GESQ – Gestão e Qualidade da Educação – coordenado pela Prof^ª. Dr^ª. Cynthia Paes de Carvalho da PUC-Rio que conta com a autorização da Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio.

Metodologia: Aplicação de questionário físico e/ou por meio virtual, conforme a disponibilidade e preferência do respondente. Os dados da ficha de matrícula serão obtidos junto ao setor responsável na instituição.

Riscos e Benefícios: Todos os dados pessoais serão mantidos em sigilo, sendo tratados estatisticamente sem identificação dos respondentes. Há a possibilidade, entretanto, de algum tipo de constrangimento ao abordar temas relacionados às motivações e expectativas pessoais. No entanto, todos os procedimentos levarão este risco em conta, respeitando os estudantes envolvidos e a sua escolha em não responder qualquer questão formulada. Os resultados da pesquisa podem contribuir com a redução das taxas de evasão e melhoria dos recursos institucionais apontados como fatores que influenciam na permanência dos alunos.

Eu, _____, responsável por _____ de maneira voluntária, livre e esclarecida, autorizo a participação do/a mesmo/a na pesquisa acima identificada. Estou ciente dos objetivos do estudo, dos procedimentos metodológicos, das garantias de confidencialidade e da possibilidade de esclarecimentos permanentes sobre os mesmos. Fui informado(a) de que se trata de pesquisa de mestrado em andamento no Programa de Pós-Graduação em Educação da PUC-Rio. Está claro que a participação de meu (minha) filho(a) é isenta de despesas e que a imagem e o nome dos envolvidos não serão publicados sem minha prévia autorização por escrito. Estou de acordo com o uso de questionário. Estou ciente de que, em qualquer fase da pesquisa, tenho a liberdade de recusar a participação de meu (minha) filho(a) ou retirar meu consentimento, sem nenhuma penalização ou prejuízo que me possam ser imputados.

Lenon Araújo de Matos, mestrando.

Profª Cynthia Paes de Carvalho, orientadora.

[Assinatura do/da responsável pelo estudante]

Nome completo: _____

E-mail: _____ Tel. _____

Identificação (RG): _____ | Cabo Frio, ____ de _____ de 2017.

OBS.: Este termo é assinado em 2 vias, uma do/a voluntário/a e outra para os arquivos dos pesquisadores.

ANEXO IV

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA ESTUDANTES (MAIORES DE 18 ANOS)



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO
Programa de Pós-Graduação em Educação

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO | ESTUDANTES

Prezado/a:

Vimos, por meio deste, convidá-lo(a) a participar da pesquisa apresentada a seguir.

Pesquisa: *“Permanência no Ensino Médio e Profissional: Estudo do caso do Instituto Federal Fluminense campus Cabo Frio”*

Pesquisadores: Mestrando: Lenon Araújo de Matos | lenonseso@gmail.com | Tel. (22) 98814-5755

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Cynthia Paes de Carvalho | cynthiapaesdecarvalho@puc-rio.br | Tel. (21) 982126757

Objetivo: O objetivo geral da pesquisa é identificar os fatores que influenciam a permanência dos alunos do Ensino Técnico Integrado do IF Fluminense *campus* Cabo Frio.

Justificativa: Como tem apontado a literatura educacional, os altos índices de evasão e reprovação e a tendência de declínio das matrículas afastam a possibilidade da universalização ou democratização do Ensino Médio no país. Segundo dados do INEP/MEC de 2013, as taxas de reprovação e abandono apontam para a relevância da implementação de ações e políticas para superar o problema. O IF Fluminense desenvolve um conjunto de ações que buscam responder a esse desafio, configurando um caso de interesse de estudo, que poderá gerar insumos para o desenho de soluções para contribuir para a melhoria deste quadro no país. Esta pesquisa pretende investigar os fatores que influenciam a permanência dos alunos do Ensino Técnico Integrado do IF Fluminense *campus* Cabo Frio, principalmente, no que tange às características institucionais, às práticas pedagógicas e às ações de assistência estudantil. A pesquisa será realizada a partir da análise dos dados da ficha de matrícula dos alunos e de questionários aplicados a alunos e outros agentes escolares coletando informações complementares relacionadas ao tema.

O projeto integra a pesquisa institucional *“Liderança, Colaboração Docente e Qualidade da Educação em Diferentes Contextos Organizacionais”* do grupo de pesquisa GESQ – Gestão e Qualidade da Educação – coordenado pela Prof^ª. Dr^ª. Cynthia Paes de Carvalho da PUC-Rio que conta com a autorização da Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio.

Metodologia: Aplicação de questionário físico e/ou por meio virtual, conforme a disponibilidade e preferência do respondente. Os dados da ficha de matrícula serão obtidos junto ao setor responsável na instituição.

Riscos e Benefícios: Todos os dados pessoais serão mantidos em sigilo, sendo tratados estatisticamente sem identificação dos respondentes. Há a possibilidade, entretanto, de algum tipo de constrangimento ao abordar temas relacionados às motivações e expectativas pessoais. No entanto, todos os procedimentos levarão este risco em conta, respeitando os estudantes envolvidos e a sua escolha em não responder qualquer questão formulada. Os resultados da pesquisa podem contribuir com a redução das taxas de evasão e melhoria dos recursos institucionais apontados como fatores que influenciam na permanência dos alunos.

Eu, _____,
de maneira voluntária, livre e esclarecida, com autorização de meu responsável, concordo em participar da pesquisa acima identificada. Estou ciente dos objetivos do estudo, dos procedimentos metodológicos, das garantias de confidencialidade e da possibilidade de esclarecimentos permanentes sobre os mesmos. Fui informado(a) de que se trata de pesquisa de mestrado em andamento no Programa de Pós-Graduação em Educação da PUC-Rio. Está claro que minha participação é isenta de despesas e que minha imagem e meu nome não serão publicados sem minha prévia autorização por escrito, bem como de meu responsável. Estou ciente de que, em qualquer fase da pesquisa, tenho a liberdade de recusar a minha participação ou retirar meu consentimento, sem nenhuma penalização ou prejuízo que me possam ser imputados.

Lenon Araújo de Matos, mestrando.

Profª Cynthia Paes de Carvalho, orientadora.

[assinatura do/da estudante voluntário/a]

Nome completo: _____

E-mail: _____ Tel. _____

Identificação (RG): _____ | Cabo Frio, ____ de _____ de 2017.

OBS.: Este termo é assinado em 2 vias, uma do/a voluntário/a e outra para os arquivos dos pesquisadores.

ANEXO V

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Roteiro I: Alunos ingressantes em 2014, concluintes em 2016:

- I. Introdução - Acolhimento e apresentação da pesquisa e dos pesquisadores;
- II. Questões a serem abordadas:
 1. O que mais influenciou sua decisão de estudar no IFF Cabo Frio?
 2. O que você esperava (do IFF e do curso que escolheu)?
 3. O IFF correspondeu ao que você imaginava? E o curso escolhido?
 4. Você queria fazer um curso técnico? (Se sim, por quê? Se não, por que está cursando?)
 5. Como foi sua experiência no curso técnico do IFF?
 6. Do que você mais gostou no período que estudou no IFF Cabo Frio?
 7. Do que você menos gostou daquele período?
 8. O que mais contribuiu para você ficar no IFF até o final do curso?
 9. Houve algum aspecto da escola que contribuiu para sua permanência até concluir o curso? (Essa questão se aplica caso isso não apareça na resposta anterior)
 10. Você participou de alguma modalidade de Assistência Estudantil enquanto estudou no IFF? Se sim, qual? Como foi essa experiência? Contribuiu de alguma forma?
 11. O que você está fazendo agora que terminou o curso no IFF Cabo Frio?
 12. Era isso que você esperava/queria fazer ao concluir o curso? Se não, o que você esperava/queria fazer? Por que você está fazendo isso no momento?
 13. Qual você acha que foi a contribuição do IFF para o seu futuro (ou seus projetos de futuro)?
 14. O que você acha que deve mudar para melhorar a experiência dos alunos no IFF Cabo Frio?

Roteiro II: Alunos ingressantes em 2014, que desistiram do curso:

- I. Introdução - Acolhimento e apresentação da pesquisa e dos pesquisadores;
- II. Questões a serem abordadas:
 1. O que mais influenciou sua decisão de estudar no IFF Cabo Frio?
 2. O que você esperava (do IFF e do curso que escolheu)?

3. O IFF correspondeu ao que você imaginava? E o curso escolhido?
4. Você queria fazer um curso técnico? (Se sim, por quê? Se não, por que você ingressou?)
5. Como foi sua experiência no curso técnico do IFF?
6. Do que você mais gostou no período que estudou no IFF Cabo Frio?
7. Do que você menos gostou daquele período?
8. Porque você desistiu de estudar no IFF Cabo Frio?
9. O que mais contribuiu para sua decisão em sair do curso? (Essa questão se aplica caso isso não apareça na resposta anterior)
10. Alguma coisa na escola poderia ter feito você permanecer até a conclusão do curso?
11. Você participou de alguma modalidade de Assistência Estudantil enquanto estudou no IFF? Se sim, qual? Como foi essa experiência? Contribuiu de alguma forma?
12. O que você fez após ter saído do IFF Cabo Frio?
13. O que está fazendo agora?
14. Era isso que você queria fazer? Se não, o que você queria fazer? Por que você está fazendo isso no momento?
15. Você acha que ter estudado um período no IFF contribuiu ou contribuirá em alguma coisa?
16. O que você acha que deve mudar para melhorar a experiência dos alunos no IFF Cabo Frio?

Roteiro III: Alunos ingressantes em 2014 que foram retidos, mas continuam matriculados:

- I. Introdução - Acolhimento e apresentação da pesquisa e dos pesquisadores;
- II. Questões a serem abordadas:
 1. O que mais influenciou sua decisão de estudar no IFF Cabo Frio?
 2. O que você esperava (do IFF e do curso que escolheu)?
 3. O IFF correspondeu ao que você imaginava? E o curso escolhido?
 4. Você queria fazer um curso técnico? (Se sim, por quê? Se não, por que você está cursando?)
 5. Como está sendo sua experiência no curso técnico do IFF?
 6. Do que você mais gosta no IFF Cabo Frio?

7. Do que você menos gosta no IFF Cabo Frio?
8. Como foi a experiência de ter reprovado?
9. Você pensou em sair do IFF por causa da reprovação? Se sim, o que fez você mudar de ideia?
10. O que mais pesa para você continuar estudando no IFF Cabo Frio?
11. Há algum aspecto da escola que contribui para sua permanência até concluir o curso? (Essa questão se aplica caso isso não apareça na resposta anterior)
12. Você pretende concluir o curso no IFF Cabo Frio?
13. Você participa ou já participou de alguma modalidade de Assistência Estudantil do IFF? Se sim, qual? Como foi essa experiência? Contribuiu ou contribuiu de alguma forma?
14. O que você pretende fazer após sair do IFF Cabo Frio?
15. Você acha que estudar no IFF contribuirá para atingir seus objetivos/projetos futuros? Por que?
16. O que você acha que deve mudar para melhorar a experiência dos alunos no IFF Cabo Frio?

ANEXO VI

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA ESTUDANTES PARTICIPANTES DA ENTREVISTA (MAIORES DE 18 ANOS)



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO
Programa de Pós-Graduação em Educação

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO | ESTUDANTES

Prezado/a: _____

Vimos, por meio deste, convidá-lo(a) a participar da pesquisa apresentada a seguir.

Pesquisa: *“Permanência no Ensino Médio e Profissional: Estudo do caso do Instituto Federal Fluminense campus Cabo Frio”*

Pesquisadores: Mestrando: Lenon Araújo de Matos | lenonseso@gmail.com | Tel. (22) 98814-5755

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Cynthia Paes de Carvalho | cynthiapaesdecarvalho@puc-rio.br | Tel. (21) 982126757

Objetivo: O objetivo geral da pesquisa é identificar os fatores que influenciam a permanência dos alunos do Ensino Técnico Integrado do IF Fluminense *campus* Cabo Frio.

Justificativa: Como tem apontado a literatura educacional, os altos índices de evasão e reprovação e a tendência de declínio das matrículas afastam a possibilidade da universalização ou democratização do Ensino Médio no país. Segundo dados do INEP/MEC de 2013, as taxas de reprovação e abandono apontam para a relevância da implementação de ações e políticas para superar o problema. O IF Fluminense desenvolve um conjunto de ações que buscam responder a esse desafio, configurando um caso de interesse de estudo, que poderá gerar insumos para o desenho de soluções para contribuir para a melhoria deste quadro no país. Esta pesquisa pretende investigar os fatores que influenciam a permanência dos alunos do Ensino Técnico Integrado do IF Fluminense *campus* Cabo Frio, principalmente, no que tange às características institucionais, às práticas pedagógicas e às ações de assistência estudantil. A pesquisa será realizada a partir da análise dos dados da ficha de matrícula dos alunos e de questionários aplicados a alunos e outros agentes escolares coletando informações complementares relacionadas ao tema.

O projeto integra a pesquisa institucional *“Liderança, Colaboração Docente e Qualidade da Educação em Diferentes Contextos Organizacionais”* do grupo de pesquisa GESQ – Gestão e Qualidade da Educação – coordenado pela Prof^ª. Dr^ª. Cynthia Paes de Carvalho da PUC-Rio que conta com a autorização da Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio.

Metodologia: Entrevista com áudio gravação com duração média de 40 minutos. Os dados da ficha de matrícula serão obtidos junto ao setor responsável na instituição.

Riscos e Benefícios: Todos os dados pessoais serão mantidos em sigilo. Há a possibilidade, entretanto, de algum tipo de constrangimento ao abordar temas relacionados às motivações e expectativas pessoais. No entanto, todos os procedimentos levarão este risco em conta, respeitando os estudantes envolvidos e a sua escolha em não responder qualquer questão formulada. Os resultados da pesquisa podem contribuir com a redução das taxas de evasão e melhoria dos recursos institucionais apontados como fatores que influenciam na permanência dos alunos.

Eu, _____,
de maneira voluntária, livre e esclarecida, com autorização de meu responsável, concordo em participar da pesquisa acima identificada. Estou ciente dos objetivos do estudo, dos procedimentos metodológicos, das garantias de confidencialidade e da possibilidade de esclarecimentos permanentes sobre os mesmos. Fui informado(a) de que se trata de pesquisa de mestrado em andamento no Programa de Pós-Graduação em Educação da PUC-Rio. Está claro que minha participação é isenta de despesas e que minha imagem e meu nome não serão publicados sem minha prévia autorização por escrito, bem como de meu responsável. Estou ciente de que, em qualquer fase da pesquisa, tenho a liberdade de recusar a minha participação ou retirar meu consentimento, sem nenhuma penalização ou prejuízo que me possam ser imputados.

Lenon Araújo de Matos, mestrando.

Profª Cynthia Paes de Carvalho, orientadora.

[assinatura do/da estudante voluntário/a]

Nome completo: _____

E-mail: _____ Tel. _____

Identificação (RG): _____ | Cabo Frio, ____ de _____ de 2017.

OBS.: Este termo é assinado em 2 vias, uma do/a voluntário/a e outra para os arquivos dos pesquisadores.